

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO- **CONSEPE**

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3232-8067 | (63) 3232-8238 | consepe@uft.edu.br



RESOLUÇÃO N.º 24 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Bacharelado em Ciências Sociais (Câmpus de Porto Nacional).

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 16 de dezembro de 2014, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Bacharelado em Ciências Sociais (Câmpus de Porto Nacional), conforme Projeto, anexo único a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

MÁRCIO SILVEIRA
Reitor

emc.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, CÂMPUS DE
PORTO NACIONAL**

Anexo único da Resolução nº 24/2014 - Consepe
Aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 16 de dezembro de 2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 24/2014 - CONSEPE

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, CÂMPUS DE PORTO NACIONAL**

**CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - BACHARELADO
CÂMPUS DE PORTO NACIONAL**

**Agosto
2014**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Márcio Antônio da Silveira

REITOR

Isabel Cristina Auler Pereira

VICE-REITORA

José Pereira Guimarães Neto

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

George Lauro Ribeiro de Brito

PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

Ana Lúcia de Medeiros

PRÓ-REITORA DE AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO

Berenice Feitosa da Costa Aires

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO

George França dos Santos

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E CULTURA

Waldecy Rodrigues

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Juscéia Aparecida Veiga Garbelini

DIRETORA DO CÂMPUS DE PORTO NACIONAL

SUMÁRIO

1 -CONTEXTO INSTITUCIONAL.....	8
1.1 - Histórico da Universidade Federal do Tocantins(UFT).....	8
1.2. A UFT no Contexto Regional e Local.....	9
1.3. Perfil Institucional.....	10
1.4. Missão Institucional.....	12
1.4.1. Estrutura Organizacional.....	13
2 - CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO.....	14
2.1. Dados do Curs.....	14
2.2. Diretora do Câmpus.....	14
2.3. Coordenador do Curso.....	16
2.4. Relação Nominal dos(as) membros do Colegiado de Curso.....	17
2.5.Comissão de Reelaboração do PPC.....	18
2.5.1.Colaboradores.....	18
2.6 Histórico do curso: sua criação e trajetória.....	19
3 – Bases Conceituais do Projeto Pedagógico Institucional.....	22
3.1. fundamentos de PPCs da UFT.....	24
4. Organizações Didático Pedagógico.....	25
4.1 Administração Acadêmica.....	25
4.2 Coordenação Acadêmica.....	25
5. Projeto Político Pedagógico.....	25
5.1. Justificativa.....	26
5.2. Objetivos do Curso.....	27
5.3 Perfil Profissiográfico.....	27
5.4. Competências, Atitudes e Habilidades.....	28
5.5 Campo de atuação profissional.....	28
5.6. Organização Curricula.....	32
5.6.1. Conteúdos Curriculares.....	32
5.6.2 Matriz Curricula.....	33

5.6.3. Abordagem da Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2010).....	39
5.6.4. Abordagem da Política Nacional de Educação Ambiental.....	39
5.6.5. LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais (Decreto nº 5.626/2005).....	39
5.6.6. Ementário.....	40
Primeiro Período.....	40
Segundo Período.....	45
Terceiro Período.....	50
Quarto Período.....	55
Quinto Período.....	60
Sexto Período.....	65
Sétimo Período.....	68
Oitavo Período.....	70
Disciplinas Optativas.....	74
5.6.7 Interface Pesquisa e extensão.....	110
5.6.8 – Interface com Programas de Fortalecimento do Ensino.....	110
5.6.9. Interface com as Atividades Complementares.....	111
5.6.10. Estágio Curricular Obrigatório e não obrigatório.....	116
5.6.11. Prática Profissional.....	117
5.6.12. Trabalho de Conclusão de Curso.....	117
5.6.13 Avaliação do processo de ensino-aprendizagem.....	120
5.6.14 Avaliação do Projeto do Curso.....	121
5.6.15. Auto Avaliação e Avaliação Externa (ENADE e outros).....	121
 6. Corpo Docente, Corpo Discente e Técnicos Administrativos.....	122
6.1. Formação Acadêmica e Profissional do corpo Docente.....	122
6.2. Regime de Trabalho.....	122
6.3- Núcleo Docente Estruturante.....	123
6.4. Produção de Material didático ou científico do Corpo docente.....	123
6.5. Formação e experiência profissional do corpo técnico-administrativo que atende ao curso.....	124
6.5.1. Secretaria Acadêmica.....	124
6.5.2. Secretário de Curso.....	124
 7. Instalações Físicas e Laboratoriais.....	124

7.1. Laboratórios e instalações.....	124
7.2 Biblioteca.....	124
7.2.1. Periódicos especializados.....	125
7.3. Instalações e equipamentos complementares.....	125
7.4. Área de lazer e circulação.....	126
7.5. Recursos Audiovisuais.....	126
7.6. Acessibilidade para portador de necessidades especiais (Decreto nº 5.296/2014).....	126
7.7. Sala de Direção do Campo e Coordenação de Curso.....	126
 8. Referências.....	 127
 9. Anexos.....	 128

1 – Contexto Institucional

- **Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)**

A Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente. Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins, mantida pelo estado do Tocantins.

Em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo Ministro da Educação, Paulo Renato, por meio da Portaria de nº 717, de 18 de abril de 2001. Essa comissão, entre outros, teve o objetivo de elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o professor doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em abril de 2002, depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado em julho de 2002, o Decreto de nº 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias para a implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor Doutor Lauro Morhy, na época reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de reitor *pró-tempore* da UFT. Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação nº 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, com o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e burocráticas, além dos procedimentos estratégicos que estabelecia funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse aos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de *campi* da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicado uma nova comissão de implantação pelo Ministro Cristóvam Buarque. Nessa ocasião, foi convidado para reitor *pró-tempore* o professor Doutor Sérgio Paulo Moreyra, que à época era professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e também, assessor do Ministério da Educação. Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria de nº 002/03 de 19 de agosto de 2003, o professor mestre Zezuca Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto, Regimento Geral, o processo de transferência dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS), que foi submetido ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Criou as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor Alan Barbiero. No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores, como o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-Reitor da UFT conforme as diretrizes estabelecidas pela lei nº. 9.192/95, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por

meio da análise da lista tríplice. Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, no ano de 2004, por meio do Parecer do (CNE/CES) nº041 e Portaria Ministerial nº. 658/2004, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS). Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já era ofertado pela Unitins, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos *campi* já existentes e dos prédios que estavam em construção.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocaninense. É, portanto, um sonho que vai aos poucos se consolidando numa *instituição social* voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação.

1.2. A UFT no Contexto Regional e Local

O Tocantins se caracteriza por ser um Estado multicultural. O caráter heterogêneo de sua população coloca para a UFT o desafio de promover práticas educativas que promovam o ser humano e que elevem o nível de vida de sua população. A inserção da UFT nesse contexto se dá por meio dos seus diversos cursos de graduação, programas de pós-graduação, em nível de mestrado, doutorado e cursos de especialização integrados a projetos de pesquisa e extensão que, de forma indissociável, propiciam a formação de profissionais e produzem conhecimentos que contribuem para a transformação e desenvolvimento do estado do Tocantins.

A UFT, com uma estrutura *multicampi*, possui 7 (sete) *campi* universitários localizados em regiões estratégicas do Estado, que oferecem diferentes cursos vocacionados para a realidade local. Nesses *campi*, além da oferta de cursos de graduação e pós-graduação que oportunizam à população local e próxima o acesso à educação superior pública e gratuita, são desenvolvidos programas e eventos científico-culturais que permitem ao aluno uma formação integral. Levando-se em consideração a vocação de desenvolvimento do Tocantins, a UFT oferece oportunidades de formação nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Humanas, Educação, Agrárias, Ciências Biológicas e da Saúde.

Os investimentos em ensino, pesquisa e extensão na UFT buscam estabelecer uma sintonia com as especificidades do Estado demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta Universidade para com a sociedade em que está inserida. Dentre as diversas áreas estratégicas contempladas pelos projetos da UFT, merecem destaque às relacionadas a seguir: as diversas formas de territorialidades no Tocantins merecem ser conhecidas; as ocupações do estado pelos indígenas, afro-descendentes, entre outros grupos. Os estudos realizados revelam as múltiplas identidades e as diversas manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões da territorialidade como princípio para um ideal de integração e desenvolvimento local.

Considerando que o Tocantins tem desenvolvido o cultivo de grãos e frutas e investido na expansão do mercado de carne – ações que atraem investimentos de várias regiões do Brasil, a UFT vem contribuindo para a adoção de novas tecnologias nestas áreas. Com o foco ampliado, tanto para o pequeno quanto para o grande produtor, busca-se uma agropecuária sustentável, com elevado índice de exportação e a consequente qualidade de vida da população rural. Tendo em vista a riqueza e a diversidade natural da Região Amazônica, os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas merecem destaque. A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins – Cerrado, Floresta Amazônica, Pantanal e Caatinga, que caracterizam o Estado como uma região de ecótonos.

O Tocantins possui uma população bastante heterogênea que agrupa uma variedade de povos indígenas e uma significativa população rural. A UFT tem, portanto, o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade no Estado, oferecendo uma educação contextualizada e inclusiva. Dessa forma, a

Universidade tem desenvolvido ações voltadas para a educação indígena, educação rural e de jovens e adultos.

Diante da perspectiva de escassez de reservas de petróleo até 2050, o mundo busca fontes de energias alternativas socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas. Neste contexto, a UFT desenvolve pesquisas nas áreas de energia renovável, com ênfase no estudo de sistemas híbridos – fotovoltaica/energia de hidrogênio e biomassa, visando definir protocolos capazes de atender às demandas da Amazônia Legal. Tendo em vista que a educação escolar regular das Redes de Ensino é emergente, no âmbito local, a formação de profissionais que atuam nos sistemas e redes de ensino que atuam nas escolas do Estado do Tocantins e estados circunvizinhos.

1.3. Missão Institucional

O Planejamento Estratégico - PE (2006 – 2010), o Projeto Pedagógico Institucional PPI (2007) e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2007-2011), aprovados pelos Conselhos Superiores, definem que a missão da UFT é Produzir e difundir conhecimentos visando à formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia e, como visão estratégica. Consolidar a UFT como um espaço de expressão democrática e cultural, reconhecida pelo ensino de qualidade e pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento regional.

Em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional - PPI (2007) e com vistas à consecução da missão institucional, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFT, e todos os esforços dos gestores, comunidade docente, discente e administrativa deverão estar voltados para:

- o estímulo à produção de conhecimento, à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e reflexivo;
- a formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;
- o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e a criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;
- a promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade comunicando esse saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- a busca permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- o estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

- a promoção da extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

Como forma de orientar, de forma transversal, as principais linhas de atuação da UFT (PPI, 2007 e PE 2006-2010), foram eleitas quatro prioridades institucionais:

a) Ambiente de excelência acadêmica: ensino de graduação regularizado, de qualidade reconhecida e em expansão; ensino de pós-graduação consolidado e em expansão; excelência na pesquisa, fundamentada na interdisciplinaridade e na visão holística; relacionamento de cooperação e solidariedade entre docentes, discentes e técnico-administrativos; construção de um espaço de convivência pautado na ética, na diversidade cultural e na construção da cidadania; projeção da UFT nas áreas:

- a) Identidade, Cultura e Territorialidade;
- b) Agropecuária, Agroindústria e Bioenergia;
- c) Meio Ambiente;
- e) Educação;
- f) Saúde.

Desenvolvimento de uma política de assistência estudantil que assegure a permanência do estudante em situação de risco ou vulnerabilidade; intensificação do intercâmbio com instituições nacionais e internacionais como estratégia para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da pós-graduação.

b) Atuação sistêmica: fortalecimento da estrutura *multicampi*; cooperação e interação entre os *campi* e cursos; autonomia e sinergia na gestão acadêmica e uso dos recursos; articulação entre as diversas instâncias deliberativas; articulação entre Pró-Reitorias, Diretorias, Assessorias e Coordenadorias.

c) Articulação com a sociedade: relações com os principais órgãos públicos, sociedade civil e instituições privadas; preocupação com a equidade social e com o desenvolvimento sustentável regional; respeito à pluralidade e diversidade cultural;

d) Aprimoramento da gestão: desenvolvimento de políticas de qualificação e fixação de pessoal docente e técnico-administrativo; descentralização da gestão administrativa e fortalecimento da estrutura *multicampi*; participação e transparência na administração; procedimentos racionalizados e ágeis; gestão informatizada; diálogo com as organizações representativas dos docentes, discentes e técnicos administrativos; fortalecimento da política institucional de comunicação interna e externa.

A UFT é uma universidade *multicampi*, estando os seus sete *campi* universitários localizados em regiões estratégicas do Estado do Tocantins, o que propicia a capilaridade necessária para que possa contribuir com o desenvolvimento local e regional, contemplando as

suas diversas vocações e ofertando ensino superior público e gratuito em diversos níveis. Oferece, atualmente, 43 cursos de graduação presencial, um curso de Biologia a distância, dezenas de cursos de especialização, 07 programas de mestrado: Ciências do Ambiente (Palmas, 2003), Ciência Animal Tropical (Araguaína, 2006), Produção Vegetal (Gurupi, 2006), Agroenergia (Palmas, 2007), Desenvolvimento Regional e Agronegócio (Palmas, 2007), Ecologia de Ecótonos (Porto Nacional, 2007), mestrado profissional em Ciências da Saúde (Palmas, 2007). E, ainda, um Doutorado em Ciência Animal, em Araguaína; os minteres em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (Palmas, parceria UFT\UFRGS), Arquitetura e Urbanismo (Palmas, parceria UFT\UnB), os dinteres em História Social (Palmas, parceria UFT/UFRJ), em Educação (Palmas, parceria UFT\UFG) e Produção Animal (Araguaína, parceria UFT\UFG).

1.4. Estrutura Organizacional

A Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada a promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente. Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins, mantida pelo Estado do Tocantins.

No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de marco de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores, como o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes a eleição para Reitor e Vice-Reitor da UFT conforme as diretrizes estabelecidas pela lei no. 9.192/95, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por meio da análise da lista tríplice. Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, no ano de 2004, por meio do Parecer do (CNE/CES) no041 e Portaria Ministerial no. 658/2004, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS). Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já era ofertado pela UNITINS, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos campi já existentes e dos prédios que estavam em construção. Através da Resolução CONSUNI nº 05/2008 foi criada a Pró-Reitoria de Administração (PROAP) e através da Resolução CONSUNI nº 06/2008 criou-se também a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROEST).

Com aproximadamente onze mil alunos, em sete campi universitários, a UFT é uma universidade multicampi, localizada em regiões estratégicas do estado do Tocantins, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento local e regional, contemplando as suas diversas vocações e ofertando ensino superior público e gratuito, em diversos níveis.

Segundo o Estatuto da UFT, a estrutura organizacional da UFT é composta por:

Conselho Universitário - CONSUNI: órgão deliberativo da UFT destinado a traçar a política universitária. É um órgão de deliberação superior e de recurso. Integram esse conselho o Reitor, Pró-

reitores, Diretores de *campi* e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução CONSUNI 003/2004.

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE: órgão deliberativo da UFT em matéria didático-científica. Seus membros são: Reitor, Pró-reitores, Coordenadores de Curso e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução – CONSEPE 001/2004.

Reitoria: órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias. Está assim estruturada: Gabinete do reitor, Pró-reitorias, Assessoria Jurídica, Assessoria de Assuntos Internacionais e Assessoria de Comunicação Social.

Pró-reitorias: No Regimento Geral da UFT estão definidas as atribuições do Pró-Reitor de graduação (art. 20); Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (art. 21); Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários (art. 22); Pró-Reitor de Administração e Finanças (art. 23). As Pró-Reitorias estruturar-se-ão em Diretorias, Divisões Técnicas e em outros órgãos necessários para o cumprimento de suas atribuições (art. 24).

Conselho Diretor: é o órgão dos campi com funções deliberativas e consultivas em matéria administrativa (art. 26). De acordo com o Art. 25 do Regimento Geral da UFT, o Conselho Diretor é formado pelo Diretor do Câmpus, seu presidente; pelos Coordenadores de Curso; por um representante do corpo docente; por um representante do corpo discente de cada curso; por um representante dos servidores técnico-administrativos.

Diretor de Câmpus: docente eleito pela comunidade universitária do Câmpus para exercer as funções previstas no art. 30 do Regimento Interno da UFT e é eleito pela comunidade universitária, com mandato de 4 (quatro) anos, dentre os nomes de docentes integrantes da carreira do Magistério Superior de cada Câmpus.

Colegiados de Cursos: órgão composto por docentes e discentes do curso. Suas atribuições estão previstas no art. 37 do estatuto da UFT.

Coordenação de Curso: é o órgão destinado a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução (art. 36). Suas atribuições estão previstas no art. 38 do estatuto da UFT.

Considerando a estrutura multicampi, foram criadas sete unidades universitárias denominadas de *campi* universitários.

1.4.1 Os Campi e os respectivos cursos são os seguintes:

Câmpus Universitário de Araguaína: oferece os cursos de licenciatura em Matemática, Geografia, História, Letras, Química, Física e Biologia, além dos cursos de Medicina Veterinária e Zootecnia. Além disso, disponibiliza os cursos tecnológicos em Cooperativismo, Logística e Gestão em Turismo; o curso de Biologia a distância; o Doutorado e o Mestrado em Ciência Animal Tropical.

Câmpus Universitário de Arraias: oferece as licenciaturas em Matemática, Pedagogia e Biologia (modalidade a distância) e desenvolve pesquisas ligadas às novas tecnologias e educação, geometria das sub-variedades, políticas públicas e biofísica.

Câmpus Universitário de Gurupi: oferece os cursos de graduação em Agronomia, Engenharia Florestal; Engenharia Biotecnológica; Química Ambiental e a licenciatura em Biologia (modalidade à distância). Oferece, também, o programa de mestrado na área de Produção Vegetal.

Câmpus Universitário de Miracema: oferece os cursos de Pedagogia e Serviço Social e desenvolve pesquisas na área da prática educativa.

Câmpus Universitário de Palmas: oferece os cursos de Administração; Arquitetura e Urbanismo; Ciências da Computação; Ciências Contábeis; Ciências Econômicas; Comunicação Social; Direito; Engenharia de Alimentos; Engenharia Ambiental; Engenharia Elétrica; Engenharia Civil; Medicina, Nutrição e Enfermagem, as licenciaturas em Filosofia, Artes e Pedagogia. Disponibiliza, ainda, os programas de Mestrado em Ciências do Ambiente, Arquitetura e Urbanismo, Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, Ciências da Saúde.

Câmpus Universitário de Porto Nacional: oferece as licenciaturas em História, Geografia, Ciências Biológicas e Letras e o mestrado em Ecologia dos ecótonos.

Câmpus Universitário de Tocantinópolis: oferece as licenciaturas em Pedagogia e Ciências Sociais e Educação do Campo.

2. Contextualização do Curso

2.1. Dados do Curso:

1. Nome do Curso: Ciências Sociais
2. Modalidade do Curso: Bacharelado
3. Endereço do Curso: Rua 03, Quadra 17, Lote 11, S/Nº, Setor Jardim dos Ipês / CEP: 77500-000 / Porto Nacional - TO
4. Ato Legal Reconhecimento do Curso: Portaria 446 SESU MEC – 01.11.2011
5. RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CONSEPE – N.º 03/2006
6. Número de Vagas: 40 por ano
7. Turno de Funcionamento: Noturno
8. Dimensão das turmas teóricas e práticas: 40 alunos por ano
9. Duração do curso: 4 (quatro anos), com carga horária total de 2760 horas

2.2. Diretora do Câmpus:

Prof.^a Dr.^a. Juscéia Aparecida Veiga Garbelini

Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins

As atribuições da Direção do Câmpus e do Conselho Diretor conforme o Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins de 2003, Cap. II Da Administração das Unidades Universitárias, são as seguintes:

Art. 25 - O Câmpus é a unidade universitária responsável pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão, realizando a integração acadêmica, científica e administrativa de um conjunto de disciplinas, definido pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, através de uma equipe docente nele lotada.

Art. 26 - O Conselho Diretor é órgão dos *Campi* de Ensino e Pesquisa com funções deliberativas e consultivas em matérias administrativas, não compreendidas nas atribuições dos órgãos superiores.

Art. 27 - Compete ao Conselho Diretor de Câmpus:

- I. coordenar o trabalho do pessoal docente, visando à unidade e eficiência do ensino, pesquisa e extensão;
- II. encaminhar à Diretoria de Planejamento e Orçamento o plano de atividades elaborado para servir de base ao orçamento do exercício seguinte, indicando o cronograma financeiro de aplicação dos recursos previstos;
- III. tomar conhecimento do relatório apresentado pelo Coordenador de Câmpus sobre as principais ocorrências do plano anterior e do plano de atividades para o novo ano letivo;
- IV. encaminhar o nome do Coordenador eleito mais votado para nomeação pelo Reitor;
- V. solicitar, fundamentalmente, ao Conselho Universitário, por votação de 2/3 (dois terços) dos respectivos membros, a destituição do Coordenador de Câmpus antes de findo o seu mandato;
- VI. elaborar e modificar o Regimento de Câmpus para aprovação final pelo Conselho Universitário;
- VII. zelar pela observância das normas relativas ao recrutamento, seleção e aproveitamento dos monitores de ensino;
- VIII. propor admissão de novos docentes, concessão de licenças e rescisão de contratos;
- IX. adotar providências para o constante aperfeiçoamento do seu pessoal docente;
- X. implementar a aplicação de normas tendentes a permitir a avaliação quantitativa da carga docente e de pesquisa, a fim de deliberar sobre processos de ampliação ou de redução do corpo docente;
- XI. organizar as comissões julgadoras dos concursos para provimento dos cargos de professores;
- XII. propor a atribuição do título de —Professor Emérito!;
- XIII. atribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão ao pessoal que o integre, respeitadas as especializações, e elaborar a correspondente escala de férias, respeitando o calendário de atividades da Universidade;
- XIV. adotar ou sugerir, quando for o caso, providências de ordem didática, científica e administrativa que julgar aconselháveis para o bom andamento dos trabalhos;
- XV. elaborar a lista de oferta das disciplinas de sua responsabilidade e aprovar os planos de ensino das diversas disciplinas, após anuência das Coordenações de Cursos;
- XVI. sugerir os programas das disciplinas às Coordenações de Cursos para homologação posterior pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- XVII. fixar os pré-requisitos de cada disciplina, com aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- XVIII. propor a criação de novas disciplinas ou de serviços especiais dentro dos critérios do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- XIX. endossar projetos de pesquisa e os planos dos cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão que se situem em seu âmbito de atuação;
- XX. emitir parecer em assunto de sua competência;

XXI. exercer todas as atribuições que lhe sejam conferidas por este Regimento.

Parágrafo Único - Das decisões do Conselho Diretor caberá recurso, no prazo máximo de 10 (dez) dias, aos Órgãos Superiores.

Art. 28 - O Regimento de Câmpus disporá sobre as condições de funcionamento do Conselho Diretor de Câmpus.

Art. 29 - A criação, supressão, desdobramento ou fusão de Campi poderão ser implementadas por sugestão das Pró-Reitorias de Graduação e Pesquisa e Pós-Graduação ao Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, para manifestação e encaminhamento (ou não) de proposta ao Conselho Universitário.

Art. 30 - São atribuições do Coordenador de Câmpus:

- I. administrar o Câmpus;
- II. representar o Câmpus perante os demais órgãos da Universidade, quando esta apresentação não couber a outro membro do Câmpus por disposição regimental;
- III. promover ações tendentes a assegurar coordenação, supervisão e fiscalização sobre todas as atividades do Câmpus, dentro das disposições legais, estatutárias e regimentais, respeitando-se, ainda, as determinações dos Órgãos Superiores da Universidade;
- IV. convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor de Câmpus, delas participando com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- V. integrar o Conselho Universitário;
- VI. encaminhar à Reitoria, em tempo hábil, a proposta orçamentária do Câmpus;
- VII. apresentar à Reitoria, após conhecimento pelo Conselho Diretor de Câmpus, anualmente, o relatório das atividades desenvolvidas;
- VIII. delegar, dentro dos limites legalmente estabelecidos, atribuições ao seu substituto.

2.3. Coordenador do Curso

Prof. Dr. André Luis Campanha Demarchi

Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins - As atribuições

Art. 38 - Aos Coordenadores de Cursos (ou de áreas) compete:

- I. representar sua Coordenação de Curso como membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- II. presidir os trabalhos da Coordenação de Curso;
- III. propor ao Coordenador do Câmpus a substituição do seu representante no Conselho Diretor, nos termos do Regimento do Câmpus;

IV. responder, perante o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, pela eficiência do planejamento e coordenação das atividades de ensino nos cursos sob a sua responsabilidade;

V. expedir instruções referentes aos cursos;

VI. representar contra medidas ou determinações emanadas da Direção ou do Conselho Diretor que interfiram nos objetivos ou normas fixados para o curso pelo Colegiado.

§ 1º - Os Coordenadores de Cursos poderão ter regime de trabalho de dedicação exclusiva, incluindo-se as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

§ 2º - No impedimento do Coordenador, assumirá a Coordenação o membro escolhido pelo colegiado.

Art. 39 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão estabelecerá o número e denominação das Coordenações de Curso e, em cada caso, sua competência quanto aos diferentes cursos mantidos pela Universidade. Parágrafo Único - Cursos de graduação, referentes a uma mesma área de atividade ou conhecimento, serão coordenados, no plano didático-científico, pela mesma Coordenação de Curso.

Art. 40 – As Coordenações de Cursos serão escolhidas por eleição, através de voto secreto, procedida pelo colegiado de curso correspondente.

Art. 41 - Será de 2 (dois) anos o mandato do Coordenador de Curso, permitida apenas uma recondução.

Art. 42 – Os Colegiados de Cursos reunir-se-ão, ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, quando convocados pelos seus coordenadores, por 1/3 (um terço) de seus membros ou pelas Pró-Reitorias.

Art. 43 - As deliberações dos Colegiados de Cursos serão tomadas por votação, assistindo a qualquer de seus membros a faculdade de remeter o seu voto divergente ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, no qual receberá processamento como recurso.

Art. 44 – Os Colegiados de Cursos poderão propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a substituição de seus coordenadores, mediante a deliberação de 2/3 (dois terços) de seus integrantes.

2.4. Relação Nominal dos membros do Colegiado de Curso:

André Demarchi

Janaína Alexandra Capistrano da Costa

Liza Aparecida Brasília

Marcelo Brice Assis Noronha

Marcelo de Souza Cleto

Odilon Rodrigues de Moraes Neto

Ronaldo Augusto Campos Pessoa

Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins - As atribuições

Conforme o Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins de 2003, SEÇÃO I - Das Coordenações e dos Colegiados de Cursos, as coordenações de cursos (ou áreas) são estruturadas a partir dos seguintes princípios:

Art. 36 - As Coordenações de Cursos são órgãos destinados a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução, ressalvada a competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Parágrafo Único - A representação do corpo discente será de 1/5 (um quinto) do número de docentes dos colegiados de cursos que tem direito a voto e voz.

Art. 37 - Compete aos Colegiados de Curso:

I. propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a organização curricular dos cursos correspondentes, estabelecendo o elenco, o conteúdo e a sequência das disciplinas que o formam, com os respectivos créditos;

II. propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, respeitada a legislação vigente e o número de vagas a oferecer, o ingresso nos respectivos cursos;

III. estabelecer normas para o desempenho dos professores orientadores para fins de matrícula;

IV. opinar sobre os processos de verificação do aproveitamento adotados nas disciplinas que participem da formação dos cursos sob sua responsabilidade;

V. fiscalizar o desempenho do ensino das disciplinas que se incluam na organização curricular do curso coordenado;

VI. conceder dispensa, adaptação, cancelamento de matrícula, trancamento ou adiantamento de inscrição e mudança de curso mediante requerimento dos interessados, reconhecendo, total ou parcialmente, cursos ou disciplinas já cursados com aproveitamento pelo requerente;

VII. estudar e sugerir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre matéria de sua competência;

VIII. decidir os casos concretos, aplicando as normas estabelecidas;

IX. propugnar para que os cursos sob sua supervisão se mantenham atualizados;

X. eleger o Coordenador e o Coordenador Substituto;

XI. coordenar e supervisionar as atividades de estágio necessárias à formação profissional dos cursos sob sua orientação

2.5. Comissão de reelaboração do PPC:

André Demarchi

Liza Aparecida Brasília

Marcelo Brice Assis Noronha

Odilon Rodrigues de Moraes Neto

2.5.1 Colaboradores:

Cristiane Roque de Almeida

Klivia de Cássia Silva Nunes

Rita de Cássia Domingues-Lopes

Samuel Correa Duarte

Suiá Omim Arruda de Castro Chaves

Marcelo de Souza Cleto

Karina Almeida de Sousa

2.6. Histórico do curso: sua criação e trajetória

O Câmpus de Tocantinópolis, pioneiro no Estado do Tocantins na implantação do Curso de Ciências Sociais, foi criado como parte da Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS) pelo decreto estadual nº 252/90 de 21 de fevereiro de 1990, em conformidade com o disposto na lei nº 136/90.¹ Instalada a Universidade Federal do Tocantins, com a posse dos primeiros professores concursados em maio de 2003, a discussão sobre a oferta de vagas e a reformulação dos Cursos de Pedagogia e Normal Superior ganhou reforço. No 2º semestre de 2004 foi concretizada a migração dos alunos do Curso de Normal Superior para o curso de Pedagogia fundindo as habilitações como seguem.

Neste sentido, a consolidação do Câmpus passou também pela estruturação de um novo curso e seu diálogo com os setores da sociedade. Desde 1990 a cidade de Tocantinópolis se constrói enquanto referência para a formação de Pedagogos na região, ao acenar para um diálogo mais efetivo com os movimentos sociais (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento das Quebradeiras de Coco, etc), grupos étnicos organizados (grupos indígenas,

1

Esta lei dispunha da criação de três centros universitários com sede nas cidades de Arraias, Tocantinópolis e Guaraí. Em 24 de outubro de 1991, a Universidade se transformou em autarquia por força da lei nº 326/91, incorporando à sua estrutura a Faculdade de Filosofia do Norte Goiano localizada na cidade de Porto Nacional e a Faculdade de Educação, Ciências e Letras em Araguaína. Foram criados, nesse período, os centros universitários de Palmas, Paraíso e Miracema. Os centros de extensão transformaram-se em Centros Integrados. Ainda na década de 1990, a instituição foi reestruturada pela lei nº 872/96, a qual definiu o processo de extinção da autarquia e a criação da Fundação Universidade do Tocantins, como instituição pública de direito privado. Através da lei nº 1.042/98, foi ampliado o prazo de extinção da autarquia por um período de oito anos, definindo-se a transferência gradativa dos bens móveis e imóveis da autarquia para a Fundação Universidade do Tocantins, tendo por foro a cidade de Palmas, capital do Estado. Ver PINHO, Maria José. **Políticas Educacionais de Formação de Professores no Estado do Tocantins: intenção e realidade**. 2004. 194f. Tese (Doutorado em Educação e Currículo) PUC, São Paulo.

afro-descendentes, etc.) entidades públicas privadas ou não-governamentais no planejamento e organização de ações objetiva a formação de uma mentalidade crítica para a região.

É neste contexto que o curso de licenciatura em Ciências Sociais nasce na UFT, voltado para a região do Bico do Papagaio e, seu entorno, levando em consideração o campo profícuo na área da pesquisa, ensino e extensão, de forma a inserir um espaço que reúna reflexões da realidade cultural, política, social e econômica desta região.

De acordo com a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE Nº 03/2006, nos dias 09 e 10 de fevereiro de 2006, a Reitoria da Universidade Federal do Tocantins, consta que foi convocado os coordenadores de Câmpus e cursos, representantes docentes, discentes e técnico-administrativos para participarem de uma reunião de planejamento para definição das prioridades e linhas de ação a serem desenvolvidas ao longo do ano de 2006. Desta reunião, saiu à definição da política de expansão da UFT, com a criação de 05 novos cursos: Curso de Medicina – no Câmpus de Palmas; Curso de Serviço Social – no Câmpus de Miracema; **Curso de Ciências Sociais, Licenciatura e Curso de Ciências Sociais, Bacharelado – Câmpus de Tocantinópolis** e Curso de Engenharia Florestal – Câmpus de Gurupi. Essa política de expansão implantada na época pela UFT fundamentou-se no princípio de democratização do ensino superior público no Estado do Tocantins, priorizando os *campi* do interior que, na época, possuía apenas um curso de graduação, com o objetivo de fortalecê-los. Com base neste pressuposto, o curso de Licenciatura em Ciências Sociais, foi criado em 2006, Parecer nº 001/2006, autorizado no dia 24 de maio de 2006, entrando em funcionamento no dia 01 de agosto de 2007, reconhecido no dia 01.11.2011, com a nota 4, atendendo ao disposto pelas Diretrizes Curriculares da área.

Assim, o histórico de criação do curso de Bacharelado em Ciências Sociais remonta à consolidação do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, situado no Câmpus de Tocantinópolis, e ao enfrentamento dos problemas colocados por esse processo. É digno de nota que no processo de consolidação da licenciatura foi também aprovado um Projeto Político Pedagógico do curso de bacharelado, porém, não efetivado. Mesmo assim, os professores do colegiado de Licenciatura em Ciências Sociais realizaram reuniões regulares e apresentaram propostas que não tiveram êxito naquele contexto, sobre a viabilidade de efetivação do Bacharelado em Ciências Sociais na região central do Estado.

Como resultado concreto dessas ações os professores Heber Grácio e Marcelo de Souza Cleto, ambos do colegiado do curso de licenciatura em Ciências Sociais, Câmpus de Tocantinópolis, redigiram um documento detalhado sobre a situação do curso de Licenciatura em Ciências Sociais em Tocantinópolis, apontando novas possibilidades de atuação das Ciências Sociais no Estado, sobretudo, em sua Região Central (Grácio & Cleto, 2011). O passo seguinte, no sentido de dar seguimento às soluções ressaltadas pelos dois professores no referido documento, foi a formalização, em reunião de colegiado, da criação de duas comissões. Uma responsável pela reformulação do curso de licenciatura em Ciências Sociais, lotado no Câmpus de Tocantinópolis; e outra responsável pela criação do curso de bacharelado em Ciências Sociais, na Região central do Estado do Tocantins. A referida reunião de colegiado em que tal proposta foi aprovada, aconteceu em fevereiro de 2012. Depois de um longo trabalho em conjunto das duas comissões, chegou-se a formatação de uma proposta que consiste na separação do corpo docente do curso, com a formatação de um grupo responsável pela reformulação da licenciatura em Ciências Sociais, em Tocantinópolis e outro grupo responsável pela criação do curso de bacharelado em Ciências Sociais, no Câmpus de Porto Nacional, escolhido para receber o novo curso.

Em termos técnicos essa possibilidade se concretiza com a supressão de um dos vestibulares do curso de licenciatura do Câmpus de Tocantinópolis (já ocorrida em 2014/2), e o deslocamento de um dos processos seletivos para o curso de bacharelado, continuando assim com o mesmo quantitativo de alunos nas Ciências Sociais da UFT, assim distribuídos: 40 (quarenta) discentes no curso de licenciatura e 40 (quarenta) discentes no curso de bacharelado. Assim, a partir de 2015/1 serão oferecidos dois vestibulares anuais: um para o curso de licenciatura em Ciências Sociais, Câmpus de Tocantinópolis; outro para o curso de Bacharelado em Ciências Sociais, Câmpus de Porto Nacional.

O remanejamento de um dos vestibulares para o curso de bacharelado, permite a redução paulatina do quantitativo de disciplinas na licenciatura, propiciando a também paulatina migração dos professores para o curso de bacharelado. As tabelas 1 e 2 combinam as entradas de turmas, anualmente; os períodos correspondentes; o montante de disciplinas a serem ofertadas; e os professores necessários. Respondemos aqui à alteração de acordo com a regressão do quantitativo geral na licenciatura e a progressão do quantitativo geral no bacharelado. Os quadros têm seus conteúdos alterados de acordo com a necessidade dispensada às turmas e suas disciplinas. Na medida em que ocorre vacância de uma necessidade na licenciatura, haverá o preenchimento de um novo conjunto de responsabilidades no bacharelado.

Tabela 1 - Licenciatura

ANO	Períodos	Disciplinas	Quantidade de professor
2014/1	8	40	19
2014/2	7	35	19
2015/1	7	35	16
2015/2	6	30	16
2016/1	6	30	14
2016/2	5	25	14
2017/1	5	25	12
2017/2	4	20	10
2018/1*	4	20	11

*2018/1 – Contratação de um professor que ministrará disciplinas na área de estágio, complementando a carga horária necessária.

Tabela 2 - Bacharelado

ANO	Períodos	Disciplinas	Quantidade de professor

2015/1	1	5	3
2015/2	1	5	3
2016/1	2	10	5
2016/2	2	10	5
2017/1	3	15	7
2017/2*	3	15	8
2018/1**	4	20	10

Obs: dados com suspensão de 1 vestibular do curso de licenciatura (2014/2).

*2017/2 – um dos professores ficará com uma disciplina e ministrará aula em outro colegiado ou pós-graduação.

** Disponibilização de mais um código de vaga para fechar o quadro docente.

Em resumo, o colegiado de Ciências Sociais possui 19 professores, com a repartição, paulatinamente, se chegará ao quantitativo de 10 professores na Licenciatura e 9 professores no bacharelado. Com o adicional de dois códigos de vagas, um deles para o bacharelado e outro para a licenciatura, em 2018/1, chegaremos ao número de 10 professores no bacharelado e 11 professores na licenciatura.

Essa proposta foi colocada em discussão em reunião de colegiado realizada em março de 2013. Em tal ocasião, a proposta das duas comissões, que altera a formatação do curso de Ciências Sociais na UFT, foi aprovada por unanimidade pelos docentes. Dando sequência ao processo de aprovação da proposta, membros das duas comissões realizaram reuniões para a apresentá-la aos diferentes setores da comunidade acadêmica do Câmpus de Tocantinópolis. Deste modo, as reuniões foram realizadas com os discentes do curso de Ciências Sociais, com os técnicos administrativos do Câmpus e, finalmente, com os docentes do curso de Pedagogia. Em todas essas ocasiões a proposta foi debatida e bem aceita, e dúvidas a seu respeito foram sanadas pelos membros das comissões. O próximo passo foi a apresentação da proposta ao Conselho Diretor do Câmpus de Tocantinópolis, em reunião no dia 17 de abril, de 2013, ocasião em que a proposta foi aprovada pelos conselheiros, após exposição e debate sobre a mesma.

Uma vez tendo sido aprovada por todas as instâncias pertinentes no Câmpus de Tocantinópolis, a proposta foi apreciada, votada e aprovada pelo Conselho Diretor do Câmpus de Porto Nacional, local escolhido para abrigar o futuro curso de bacharelado em Ciências Sociais. A este respeito, cabe mencionar que membros das duas comissões apresentaram a proposta para a comunidade acadêmica deste Câmpus em reunião realizada no dia 19 de junho de 2013, que contou com a presença de docentes, discentes e técnicos administrativos.

Por fim, como ultimo estágio de aprovação, a proposta foi encaminhada ao CONSUNI, o Conselho Universitário (CONSUNI) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), que aprovou em

reunião ordinária realizada 26/02/2014 a criação do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais no Câmpus de Porto Nacional e a reformulação da Licenciatura na área no Câmpus de Tocantinópolis.

Este Projeto Político Pedagógico é, portanto, resultado de todo esse esforço coletivo mobilizado no sentido de fortalecer a Ciências Sociais no Estado do Tocantins.

3 – Bases Conceituais do Projeto Pedagógico Institucional

Algumas tendências contemporâneas orientam o pensar sobre o papel e a função da educação no processo de fortalecimento de uma sociedade justa, humanitária e igualitária. A primeira tendência diz respeito às aprendizagens que devem orientar o ensino superior no sentido de serem significativas para a atuação profissional do formando.

A segunda tendência está inserida na necessidade efetiva da interdisciplinaridade, problematização, contextualização e relacionamento do conhecimento com formas de pensar o mundo e a sociedade na perspectiva da participação, da cidadania e do processo de decisão coletivo. A terceira fundamenta-se na ética e na política como bases fundamentais da ação humana. A quarta tendência trata diretamente do ensino superior cujo processo deverá se desenvolver no aluno como sujeito de sua própria aprendizagem, o que requer a adoção de tecnologias e procedimentos adequados a esse aluno para que se torne atuante no seu processo de aprendizagem. Isso nos leva a pensar o que é o ensino superior, o que é a aprendizagem e como ela acontece nessa atual perspectiva.

A última tendência diz respeito à transformação do conhecimento em tecnologia acessível e passível de apropriação pela população. Essas tendências são as verdadeiras questões a serem assumidas pela comunidade universitária em sua prática pedagógica, uma vez que qualquer discurso efetiva-se de fato através da prática. É também essa prática, esse fazer cotidiano de professores de alunos e gestores que darão sentido às premissas acima, e assim se efetivarão em mudanças nos processos de ensino e aprendizagem, melhorando a qualidade dos cursos e criando a identidade institucional.

Pensar as políticas de graduação para a UFT requer clareza de que as variáveis inerentes ao processo de ensino-aprendizagem no interior de uma instituição educativa, vinculada a um sistema educacional, é parte integrante do sistema sócio-político-cultural e econômico do país.

Esses sistemas, por meio de articulação dialética, possuem seus valores, direções, opções, preferências, prioridades que se traduzem, e se impõem, nas normas, leis, decretos, burocracias, ministérios e secretarias. Nesse sentido, a despeito do esforço para superar a dicotomia quantidade X qualidade, acaba ocorrendo no interior da Universidade a predominância dos aspectos quantitativos sobre os qualitativos, visto que a qualidade necessária e exigida não deixa de sofrer as influências de um conjunto de determinantes que configuram os instrumentos da educação formal e informal e o perfil do alunado.

As políticas de Graduação da UFT devem estar articuladas às mudanças exigidas das instituições de ensino superior dentro do cenário mundial, do país e da região amazônica. Devem demonstrar uma nova postura que considere as expectativas e demandas da sociedade e do mundo do trabalho, concebendo Projetos Pedagógicos com currículos mais dinâmicos, flexíveis, adequados e atualizados, que coloquem em movimento as diversas propostas e ações para a formação do cidadão capaz de atuar com autonomia. Nessa perspectiva, a lógica que pauta a qualidade como tema gerador da proposta para o ensino da graduação na UFT tem, pois, por finalidade a construção de um processo educativo coletivo,

objetivado pela articulação de ações voltadas para a formação técnica, política, social e cultural dos seus alunos.

Nessa linha de pensamento, torna-se indispensável à interação da Universidade com a comunidade interna e externa, com os demais níveis de ensino e os segmentos organizados da sociedade civil, como expressão da qualidade social desejada para a formação do cidadão. Nesse sentido, os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) da UFT deverão estar pautados em diretrizes que contemplem a permeabilidade às transformações, a interdisciplinaridade, a formação integrada à realidade social, a necessidade da educação continuada, a articulação teoria– prática e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Deverão, pois, ter como referencial:

- a democracia como pilar principal da organização universitária, seja no processo de gestão ou nas ações cotidianas de ensino;
- o deslocamento do foco do ensino para a aprendizagem (articulação do processo de ensino aprendizagem) re-significando o papel do aluno, na medida em que ele não é um mero receptor de conhecimentos prontos e descontextualizados, mas sujeito ativo do seu processo de aprendizagem;
- o futuro como referencial da proposta curricular – tanto no que se refere a ensinar como nos métodos a serem adotados. O desafio a ser enfrentado será o da superação da concepção de ensino como transmissão de conhecimentos existentes. Mais que dominar o conhecimento do passado, o aluno deve estar preparado para pensar questões com as quais lida no presente e poderá defrontar-se no futuro, deve estar apto a compreender o presente e a responder a questões prementes que se interporão a ele, no presente e no futuro;
- a superação da dicotomia entre dimensões técnicas e dimensões humanas integrando ambas em uma formação integral do aluno;
- a formação de um cidadão e profissional de nível superior que resgate a importância das dimensões sociais de um exercício profissional. Formar, por isso, o cidadão para viver em sociedade;
- a aprendizagem como produtora do ensino; o processo deve ser organizado em torno das necessidades de aprendizagem e não somente naquilo que o professor julga saber;
- a transformação do conhecimento existente em capacidade de atuar. É preciso ter claro que a informação existente precisa ser transformada em conhecimento significativo e capaz de ser transformada em aptidões, em capacidade de atuar produzindo conhecimento;
- o desenvolvimento das capacidades dos alunos para atendimento das necessidades sociais nos diferentes campos profissionais e não apenas demandas de mercado;
- o ensino para as diversas possibilidades de atuação com vistas à formação de um profissional empreendedor capaz de projetar a própria vida futura, observando-se que as demandas do mercado não correspondem, necessariamente, às necessidades sociais.

3.1. Fundamentos do Projeto Pedagógico dos Cursos da UFT

No ano de 2006, a UFT realizou o seu I Fórum de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (FEPEC), no qual foi apontado como uma das questões relevantes as dificuldades relativas ao processo de formação e ensino-aprendizagem efetivados em vários cursos e a necessidade de se efetivar no seio da Universidade um debate sobre a concepção e organização didático-pedagógica dos projetos pedagógicos dos cursos.

Nesse sentido, este Projeto Pedagógico objetiva promover uma formação ao estudante com ênfase no exercício da cidadania; adequar a organização curricular dos cursos de graduação às novas demandas do mundo do trabalho por meio do desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à atuação, profissional, independentemente da área de formação; estabelecer os processos de ensino-aprendizagem centrados no estudante com vistas a desenvolver autonomia de aprendizagem, reduzindo o número de horas em sala de aula e aumentando as atividades de aprendizado orientadas; e, finalmente, adotar práticas didático-pedagógicas integradoras, interdisciplinares e comprometidas com a inovação, a fim de otimizar o trabalho dos docentes nas atividades de graduação.

A abordagem proposta permite simplificar processos de mudança de cursos e de trajetórias acadêmicas a fim de propiciar maiores chances de êxito para os estudantes e o melhor aproveitamento de sua vocação acadêmica e profissional. Ressaltamos que o processo de ensino e aprendizagem deseja considerar a atitude coletiva, integrada e investigativa, o que implica a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Reforça não só a importância atribuída à articulação dos componentes curriculares entre si, através da interdisciplinaridade, no semestre e ao longo do curso, mas também sua ligação com as experiências práticas dos educandos.

4 – Organização Didático-Pedagógica

4.1. Administração Acadêmica

O processo de ensino-aprendizagem ministrado pela Universidade Federal do Tocantins é composto pelas modalidades de graduação, pós-graduação e extensão. Cabe aos cursos de graduação oferecidos pela UFT ministrar a habilitação necessária exercício profissional e/ou obtenção de qualificação específica e aos cursos de pós-graduação capacitar os alunos em nível de especialização, mestrado e doutorado. Quanto à destinação dos cursos de extensão ofertados pela Universidade, cabe o papel de complementar as diversas linhas do saber, visando sempre buscar o caráter do saber extra-acadêmico, ou seja, visar sempre aprimorar o conhecimento da sociedade quanto aos aspectos políticos, socioeconômicos, históricos, naturais e culturais. A estas três modalidades estão alicerçadas pelas normativas e regimentos internos da própria Instituição, bem como de cada Curso. O baluarte da UFT está no seu modo de aplicar à teoria à prática por meio do ensino, da pesquisa e da extensão sem deixar suas dicotomias aflorarem e se tornarem entraves, mas sim, tornando as atividades sociais, políticas, econômicas, culturais e educacionais um único sistema de ensino por meio de novas didáticas e novas tecnologias.

Esta estrutura congrega as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação e os cursos mantidos pela Universidade Federal do Tocantins têm seus currículos plenos distribuídos em disciplinas respeitando as normativas do CNE. Assim, as cargas horárias estabelece uma formação geral dentro das especificidades de cada curso e estabelecendo a formação profissional de cada ciência. De acordo com a PROGRAD (Pró-reitoria de graduação), os cursos funcionam em regime semestral, distribuído em grupo de disciplinas semestrais e tem duração variando no mínimo de 3 (três) a 4 (quatro) anos e de no máximo 6 (seis) ou 7 (sete) anos de acordo com cada curso ofertado. O

calendário acadêmico é único, cumprindo o mínimo de 200 dias letivos e hora/aula estabelecida em 50 minutos.

Desde junho de 2011 a gestão acadêmica e administrativa do Câmpus de Porto Nacional é conduzida pela profa. Dra. Juscéia Aparecida Veiga Garbelini vinculada ao Colegiado de Letras e com a gestão de duas Unidades em Porto Nacional: Câmpus da UFT e UFT – Centro.

4.2. Coordenação Acadêmica

A coordenação acadêmica do curso de bacharelado em Ciências sociais será constituída na primeira reunião de colegiado do presente curso, previsto para se iniciar no início de 2015. Tal colegiado será formado pelos docentes do curso e representantes dos técnico-administrativos e dos discentes.

5. Projeto Político Pedagógico

O diálogo para a reformulação deste projeto pedagógico de curso estabeleceu novos parâmetros de debates entre os membros do Colegiado de Curso (docentes, discentes e técnico-administrativo). Desde 2012, duas comissões foram criadas para elaborar os novos parâmetros pedagógicos e tecnológicos que o Curso de Ciências Sociais (licenciatura e bacharelado) se balizaria a partir de novas matrizes curriculares aprovadas e implantadas.

5.1 Justificativa

O curso de Bacharelado em Ciências Sociais terá oferta anual de 40 vagas. Será criado no ano de 2015/1, no Câmpus de Porto Nacional, da Universidade Federal do Tocantins. O histórico de criação do curso de Bacharelado Ciências Sociais remonta a consolidação do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, situado no Câmpus de Tocantinópolis. No processo de consolidação da licenciatura foi também aprovado um Projeto Político Pedagógico do curso de bacharelado, porém, não efetivado. Mesmo assim, os professores do colegiado de Licenciatura em Ciências Sociais realizaram reuniões regulares e apresentaram propostas que não tiveram êxito naquele contexto, sobre a viabilidade de efetivação do Bacharelado em Ciências Sociais na região central do Estado.

Como resultado concreto dessas ações foi realizada pelos professores Heber Grácio e Marcelo de Souza Cleto, ambos do colegiado do curso de licenciatura em Ciências Sociais, Câmpus de Tocantinópolis, uma ampla pesquisa demonstrando a viabilidade do curso de bacharelado em Ciências sociais e apontando o Câmpus de Porto Nacional como aquele que ofereceria o melhor contexto acadêmico, histórico e cultural para receber o curso.

Apontavam, ainda, nesse documento a necessidade de efetivar uma das diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFT, que prevê a criação de um curso de bacharelado na região central do Estado até 2015. A criação do curso e a implantação do Projeto Político pedagógico se justificam pela consolidação das Ciências Sociais no Estado do Tocantins, permitindo assim preencher tal lacuna apontado no PDI, a saber, de que o Estado do Tocantins é o único no país a não ter um curso de Ciências Sociais em sua região central.

Este Projeto Político Pedagógico se justifica também pelo fortalecimento da identidade do Câmpus de Porto Nacional no que tange a formação de docentes, pesquisadores e profissionais ligados a área de ciências humanas e suas áreas afins.

Como lembravam os Professores no referido documento:

Um bacharelado em Ciências Sociais apresenta-se como um contributo importante para a

consolidação da Universidade Federal do Tocantins, das Ciências Sociais brasileira, mas acima de tudo, para constituição de um ambiente de produção e disseminação do pensamento humano e social em parceria com as graduações em História, Geografia, Letras e Ciências Biológicas, alcançando o Câmpus Universitário de Porto Nacional como um centro de Ciências Humanas de referência no norte brasileiro (Gracio & Cleto, 2011: 19).

A implantação do curso se justifica ainda pelo papel institucional da UFT de se posicionar frente a uma realidade social bastante heterogênea. O estado do Tocantins é historicamente marcado pela diversidade étnica, cultural e linguística, compostas por diferentes povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos entre outros grupos sociais urbanos e/ou rurais de grande importância para contexto sócio político da Amazônia Legal. Atualmente, para o contexto tocantinense e da Amazônia Legal em geral, a ampliação das políticas públicas - de cunho social, educacional, ambiental e cultural - tem demandado cada vez mais a necessidade de formação de bacharéis/profissionais sensíveis à uma leitura crítica da realidade social tendo como parâmetro os ensinamentos das ciências sociais em suas três áreas de especialização - antropologia, ciências política e sociologia.

O curso estará, assim, voltado para a formação de pesquisadores e profissionais que atendam a essas demandas, atuando em planejamento, consultoria, formação e assessoria junto a empresas públicas, privadas, organizações não governamentais, governamentais, partidos políticos, movimentos sociais e atividades similares.

Além disso, o projeto é amplamente justificável pela proposição de efetivar um espaço de formação e reflexão das ciências sociais em uma cidade histórica da Região Central, cujo Câmpus se destaca justamente pela presença de cursos de bacharelado e licenciatura em áreas afins as das ciências sociais. Situado na cidade de Porto Nacional, próximo ao centro político e econômico do Estado, o curso de bacharelado em ciências sociais irá contribuir no atendimento às demandas da realidade administrativa da região central do Estado do Tocantins, formando quadros qualificados para as organizações governamentais e não governamentais, além de oferecer suporte técnico e reflexivo ao ensino, pesquisa e extensão para as particularidades culturais, sociais e econômicas desta região.

Este Projeto Político Pedagógico se justifica finalmente por ser resultado de todo um esforço coletivo mobilizado no sentido de fortalecer às Ciências Sociais no Estado do Tocantins.

5.2 Objetivos do Curso

Objetivo Geral

- O Curso de bacharelado em Ciências Sociais deve ter como objetivo primeiro a formação de profissionais capazes de fazer uma leitura crítica da realidade social, econômica, política e cultural do país e, em nosso caso, da região do Tocantins e da Amazônia Legal.

Objetivos Específicos

- Formar pesquisadores preocupados com as questões sociais, políticas e culturais que interferem na vida social dos sujeitos;
- Propiciar debates sobre a realidade sócio-econômica-cultural da região para os profissionais que atuam em diversas áreas, inclusive no planejamento de Políticas Públicas;
- Possibilitar a formação de profissionais capazes de pensar no desenvolvimento de projetos de sustentabilidade para as diversas etnias e grupos sociais;

- Formar profissionais para o quadro técnico da administração pública;
- Consolidar o curso para construir, a partir do diálogo com os cursos de ciências humanas do Câmpus de Porto Nacional (Letras, História e Geografia), a possibilidade de cursos de pós-graduação na Área de Ciências Humanas e Sociais;
- Propiciar o diálogo com os demais cursos da UFT, principalmente àqueles da área de Ciências Humanas e Sociais, e estabelecer contatos efetivos com os demais cursos de Ciências Sociais das regiões Norte e Nordeste, objetivando a elevação do debate acadêmico sobre os temas de interesse do curso.

5.3 Perfil profissiográfico

Segundo o parecer CNE/CES 492/2001, o profissional deverá ter o seguinte perfil:

- Pesquisador: seja na área acadêmica ou não acadêmica.
- Profissional que atue em planejamento, consultoria, formação e assessoria junto a empresas públicas, privadas, organizações não governamentais, governamentais, partidos políticos, movimentos sociais e atividades similares.

A formação de profissionais dinâmicos contará com uma ampla formação básica que permita incorporar diversas ocupações nos setores público, privado e não-governamental (ONG's), podendo também atuar em um campo específico de aplicação como: assessor e consultor para políticas e programas sociais, entre outras. Atualmente o cientista social tem atuado em pesquisa empírica tais como: amostrais e censitárias, de padrões de vida, consumo, opinião, mercado e eleitorais.

Em outras palavras, o perfil do egresso deverá contemplar as condições para atuar, a partir do título de Bacharel, nas áreas de:

- Planejamento e Assessoria de políticas públicas, tanto técnica como política, para instituições, como prefeituras, secretarias e empresas governamentais; e privadas, como associações profissionais, organizações não-governamentais, sindicatos, partidos políticos, além de movimentos sociais, visando à elaboração e execução de projetos em políticas institucionais; assessoria e formação de novas lideranças;
- Na Pesquisa: poderá atuar nas áreas sócio-ambiental (ecologia, impacto ambiental); Implantação e avaliação de políticas públicas; Estudos sócio-patrimoniais e arqueológicos; Análise de novas tecnologias, métodos e técnicas de produção e processos de trabalho; resultados e tendências político-eleitorais, entre outras.

5.4 Competências, atitudes e habilidades

De acordo com as diretrizes curriculares aprovadas em 03 de abril de 2001, através do parecer CNE/CES nº 492/01, temos:

- Domínio da bibliografia teórica e metodológica básica
- Autonomia intelectual
- Capacidade analítica
- Competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social
- Compromisso social
- Competência na utilização da informática

- Articulação interdisciplinar entre as diferentes áreas das ciências sociais e outras áreas do conhecimento humano.
- Capacidade de intervenção crítica na realidade social do Estado do Tocantins.

5.5. Campo de atuação profissional

O egresso do bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Tocantins aglutina, em sua formação, uma série de competências e de habilidades que lhe gabaritam para o exercício de uma prática profissional alinhada às demandas de uma sociedade democrática, que respeita a diversidade étnica e empreende reflexões e práticas políticas fundamentadas na lisura e no interesse do cidadão.

Dentre o variado conjunto de práticas profissionais comuns a todo Cientista Social, o bacharel estará apto para as atividades específicas das áreas fundamentais das Ciências Sociais. De forma abrangente, o profissional terá a capacidade de articular o conhecimento teórico adquirido com a análise de contextos sociais concretos, deverá também demonstrar bom domínio da expressão escrita e oral, de maneira a se comunicar adequadamente através de apresentações, mini-cursos, e intervenções que exigem a razoabilidade.

Em **Antropologia** o egresso estará apto para:

- Desenvolvimento e publicação de estudos especializados em revistas científicas em torno da temática antropológica;
- Redação de artigos sobre questões culturais e étnicas em jornais, blogs e revistas;
- Habilitação para o prosseguimento da formação acadêmica em nível de pós-graduação (mestrado);
- Docência quando ao seu instrumental teórico-metodológico forem acrescentadas habilidades didático-pedagógicas, na rede de ensino privada quanto na pública, em graduações de Ciências Sociais, ou em cursos que possuam as disciplinas: Antropologia, Cultura Brasileira, entre outras;
- Realização de pesquisas de campo: etnografia, observação participante, entrevistas orais e outras de caráter antropológico;
- Capacidade de definição de objetivos e estratégias que orientam a dinâmica de organizações não-governamentais; movimentos sociais, indígenas e quilombolas;
- Realizar consultorias e assessorias para órgãos da administração pública e do setor privado que visem estudos técnicos tais como: laudos antropológicos, diagnósticos sócio-culturais e estudos de impacto socioambiental;
- Ocupar cargos públicos em suas diversas esferas: Executivo, Legislativo e Judiciário;

Em **Ciência Política** o egresso estará apto para:

- Desenvolvimento e publicação de estudos especializados em revistas científicas em torno da temática política;
- Redação de artigos sobre questões políticas como transição de governos, partidos políticos e práticas governamentais em jornais, blogs e revistas;
- Habilitação para o prosseguimento da formação acadêmica em nível de pós-graduação (mestrado);

- Docência quando ao seu instrumental teórico-metodológico forem acrescentadas habilidades didático-pedagógicas, na rede de ensino privada quanto na pública, em graduações de Ciências Sociais ou em cursos que possuam as disciplinas: Teoria do Estado, Ciência Política, Política Brasileira, entre outras;
- Realização de pesquisas qualitativas e quantitativas de caráter sócio-político, como avaliações, verificações da imagem corporativa, opinião pública, movimento eleitoral, e etc.
- Capacidade de definição de objetivos e estratégias que orientam a dinâmica de campanhas políticas;
- Realizar consultorias e assessorias para órgãos da administração pública e do setor privado, bem como, para candidatos e gestores eleitos;
- Ocupar cargos públicos em suas diversas esferas: Executivo, Legislativo e Judiciário;
- Capacidade para compreender os mecanismos envolvidos nos processos sociais, gerenciando e antevendo os impactos sobre os diversos setores da sociedade. Aplicação, gerenciamento e avaliação de políticas públicas;
- Identificar e analisar as mudanças políticas em escala global, nacional, regional e local.

Em **Sociologia** o egresso estará apto para:

- Desenvolvimento e publicação de estudos especializados em revistas científicas em torno da temática sociológica;
- Redação de artigos sobre questões sociais, arte e crítica em jornais, blogs e revistas;
- Habilitação para o prosseguimento da formação acadêmica em nível de pós-graduação (mestrado);
- Docência quando ao seu instrumental teórico-metodológico forem acrescentadas habilidades didático-pedagógicas, na rede de ensino privada quanto na pública, em graduações de Ciências Sociais ou em cursos que possuem as disciplinas: Sociologia, Metodologia Científica, Métodos e Técnicas de Pesquisa, entre outras;
- Realização de pesquisas qualitativas e quantitativas de caráter sociológico
- Capacidade de definição de objetivos e estratégias que orientam a dinâmica de organizações não-governamentais; movimentos sociais, dos direitos dos indivíduos, das relações de gênero, e das questões relativas ao meio ambiente;
- Realizar consultorias e assessorias para órgãos da administração pública e do setor privado que visem o planejamento urbano e o desenvolvimento regional;
- Ocupar cargos públicos em suas diversas esferas: Executivo, Legislativo e Judiciário.

De acordo com documentos oficiais, apenas o Sociólogo tem profissão regulamentada segundo a Lei no. 6.888 de 10 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o exercício da profissão de Sociólogo e dá outras providências. Apresentamos aqui a referida lei, uma grande conquista para as Ciências Sociais Brasileiras.

Art. 1º O exercício, no País, da profissão de Sociólogo, observadas as condições de habilitação e as demais exigências legais, é assegurado:

- a) aos bacharéis em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, diplomados por estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos;
- b) aos diplomados em curso similar no exterior, após a revalidação do diploma, de acordo com a legislação em vigor;
- c) aos licenciados em Sociologia, Sociologia Política ou Ciências Sociais, com licenciatura plena, realizada até a data da publicação desta Lei, em estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos;
- d) aos mestres ou doutores em Sociologia, Sociologia Política ou Ciências Sociais, diplomados até a data da publicação desta Lei, por estabelecimentos de pós-graduação, oficiais ou reconhecidos.
- e) aos que, embora não diplomados nos termos das alíneas *a*, *b*, *c* e *d*, venham exercendo efetivamente, há mais de 5 (cinco) anos, atividade de Sociólogo, até a data da publicação desta Lei.

Art. 2º É da competência do Sociólogo:

- I - elaborar, supervisionar, orientar, coordenar, planejar, programar, implantar, controlar, dirigir, executar, analisar ou avaliar estudos, trabalhos, pesquisas, planos, programas e projetos atinentes à realidade social;
- II - ensinar Sociologia Geral ou Especial, nos estabelecimentos de ensino, desde que cumpridas as exigências legais;
- III - assessorar e prestar consultoria a empresas, órgãos da administração pública direta ou indireta, entidades e associações, relativamente à realidade social;
- IV - participar da elaboração, supervisão, orientação, coordenação, planejamento, programação, implantação, direção, controle, execução, análise ou avaliação de qualquer estudo, trabalho, pesquisa, plano, programa ou projeto global, regional ou setorial, atinente à realidade social.

Art. 3º Os órgãos públicos da administração direta ou indireta ou as entidades privadas, quando encarregados da elaboração e execução de planos, estudos, programas e projetos sócio-econômicos ao nível global, regional ou setorial, manterão, em caráter permanente, ou enquanto perdurar a referida atividade, Sociólogos legalmente habilitados, em seu quadro de pessoal, ou em regime de contrato para prestação de serviços.

Art. 4º As atividades de Sociólogo serão exercidas na forma de contrato de trabalho, regido pela Consolidação das Leis do trabalho, em regime do Estatuto dos Funcionários Públicos, ou como atividade autônoma.

Art. 5º Admitir-se-á, igualmente, a formação de empresas ou entidades de prestação de serviço previstos nesta Lei, desde que as mesmas mantenham Sociólogo como responsável técnico e não cometam atividades privativas de Sociólogo a pessoas não habilitadas.

Art. 6º O exercício da profissão de Sociólogo requer prévio registro no órgão competente do Ministério do Trabalho, e se fará mediante a apresentação de:

- I - documento comprobatório de conclusão dos cursos previstos nas alíneas *a*, *b*, *c* e *d* do art.1º, ou a comprovação de que vem exercendo a profissão, na forma da alínea e do art. 1º;

II - carteira profissional.

Parágrafo único. Para os casos de profissionais incluídos na alínea e do art. 1º, a regulamentação desta Lei disporá sobre os meios e modos da devida comprovação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da respectiva publicação.

Lei esta alterada pelo **PROJETO DE LEI Nº, de 25 de maio de 2011, do Dep. Chico Alencar**, nos seguintes termos:

Art. 1º. O art. 1º da Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.....
.....

c) aos licenciados em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, com licenciatura plena obtida em estabelecimento de ensino superior oficial e reconhecido;

.....” (NR).

Art. 2º. O art. 2º da Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º.....
.....

Parágrafo único – A competência disposta no inciso II é exclusiva do profissional de que trata o art. 1º desta Lei” (AC).

Pelo exposto, tem-se que após haver o legislador estabelecido na lei 6.888 de 1980 as competências do ofício de Sociólogo, o projeto recém aprovado no Congresso Nacional delimita a exclusividade da competência de lecionar na respectiva área ao âmbito do exercício profissional do egresso de curso de licenciatura em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais. O que por si exige a regularização da contratação de professores na rede pública e privada tendo em vista a obrigação gerada pelos diplomas legais supracitados, de modo a passar a existir um campo de atuação profissional exclusivo no que diz respeito à atuação do Sociólogo, o que demanda a formação perene de profissionais com esta habilitação.

5.6. Organização Curricular

5.6.1. Conteúdos curriculares

O curso de bacharelado em Ciências Sociais tem sua estrutura curricular organizada da seguinte forma:

A) 285 (duzentas e oitenta e cinco) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso.

B) 2265 (dois mil duzentos e sessenta e cinco) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural.

C) 210 (Duzentas e dez) horas atividades complementares de cunho acadêmico e científico-cultural.

Total de créditos	184
Carga horária teórica	2265
Carga horária prática	285
Subtotal	2550
Atividades complementares	210
Total geral	2760

I. O(a) aluno(a) deverá cursar 210 h/a de atividades complementares, compreendendo as seguintes atividades: participação em congressos, seminários, semanas acadêmicas, curso de extensão, iniciação científica, estágios extracurriculares, monitorias e outros eventos de caráter científico e acadêmico;

II. O currículo exposto exige a obtenção de um total de: 2760 h/a;

III. Disciplinas optativas: 360 horas, divididas entre três disciplinas das áreas centrais da ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política) e três disciplinas de suas áreas afins (Filosofia, História/Geografia, Economia) escolhidas pelos docentes em um rol de trinta e cinco disciplinas das diferentes e respectivas áreas.

IV. O prazo mínimo para a integralização curricular é de oito (8) semestres e máximo de doze (12) semestres, perfazendo um total de 2760 h/a, que correspondem a 184 créditos. Destes, 2550 horas são de disciplinas (170 créditos) e 210 horas de atividades complementares (14 créditos).

V. O número mínimo de créditos que o (a) acadêmico (a) poderá matricular-se, semestralmente, no bacharelado em Ciências Sociais, será de oito (8), com fundamento no art. 44, § 2º do Regimento Acadêmico da UFT. O número máximo de créditos que o (a) acadêmico poderá matricular-se, semestralmente, no bacharelado em Ciências sociais, será de vinte e oito (28), atendendo o artigo supracitado.

VI. O Bacharelado em Ciências Sociais será oferecido no turno Noturno, na modalidade anual.

VII. *Atividades semipresenciais*: o curso de graduação em Ciências Sociais estabelece em sua respectiva estrutura curricular o oferecimento de disciplinas na modalidade semipresencial, contando com o suporte de recursos didáticos organizados em distintos suportes tecnológicos e da ciência da informação que utilizem novas mídias de comunicação, baseadas no Art. 81 da Lei 9.394 de 1996, deste que não ultrapassem 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso nos termos da Portaria nº 4.059 de 10 de dezembro de 2004. A opção do curso para a utilização semestral das disciplinas semipresenciais, no caso específico o da utilização da Plataforma Moodle, está em consonância com a Resolução do Conselho

de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) nº 15/2011, que dispõe sobre a regulamentação nas modalidades semipresencial e tutorial da Universidade Federal do Tocantins.

5.6.2. Matriz Curricular

O Curso de bacharelado em Ciências Sociais será desenvolvido em 8 (oito) semestres. A composição curricular obedece ao estabelecido pelo Parecer nº CNE/CES 492/2001 e Parecer nº CNE/CES 1363/2001.

A carga horária total do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais é de **2.760** h/a, estando de acordo com a resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007.

ID.	DISCIPLINA	C.H	C.H.T	C.H. P	CR	PRÉ- Requisito
1º Período						
1	Antropologia I	60	60	-		-
2	Sociologia I	60	60	-	4	-
3	Ciência Política I	60	60	-	4	-
4	História Moderna	60	60	-	4	-
5	Leitura e Prática de Produção de Texto	60	45	15	4	-
CARGA HORÁRIA TOTAL POR PERÍODO		300				
2º Período						
6	Antropologia II	60	60	-	4	Antropologia I
7	Sociologia II	60	60	-	4	Sociologia I
8	Ciência Política II	60	60	-	4	Ciência Política I
9	Filosofia I	60	60	-	4	-
10	Estudos sobre África e Brasil-África	60	60	-	4	-
CARGA HORÁRIA TOTAL POR PERÍODO		300				
3º Período						
11	Antropologia III	60	60	-	4	Antropologia II
12	Sociologia III	60	60	-	4	Sociologia II
13	Ciência Política III	60	60	-	4	Ciência

14						Política II
15	Geografia Humana	60	60	-	4	-
	Filosofia II	60	60	-	4	Filosofia I
	CARGA HORÁRIA TOTAL POR PERÍODO	300				
4º Período						
16	Antropologia IV	60	60	-	4	Antropologia III
17						
18	Ciência Política IV	60	60	-	4	Sociologia III
19	Sociologia IV	60	60	-	4	Ciência Política III
20	Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais	60	60	-	4	Antropologia I, Sociologia I, Ciência Política I, Filosofia I
	História do Pensamento Econômico	60	60	-	4	-
	CARGA HORÁRIA TOTAL POR PERÍODO	300				
5º Período						
21	Cultura, Política e Patrimônio	60	60	-	4	Antropologia I
22	Prática de Pesquisa em Sociologia	90	30	60	6	Sociologia I, II, III e IV; Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais
	Sociedades e Culturas Indígenas	60	60	-	4	-
23						
24	Política Brasileira	60	60	-	4	Ciência Política I
25	Metodologia Quantitativa em Ciências Sociais	60	60	-	4	Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais
	CARGA HORÁRIA TOTAL POR PERÍODO	330				

6º Período						
26	Economia	60	60	-	4	História do Pensamento Econômico
27	Prática de Pesquisa em Antropologia	90	30	60	6	Antropologia I, II, III e IV; Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais
	Pensamento Social no Brasil	60	60	-	4	-
28	Optativa (Filosofia)	60	60	-	4	Filosofia I e II
29	Optativa (Ciência Política)	60	60	-	4	Ciência Política I e II
30						
	CARGA HORÁRIA TOTAL POR PERÍODO	330				
7º Período						
31	Seminário de Pesquisa em Ciências Sociais I (TCC I)	90	45	45	6	Sociologia I, II, III e IV; Antropologia I, II, III e IV; Ciência Política I, II, III, IV; Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais; Metodologia Quantitativa em Ciências Sociais
32	Prática de Pesquisa em Ciência Política	90	30	60	6	Ciência Política I, II, III, IV; Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais;

33 34 35	Optativa (Sociologia)	60	60	-	4	Sociologia I e II
	Optativa (Antropologia)	60	60	-	4	Antropologia I e II
	Optativa (Economia)	60	60	-	4	História do Pensamento Econômico
	CARGA HORÁRIA TOTAL POR PERÍODO	360				
8º Período						
36 37 38 39 40	Seminário de Pesquisa em Ciências Sociais II (TCC II)	90	45	45	6	Seminário de Pesquisa em Ciências Sociais I (TCC I)
	Optativa (História/Geografia)	60	60	-	4	-
	Tópicos especiais em Sociologia	60	60	-	4	Sociologia I
	Tópicos especiais em Antropologia	60	60	-	4	Antropologia I
	Tópicos especiais em Ciência Política	60	60	-	4	Ciência Política I
	CARGA HORÁRIA TOTAL POR PERÍODO	330				
TOTAL		2550*	2265	285	184	

* A este total somam-se 210 horas de atividades complementares, totalizando 2760 horas de carga horária total do curso.

Disciplinas Optativas

ID.	DISCIPLINA	C.H	C.H.T	C.H.P	CR
1	Etnologia Indígena da Amazônia	60	60	-	
2	Organização Social e Parentesco	60	60	-	4
3	Arte e Sociedade	60	60	-	4

4	Sociologia Brasileira	60	60	-	4
5	Sociologia da Educação	60	60	-	4
6	Movimentos Sociais e Desenvolvimento Regional	60	60	-	4
7	Estatística aplicada às Ciências Sociais	60	60	-	4
8	Análise e Planejamento Sócio Ambiental	60	60	-	4
9	Política e Relações Internacionais na contemporaneidade	60	60	-	4
10	Linguística Aplicada às Ciências Sociais	60	60	-	4
11	Família e Sociedade	60	60	-	4
12	Sociologia urbana	60	60	-	4
13	Sociologia das Relações Raciais	60	60	-	4
14	Sociologia do Trabalho	60	60	-	4
15	Formação Política do Tocantins	60	60	-	4
16	Estratégia Política	60	60	-	4
17	Filosofia Política pós-colonial	60	60	-	4
18	História das ideias políticas	60	60	-	4
19	Antropologia da Arte	60	60	-	4
20	Gênero e sociedade	60	60	-	4
21	Tópicos especiais em filosofia	60	60	-	4
22	Filosofia contemporânea	60	60	-	4
23	Filosofia da Educação	60	60	-	4
24	Tópicos especiais em economia	60	60	-	4
25	Análise Econômica de políticas sociais	60	60	-	4
26	Economia Sustentável	60	60	-	4
27	Tópicos especiais em História	30	60	-	4
28	Formação Histórica da sociedade brasileira	60	60	-	4
29	Leituras da História regional	60	60	-	4
30	Tópicos especiais em Geografia	60	60	-	4
31	Geografia da Amazônia	60	60	-	4

32	Espaço, território e sociedade	60	60	-	4
33	Cultura Brasileira	60	60	-	4
34	Antropologia dos Rituais	60	60	-	4
35	História indígena e do indigenismo	60	60	-	4
36	Libras	60	60	-	4

*** Novas disciplinas optativas podem ser incluídas nesta lista de acordo com aprovação do colegiado.**

5.6.3. Abordagem da Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2010)

A abordagem de conteúdos e metodologias que valorizem as relações étnico – raciais, permite e estimula o trabalho conjunto entre dois ou mais campos distintos, em busca de um trabalho interdisciplinar, portanto, a temática é tratada conforme a Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2010, em diversas disciplinas obrigatórias e optativas as disciplinas do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais, principalmente na disciplina obrigatória intitulada “**Estudos sobre África e Brasil-África**”. A proposta é que seja abordado de forma interdisciplinar estabelecendo ligações de complementaridade, convergência, interconexões e passagens entre os conhecimentos. E ainda de forma específica através de disciplinas optativas.

5.6.4. Abordagem da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999, Art. 11).

A educação ambiental se aproxima e interage com outras dimensões da educação contemporânea, mas sua especificidade está no respeito à diversidade, aos processos vitais dos estilos de vida individuais e coletivos. Espaços e as estruturas de Educação Ambiental são considerados importantes focos para a difusão de uma cultura ambiental fora e dentro das Instituições de Ensino. Ao mesmo tempo, a criação e manutenção desses espaços, refletem uma resposta a uma demanda social. Portanto a abordagem da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999, Art. 11), perpassará as disciplinas do curso, principalmente, as de “**Geografia Humana**”, “**Geografia da Amazônia**” e “**Análise e Planejamento Sócio-Ambiental**”. E também será ofertada através de disciplinas optativas espaços para discussão da temática.

5.6.5. LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais (Decreto nº 5.626/2005):

Em atendimento ao Decreto-Lei de número 5.626/2005, a disciplina de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) e ofertada de forma optativa na matriz curricular do Bacharelado em Ciências Sociais, sendo esta uma disciplina de 60 (sessenta) horas.

5.6.6 Ementário

PRIMEIRO PERÍODO

ANTROPOLOGIA I

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
1	4	60	60	0.0	-
Ementa:					
Antropologia no âmbito das Ciências Humanas. Introdução aos conceitos de etnocentrismo, cultura e alteridade. Evolucionismo, Difusionismo, Culturalismo e a experiência da relativização.					
Objetivo:					
Possibilitar ao aluno(a) conhecimentos introdutórios em Antropologia, estabelecendo perspectivas para o aprofundamento de instrumentos teóricos e metodológicos da reflexão antropológica.					
Bibliografia Básica:					
BOAS, Franz. Antropologia Cultural . 4ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007. CASTRO, Celso (Org.). Evolucionismo Cultural: Textos de Morgan, Tylor e Frazer . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. DA MATTA, Roberto. Relativizando: uma introdução à Antropologia Social . Rio de Janeiro: Rocco, 1987.					
Bibliografia Complementar:					
BOAS, Franz. Formação da Antropologia Americana, 1883-1911 . Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. KROEBER, A. L. A. A natureza da cultura . Lisboa: Edições 70, 1983. LARAIA, Roque. Cultura: um conceito antropológico . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. (Série Antropologia Social) MEAD, Margaret. Sexo e temperamento . 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2000. ROCHA, Everardo P. Guimarães. O que é etnocentrismo . São Paulo: Brasiliense, 2006.					

SOCIOLOGIA I

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
2	4	60	60	0.0	-
Ementa:					
Produção social do conhecimento. Origem e formação da sociologia. Sociologia como Ciência. Auguste Comte e Émile Durkheim. Conceitos básicos de Sociologia.					
Objetivo:					
Apresentar o surgimento da sociologia, bem como a produção teórica de seus primeiros pensadores relacionada ao conhecimento nas Ciências Humanas.					
Bibliografia Básica:					
DURKHEIM, Émile. As Regras do Método Sociológico . São Paulo: Martins Fontes, 2014. LALLEMENT, Michel. História das ideias sociológicas . Das origens a Max Weber. Petrópolis: Vozes, 2003. MARCELLINO, Nelson Carvalho. Introdução às ciências sociais . Campinas: Papirus, 1989.					
Bibliografia Complementar:					
BENOIT, Leila Oliveira. Sociologia comteana: gênese e devir . Discurso Editorial, 1999. COHN, Gabriel. Para ler os Clássicos . Azougue, 2007. DURKHEIM, Émile. Sociologia . (Coleção grandes cientistas sociais). RODRIGUES, José Albertino (org). Ed. Ática, 1999. QUINTANEIRO, Tânia. Um Toque de Clássicos : Marx, Durkheim e Weber. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia . 57. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.					

CIÊNCIA POLÍTICA I

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
3	4	60	60	0.0	-
Ementa:					
Origem, objeto e método da Ciência Política. Formas de governo. Origens da democracia e o desenvolvimento da ciência da <i>polis</i> . Estado Moderno: poder, nação, território. Contrato social: indivíduo e sociedade.					
Objetivos:					
Definir a política como fenômeno humano. Localizar a contribuição grega para a genealogia da Ciência Política. Indicar para as relações entre política e ética. Identificar a formação do Estado moderno e suas tensões. Introduzir o debate das teorias contratualistas.					
Bibliografia Básica:					
HOBBS, Thomas. Leviatã ou A matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. São Paulo: Ícone, 2000.					
MACHIAVELLI, Niccolò. O príncipe . Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.					
PLATÃO. A República . São Paulo: Nova Cultural, 1997.					
Bibliografia Complementar					
ARENDT, Hannah. Que é autoridade? In: _____. Entre o passado e o futuro . São Paulo: Perspectiva, 2003. p. 127-187.					
ARISTÓTELES. A política . Introdução e Livro III. São Paulo, Martins Fontes, 1998.					
BOBBIO, Norberto. A Teoria das Formas de Governo . Brasília: UnB, 1980.					
QUIRINO, Célia G.; VOUGA, Claudio; VOEGELIN, Eric. Ordem e História: Platão e Aristóteles. Trad. Cecília Camargo Bartalotti. São Paulo: Edições Loyola, 2009.					
TOUCHARD, Jean (Org.). História das ideias políticas . Lisboa: Publicações Europa-América, 1970. 7v.					

HISTÓRIA MODERNA

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
4	4	60	60	0.0	-
Ementa:					
A transição do feudalismo para o capitalismo. O processo de formação dos Estados Modernos. O Estado Absolutista e suas correntes teóricas. A gênese do liberalismo e as revoluções inglesas. As crises econômicas do século XVII. A concepção de História Moderna.					
Objetivo:					
O curso tem por objetivo propiciar uma visão abrangente dos fundamentos da Modernidade europeia entre os séculos XV e XVIII, com foco especial sobre as transformações econômicas , políticas e culturais.					
Bibliografia Básica:					
BURKE, Peter. Cultura popular na Idade Moderna (Europa, 1500-1800) . Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.					
ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Vol. I: uma história dos costumes . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.					
GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição . Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.					
Bibliografia Complementar:					
WOLFF, Philippe. Outono da Idade Média ou primavera dos tempos modernos? Tradução de Edison Darci Heldt. São Paulo: Martins Fontes, 1988 [1986].					
BURKE, Peter. Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII. Tradução de Rosaura Eichemberg. São Paulo: Brasiliense, 1991 [1990].					
HOBSBAWN, Eric. A era das Revoluções: Europa 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.					
HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. Tradução de Waltensir Dutra. 21. ed. revista. Rio de Janeiro: LTC, 1986.					
LARIVAILLE, Paul. A Itália no tempo de Maquiavel (Florença e Roma). Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1988					

LEITURA E PRÁTICA DE PRODUÇÃO DE TEXTO

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
5	4	60	45	15	-
Ementa:					
Leitura e interpretação de textos pertencentes a gêneros textuais diversos, com ênfase no caráter científico. Estudo das características e produção de gêneros textuais acadêmicos: resumo, resenha, artigo e monografia. Análise do texto: coerência e coesão. Modos de organização do discurso					
Objetivo:					
O aluno deverá ler e produzir textos orais e escritos com competência.					
Bibliografia Básica:					
BRONCKART, Jean-Paul. Atividade de linguagem, textos e discursos . São Paulo: Educ. 1999, Coleção Princípios.					
CHARAUDEAU, P. Linguagem e discurso . São Paulo: Contexto, 2008.					
MEURER; BONINI; MOTTA-ROTH (Orgs). Gêneros, teorias, métodos, debates . São Paulo: Parábola, 2005.					
Bibliografia Complementar:					
BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita . São Paulo, Ática, 1995. Coleção Princípios.					
FÁVERO, Leoneor Lopes. Coesão e coerência textuais . São Paulo, Ática, 1991. KOCH, Ingedore Villaça. Coesão textual . São Paulo, Contexto, 1998.					
PLATÃO & FIORIN. Lições de texto: leitura e redação . São Paulo, Ática, 1996.					
FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso . São Paulo: ed. Loyola, 1996.					
BAGNO, Marcos. O Preconceito linguístico . São Paulo: ed. Loyola, 1999.					

SEGUNDO PERÍODO

ANTROPOLOGIA II

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
6	4	60	60	0.0	Antropologia I
Ementa:					
Paradigmas funcionalista e estrutural-funcionalista. Escola Francesa de Antropologia. Trabalho de campo em antropologia.					
Objetivo:					
Aprofundar conceitos e métodos fundamentais da antropologia clássica.					
Bibliografia Básica:					
MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental . São Paulo: Abril, 1977. MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia . São Paulo: Cosac naify, 2004. RADCLIFFE-BROWN, A. Estrutura e função na sociedade primitiva . Petrópolis: Vozes, 2014.					
Bibliografia Complementar:					
BATESON, Gregory. 2008. Naven – Um exame dos problemas sugeridos por um retrato composto da cultura de uma tribo da Nova Guiné, desenhado a partir de três perspectivas . São Paulo: Edusp. DURKHEIM, Emile. As Formas Elementares da Vida Religiosa . São Paulo: Martins Fontes, 2003. EVANS-PRITCHARD, E. E. Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. (Antropologia Social) LEACH, Edmund. Sistemas Políticos da Alta Birmânia: um estudo da estrutura social kachin . São Paulo: Edusp, 1996. LEACH, Edmund R. Repensando a Antropologia . 2ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.					

SOCIOLOGIA II

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
7	4	60	60	0.0	Sociologia I
Ementa:					
A objetividade do conhecimento sociológico. Sociologia Compreensiva. Sociabilidade. Georg Simmel e Max Weber. Dialética Materialista. Karl Marx e a Crítica da Economia Política.					
Objetivo:					
Ampliar e aprofundar os estudos teóricos básicos inicialmente trabalhados na Sociologia I a partir dos clássicos da sociologia.					
Bibliografia Básica:					
MARX, Karl. O Capital : Crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1993. MAX, Weber. Economia e Sociedade . Editora UnB, 1994. SIMMEL, Georg. Questões Fundamentais da Sociologia : Indivíduo e Sociedade. Ed. Jorge Zahar, 2006.					
Bibliografia Complementar:					
ARON, Raymond. As Etapas do Pensamento Sociológico . 7ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2008. COLLINS, Randall. As Quatro Tradições Sociológicas . Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. DOMINGUES, Ivan. Epistemologia das ciências humanas . São Paulo: Edições Loyola, 2004. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista . São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo . São Paulo: Companhia das Letras, 2004.					

CIÊNCIA POLÍTICA II

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
8	4	60	60	0.0	Ciência Política I
Ementa:					
Pensamento político nos séculos XIX e XX. Fundamentos teóricos e formas de Estado contemporâneo. Legalidade e legitimidade do poder político. A questão da burocracia.					
Objetivo:					
Apresentar, de modo contextualizado, as concepções políticas do liberalismo, socialismo e de outras ideologias do período. Discutir as teorias contemporâneas da democracia e o debate igualdade x liberdade.					
Bibliografia Básica:					
PATEMAN, Carole. Participação e Teoria Democrática . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. SARTORI, Giovanni. A Teoria da Democracia Revisitada . Vol. 1. São Paulo: Ática, 1994. WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações . São Paulo: Cultrix, 1970.					
Bibliografia Complementar:					
ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo . São Paulo: Cia. Das Letras, 1998. MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: K. Marx e F. Engels. Obras escolhidas . v. 1. São Paulo: Alfa-Ômega, 1995. SANTOS, Boaventura de Sousa e AVRITZER, Leonardo. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003. SCHUMPETER, Joseph. Capitalismo, Socialismo e Democracia . Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. TOCQUEVILLE, Alexis de. A Democracia na América . São Paulo: EDUSP, 1997.					

FILOSOFIA I

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
9	4	60	60	0.0	-
Ementa:					
Introdução aos problemas filosóficos. Orientalismo. Mitos e logos na filosofia pré-socrática. Retórica, sofística, dialética e metafísica na filosofia antiga. As filosofias helenísticas e filosofia medieval.					
Objetivo:					
Apresentar os aspectos fundamentais da filosofia, sua linguagem e forma. Contextualizar a gênese da filosofia e suas relações com a tradição oriental. Investigar a experiência pré-socrática, sua mitologia e filosofia a partir dos conceitos gregos, mitos, logos, daimon. Distinguir as conexões práticas e teóricas entre a ética e a política grega antiga. Examinar nas filosofias helenísticas a gênese conceitual de indivíduo. Demonstrar a ligação entre filosofia e revelação no período medieval, extraindo questões atinentes à transcendência e a natureza social do homem.					
Bibliografia Básica:					
BORNHEIM, Gerd Alberto. Introdução ao filosofar: o pensamento filosófico em bases existenciais. 11. ed. São Paulo: Globo, 2003.					
CHAUÍ, Marilena. Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles . Volume 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.					
PRÉ-SOCRÁTICOS. São Paulo: Nova Cultural, Coleção Os Pensadores, 1996.					
Bibliografia Complementar:					
ARISTÓTLES. Metafísica . São Paulo: edições Loyola, 2002.					
GILSON, Etienne. A filosofia na Idade Média . Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1998.					
PLATÃO. A República . São Paulo: Perspectiva, 2006.					
REALE, Giovanni. História da filosofia Grega e Romana . Trad. Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 2011. 9 v.					
VOEGELIN, Eric. Ordem e história: A era ecumênica . Trad. Edson Bini. São Paulo: Edições Loyola, 2010.					

ESTUDOS SOBRE ÁFRICA E BRASIL-ÁFRICA

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
10	4	60	60	0.0	-
Ementa:					
Conhecimento historiográfico do continente africano. Diáspora africana. Contribuições da história e cultura africana no Brasil.					
Objetivo:					
Discutir as matrizes historiográficas para a produção de uma História sobre o continente africano, ou mesmo sobre as possíveis “Áfricas”, caminhando para a chegada dos africanos no Brasil e suas contribuições históricas aqui produzidas.					
Bibliografia Básica:					
UNESCO; MEC; UFSCAR. Coleção História Geral da África . Brasília : UNESCO, 2010.					
MUNANGA, K. Origens africanas do Brasil contemporâneo : histórias, línguas, culturas e civilizações. São Paulo: Global, 2009.					
PENHA, Eli Alves. Relações Brasil-África e a geopolítica do Atlântico Sul . Salvador: EDUFBA, 2011.					
Bibliografia Complementar:					
ANDREWS, George Reid. América Afro-latina, 1800-2000 . São Carlos- EdUFSCar, 2007.					
FONSECA, Maria N. Soares (Org.) Brasil afro-brasileiro . Belo Horizonte: Autêntica, 2000.					
KI-ZERBO, Joseph. História da África Negra (Volume I) . Portugal, Publicações Europa-America, 1972.					
MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil : identidade nacional versus identidade negra. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.					
MOURA, C. História do negro brasileiro . 2ªed. São Paulo, Editora Ática, 1992.					

TERCEIRO PERÍODO

ANTROPOLOGIA III

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
11	4	60	60	0.0	Antropologia II
Ementa:					
Estruturalismo e seus desdobramentos. Diálogos entre Antropologia e História. Repercussões do Estruturalismo no Brasil.					
Objetivo:					
Possibilitar ao aluno de ciências sociais um aprofundamento de temas e conceitos antropológicos.					
Bibliografia Básica:					
LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia Estrutural . 6ª ed. São Paulo: Tempo Brasileiro, 2003. (vol. 1 e 2).					
LÉVI-STRAUSS, Claude. O Pensamento Selvagem . Campinas: Papirus, 1989.					
SAHLINS, Marshall. Metáforas históricas e realidades míticas: estrutura nos primórdios da história do reino das ilhas Sandwich . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.					
Bibliografia Complementar:					
DAMATTA, Roberto (Org.): Edmund Leach . São Paulo: Ática, 1983. (Grandes Cientistas Sociais).					
SAHLINS, Marshall. Cultura e Razão Prática . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.					
LEACH, Edmund R. As Ideias de Lévi-Strauss . São Paulo: Cultrix, 1973.					
LEVI-STRAUSS, Claude. As estruturas elementares do parentesco . 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.					
MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia . 3ª reimpressão. São Paulo: CosacNaify, 2008. (vol. 1 e 2).					

SOCIOLOGIA III

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
12	4	60	60	0.0	Sociologia II
Ementa:					
Mudança social e cultura na modernidade. Teoria Crítica.					
Objetivo:					
Analisar a vida social a partir da teoria social contemporânea.					
Bibliografia Básica:					
ADORNO, T; Horkheimer, M. Dialética do esclarecimento : fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.					
HABERMAS. Teoria do Agir Comunicativo . Martins Fontes. 1ª edição. 2012					
NORBERT, ELIAS. O Processo Civilizador – Vol. I e Vol. II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.					
Bibliografia Complementar:					
FREITAG, Barbara. Teoria Crítica Ontem e Hoje . 4ª edição: Editora Brasiliense, 1993.					
GIDDENS, Anthony. As consequências da Modernidade . São Paulo: UNESP, 1991.					
OLGÁRIA, MATOS. A Escola de Frankfurt – Luzes e Sombras do Iluminismo. Editora Moderna.					
PARSONS, Talcott. O sistema das sociedades modernas . São Paulo: Pioneira, 1974.					
QUINTANERO, Tânia; OLIVEIRA, Marcia G. Monteiro. Labirintos Simétrico . UFMG. 1ª edição. 2000.					

CIÊNCIA POLÍTICA III

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
13	4	60	60	0.0	Ciência Política II
Ementa:					
Tipologia dos partidos políticos, sistema partidário e representação. Origens e funções do poder legislativo. Bancadas parlamentares. Grupos de pressão e lobby. Presidencialismo de coalizão.					
Objetivo:					
Disponibilizar instrumental teórico e metodológico fundamental para o estudo de partidos políticos, sistemas partidários e sistemas eleitorais. Oferecer um panorama da literatura sobre partidos e eleições no Brasil e da relação entre Executivo e legislativo.					
Bibliografia Básica:					
DUVERGER, M. Os regimes políticos . São Paulo: DIFEL, 1978.					
SANTOS, F. O poder legislativo no presidencialismo de coalizão . Belo Horizonte: UFMG, 2003.					
SARTORI, G. Partidos e Sistemas Partidários . Brasília: UnB, 1982.					
Bibliografia Complementar:					
AVELAR, L. ; CINTRA, A. O. Sistema político brasileiro: uma introdução . Belo Horizonte: UFMG, 2005.					
FIGUEIREDO, A. ; LIMONGE, F. Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional . São Paulo: FGV/FAPESP, 1999.					
MAINWARING, S. Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil . São Paulo: FGV, 2001.					
PANEBIANO, Â. Modelos de Partido . São Paulo: Martins Fontes, 2005.					
RODRIGUES, L. M. Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara . São Paulo: EDUSP, 2002.					

GEOGRAFIA HUMANA

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
14	4	60	60	0.0	-
Ementa:					
A natureza do espaço geográfico. As diferentes formas de apropriação do ambiente natural e de sua transformação em espaço social. A organização dos espaços em diferentes sociedades, segundo os contextos culturais e materiais. Transformações históricas da utilização dos recursos naturais pelos seres humanos.					
Objetivo:					
Ao final do período o aluno deverá ser capaz de compreender os princípios e meios de Geografia, distinguindo os elementos dos espaços desenvolvidos e comparando as diferentes produções humanas nesse espaço.					
Bibliografia Básica:					
ANDRADE, Manoel C. Geografia Ciência da Sociedade: uma introdução ao Pensamento Geográfico SP. Atlas, 1992					
SANTOS, Milton. Por uma geografia nova . SP. Hucitec, 2002					
QUAINI, Massimo. A Construção da Geografia Humana . Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.					
Bibliografia Complementar:					
MORAES, Antonio C. R. Pequena Historia Critica da Geografia . SP. HUCITEC, 1996.					
MORAES, Antonio C. R. A gênese da geografia moderna . SP. HUCITEC, 2002.					
MOREIRA, Ruy. O pensamento geográfico brasileiro: matrizes clássicas originarias , SP. Contexto, 2008					
SANTOS, Milton. Espaço e Método . São Paulo, Nobel, 1986.					
SOJA, Edward. W, Geografia Pós-moderna: reafirmação do espaço na teoria social crítica , RJ. Zahar, 1993					

FILOSOFIA II

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
15	4	60	60	0.0	Filosofia I
Ementa:					
Humanismo renascentista e a revolução científica. O racionalismo Moderno e as regras do método. Empirismo e o princípio da experiência. Filosofia iluminista e a crítica da Razão. Aspectos epistemológicos, sociais e políticos da filosofia moderna.					
Objetivo:					
Analisar os pressupostos filosóficos da ciência moderna, o papel da natureza e da técnica. Averiguar a importância do racionalismo como tendência filosófica da modernidade e as principais diferenças com a corrente empirista e sua ideia de substância. Apresentar a crítica da razão e da moral moderna.					
Bibliografia Básica:					
DESCARTES, Rene. Discurso do método . São Paulo: Martins Fontes, 2009.					
KANT, Immanuel. Crítica da razão pura . Trad. Fernando Costa Mattos. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.					
NIETZSCHE, Friedrich. A genealogia da moral . Trad. Mário Ferreira dos Santos. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.					
Bibliografia Complementar:					
HEGEL, G. W. F. Filosofia da História . 2. ed. Brasília: Editora da UnB, 1999.					
LOCKE, John. Ensaio sobre o entendimento humano . São Paulo: Martins Editora, 2012.					
ROTTERDAM, Erasmo de. Elogio da Loucura . Trad. Paulo Neves. São Paulo: L&PM Editores, 2003.					
HUME, David. Tratado da Natureza Humana . São Paulo: UNESP, 2001.					
ROUSSEAU, Jean-Jaques. Discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens . Col. Os pensadores. Rio de Janeiro: ed. Abril, 1993.					

QUARTO PERÍODO

ANTROPOLOGIA IV

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
16	4	60	60	0.0	Antropologia III
Ementa:					
Antropologia simbólica. Antropologia interpretativa. Antropologia pós-moderna, pós-colonial e pós-social.					
Objetivo:					
Analisar os paradigmas contemporâneos da antropologia.					
Bibliografia Básica:					
CLIFFORD, James. A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX . Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.					
GEERTZ, Clifford. A interpretação das Culturas . Rio de Janeiro: Zahar, 1978.					
WAGNER, Roy. A invenção da Cultura . Rio de Janeiro: Cosac & Naify, 2009.					
Bibliografia Complementar:					
LATOUR, Bruno. Jamais Fomos Modernos . São Paulo: Ed. 34, 2005.					
STRATHERN, Marylin. O Gênero da Dádiva . Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.					
TURNER, Victor. Floresta de Símbolos . São Paulo: Vozes, 1998.					
VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A inconstância da alma selvagem . Rio de Janeiro: Cosac & Naify, 2002.					
CUNHA, Manuela Carneiro. Cultura com aspas . Rio de Janeiro: Cosac & Naify, 2009.					

SOCIOLOGIA IV

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
17	4	60	60	0.0	Sociologia III
Ementa:					
Estratificação e distinção social. O conhecimento na sociedade da informação. Teoria social na Pós-modernidade.					
Objetivo:					
Analisar temas de sociologia contemporânea.					
Bibliografia Básica:					
BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico . 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.					
HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós- Modernidade . 10ª edição. DP&A editora, 2005.					
FOUCAULT, Michael. Microfísica do Poder . Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.					
Bibliografia Complementar:					
BAUMAM, Zygmunt. Modernidade Líquida . Zahar, 2001.					
CASTELLS, Manuel. Sociedade em Rede . Paz e Terra, 2007.					
FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão . Editora Vozes, 2000.					
HARLEY, David. A Condição Pós-Moderna . Edições Loyola, 2005.					
LYOTAR, Jean-François. O Pós-Moderno . Rio de Janeiro: J. Olympio, 1993.					

CIÊNCIA POLÍTICA IV

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
18	4	60	60	0.0	Ciência Política III
Ementa:					
Políticas públicas e às redes de proteção social no Brasil. Política contemporânea. Estado e política no Brasil.					
Objetivo:					
Proporcionar um panorama da produção nacional sobre a construção, aplicação e avaliação de políticas públicas. Analisar o Estado e a política no Brasil.					
Bibliografia Básica:					
Arretche, Marta. Democracia, federalismo e centralização no Brasil . Rio de Janeiro : Fiocruz, : Ed. FGV, 2012.					
AVRITZER, Leonardo. FILGUEIRAS, Fernando. Corrupção e sistema político no Brasil . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.					
MELO, Marcus André B.C de. <i>Estado, Governo e Políticas Públicas</i> . In MICELI, Sérgio (org). O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995) . Ciência Política, vol III. São Paulo. ANPOCS. Pp.59-99.					
Bibliografia Complementar:					
DUPAS, Gilberto. A questão ambiental e o futuro da humanidade . Revista Política Externa, São Paulo, vol.16, n.1, p. 9-25, 2007.					
PINTO, Celi. A banalidade da corrupção: uma forma de governar o Brasil . Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.					
FILGUEIRAS, Fernando. Corrupção, democracia e legitimidade . Belo Horizonte: UFMG, 2008.					
LEFF, Enrique. Ecologia, Capital e Cultura . Petrópolis: Editora Vozes, 2009.					
NUNES, Edson. O. A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático . Rio de Janeiro. Jorge Zahar Eds, 1997.					

HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
26	4	60	60	0.0	-
Ementa:					
Estudo das principais contribuições a teoria econômica, incluindo entre outros os trabalhos dos mercantilistas, fisiocratas, clássicos ingleses, socialistas utópicos, Marx, escola austríaca, Marshall, Keynes e Hayek.					
Objetivo:					
Possibilitar ao aluno construir uma base cultural indispensável à expressão de um posicionamento reflexivo, crítico e comparativo. Estimular o pensar econômico, retilhando o caminho percorrido pelos autores do início do sistema capitalista industrial (sec. XVII) até seu auge (sec. XX). Ênfase nos contextos históricos que se refletem nas formulações teóricas dos principais autores e das respectivas escolas de pensamento econômico.					
Bibliografia Básica:					
ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. História do Pensamento Econômico : Uma abordagem introdutória. São Paulo: Atlas, 2006.					
BRUE, S.L. Historia do Pensamento Economico . Sao Paulo: Thomson, 2005					
NAPOLEONI, C.. O Pensamento Econômico do Século XX . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.					
Bibliografia Complementar:					
HAYEK, F. A. O Caminho da Servidão . Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.					
KEYNES, J. M. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda . São Paulo :Nova Cultural, 1985.					
MARX, K. O Capital : critica da economia politica. v. 1. 2a ed. Sao Paulo: Nova Cultural, 1985.					
SCHUMPETER, J. Capitalismo, Socialismo e Democracia . Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A., 1984.					
SMITH, A. A Riqueza das Nações . Sao Paulo: Abril Cultural, 1983, V.I.					

METODOLOGIA DA PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
19	4	60	60	0.0	Antropologia I, Sociologia I, Ciência Política I, Filosofia I.
Ementa:					
Tipos de conhecimento. A hierarquia de níveis de análise social na produção das ciências sociais. A situação da pesquisa em ciências sociais e seus pressupostos. A investigação empírica e seus tipos. As possibilidades de conhecimento científico sobre a vida social.					
Objetivo:					
Introduzir os princípios básicos da pesquisa em ciências sociais. Planejar e formular um esboço do projeto de pesquisa.					
Bibliografia Básica:					
CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais . São Paulo: Cortez, 2003. LEVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas . Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade . Petrópolis: Vozes, 2007.					
Bibliografia Complementar:					
CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia científica . São Paulo: Prentice Hall, 2002. JAPIASSU, Hilton. Nascimento e morte das ciências humanas . Rio de Janeiro: F. Alves, 1978. MARTINS, José. De S, ECKERT, C e NOVAES, S. C. (orgs.) – O imaginário e o poético nas ciências sociais . Bauru, SP: Educs, 2005. OLIVEIRA, Paulo de Salles. Metodologia das ciências humanas . São Paulo: Hucitec/UNESP, 1998. TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação . São Paulo: Atlas, 2008.					

QUINTO PERÍODO

CULTURA, POLÍTICA E PATRIMÔNIO

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
25	4	60	60	0.0	Antropologia I
Ementa:					
Cidades históricas e patrimônio cultural. Cidades recentes e imigração. Memória e esquecimento: impactos culturais. Os processos de institucionalização da cultura. Patrimônio Histórico, Cultural, Material e Imaterial.					
Objetivo:					
Refletir sobre patrimônio como um campo de estudo e com isso demonstrar sua importância, fomentando o interesse dos acadêmicos pelos estudos/pesquisa nesta área, e iniciar a reflexão sobre os patrimônios locais.					
Bibliografia Básica:					
ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos . 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.					
BENJAMIN, Walter. Magia, técnica, arte e política : ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas V. 1. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.					
GONÇALVES, José Reginaldo. A retórica da perda. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil . Rio de Janeiro: Ed. UFRJ / MinC / IPHAN, 2002.					
Bibliografia Complementar:					
CAVALCANTE, Ivana; KIMURA, Simone. Vivências e Sentidos: o patrimônio cultural do Tocantins . Goiânia: IPHAN/ 14ª Superintendência Regional, 2008.					
FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. Patrimônio Histórico e Cultural . 2º Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009. (Ciências Sociais Passo-a-Passo, n. 66)					
GONÇALVES, José Reginaldo. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios . Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.					
MIRANDA, Danilo Santos (Org.). Memória e cultura : a importância da memória na formação cultural humana. São Paulo: Edições SESC, 2007.					
PELEGRINI, Sandra C. A. Patrimônio Cultural: consciência e preservação . São Paulo: Brasiliense, 2009.					

PRÁTICA DE PESQUISA EM SOCIOLOGIA

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
22	6	60	30	60	Sociologia I, II, III e IV Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais
Ementa:					
Disciplina voltada para experiências de pesquisa sociológica a serem conformadas no levantamento de questões prementes da vida social. A realização das atividades são concernentes à observação e experimentação de problemas da realidade. Propostas com algum nível de intervenção serão valorizadas, desde relatórios, material de comunicação – interpretativo, criativo –, produção de seminários, visitação em espaços de significância cultural, social e institucional.					
Objetivo:					
Vivenciar a atividade do cientista social, integrado aos processos sociais de âmbito sociológico.					
Bibliografia Básica:					
<p>BERGER, Peter. L; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis, Vozes, 2011.</p> <p>IANNI, Octavio. Sociologia da sociologia. São Paulo: Ática, 1989.</p> <p>LIRA, Elizeu. A gênese de Palmas - Tocantins: a geopolítica de (re) ocupação territorial na Amazônia legal. Goiânia: Kelps, 2011.</p>					
Bibliografia Complementar:					
<p>ALVES, Paulo César Alves (org). Cultura: múltiplas leituras. São Paulo: Edusc; Salvador: Edufba, 2010.</p> <p>BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz. Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos. São Paulo: Companhia das letras, 2012.</p> <p>BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.</p> <p>RASIA, José; SALLAS, Ana Luísa Fayet; SCALON, Celi. Temas da sociologia contemporânea. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.</p> <p>SOUZA, Jessé. A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.</p>					

SOCIEDADES E CULTURAS INDÍGENAS

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
23	4	60	60	0.0	-
Ementa:					
Os índios antes do Brasil. O impacto da colonização e seus efeitos na trajetória histórica dos povos indígenas. A sociodiversidade indígena no Brasil contemporâneo: língua, cultura, território, contato interétnico.					
Objetivo:					
Apresentar uma visão ampla de temas e problemas abordados nos estudos sobre as sociedades indígenas no Brasil, com ênfase na etnologia, na história indígena e na etnopolítica.					
Bibliografia Básica:					
CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). História dos índios no Brasil . 2ª ed. São Paulo: Schwarz, 1998. LUCIANO, Gersm José dos Santos. O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje . Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. MELATTI, Julio Cezar. Índios da América do Sul - Áreas Etnográficas . Material impresso, 1997.					
Bibliografia Complementar:					
CASTRO, Eduardo Viveiro de; CUNHA, Manuela Carneiro da (orgs.). Amazônia: Etnologia e história indígena . São Paulo: Edição dos autores, 1993. FAUSTO, Carlos. Os índios antes do Brasil . Rio de Janeiro: Zahar, 2010. SILVA, Aracy Lopes & GRUPIONI, Luis D. B. (orgs.). A temática indígena na escola: novos subsídios para professores do 1 e 2 graus . Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995. CASTRO, Eduardo Viveiro de. Araweté: os deuses canibais . Rio de Janeiro: Jorge Zahar 1978. ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida. Pacificando o Branco . São Paulo: UNESP, 2002.					

POLÍTICA BRASILEIRA

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
24	4	60	60	0.0	Ciência Política I
Ementa:					
Institucionalização da Ciência Política brasileira a partir da metade do século XX. Crise da oligarquia e Estado moderno. O ISEB e o Estado desenvolvimentista.. Ditadura Militar. Política e sindicalismo. Redemocratização e novos movimentos sociais.					
Objetivo:					
Proporcionar um panorama da produção nacional na área de Ciência Política, percorrendo diferentes temas e enfoques.					
Bibliografia Básica:					
DREYFUSS, R. 1964: a conquista do Estado . Rio de Janeiro: VOZES, 1984.					
FAORO, Raymundo. Existe um Pensamento Político Brasileiro? São Paulo: Ática, 1994.					
WEFFORT, Francisco C.. Formação do pensamento político brasileiro: idéias e personagens . São Paulo : Ática, 2006.					
Bibliografia Complementar:					
AVELAR, L. ; CINTRA, A. O. Sistema político brasileiro: uma introdução . Belo Horizonte: UFMG, 2005.					
LAMOUNIER, B. A Ciência Política nos anos 80 . Brasília: UNB, 1979.					
REIS, F. W. Tempo presente: do MDB a FHC . Belo Horizonte: UFMG, 2002.					
SOARES, G. A. D. A democracia interrompida . Rio de Janeiro: FGV, 2001.					
VIANNA, L. W. Liberalismo e sindicato no Brasil . São Paulo: Paz e Terra, 1978.					

METODOLOGIA QUANTITATIVA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
25	4	60	60	0.0	Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais
Ementa:					
Introdução dos conceitos básicos de pesquisa quantitativa e principais medidas de estatística descritiva e técnicas de estatística inferencial. Tipos de variáveis, de desenho de pesquisa e técnicas estatísticas voltadas à pesquisa social. Temas presentes na pesquisa quantitativa em ciências sociais.					
Objetivo:					
Problematizar conceitos e elaborar instrumentos de coleta de dados da realidade local. Entender o uso das ferramentas estatísticas aplicadas à pesquisa social. Saber analisar tabelas e gráficos. Utilizar e analisar técnicas amostrais corretamente. Interpretar dados.					
Bibliografia Básica:					
BABBIE, Earl. Métodos de pesquisa de survey . Belo Horizonte. Editora UFMG, 2003. BOUDON, Raymond. Os métodos em sociologia . São Paulo: Editora Ática, 1989. ROSENTAL, Claude. & FRÉMONTIER-MURPHY, Camille. Introdução aos Métodos Quantitativos em Ciências Sociais . Editora Instituto Piaget. Lisboa – Portugal, 2001.					
Bibliografia Complementar:					
BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística Aplicada às Ciências Sociais (5ª edição revisada). Editora da UFSC. Florianópolis (SC), 2003. DAVIS, J. A. Levantamento de Dados em Sociologia: uma análise estatística elementar . Rio de Janeiro – RJ: Zahar, 1976. DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. Pesquisa em ciências sociais aplicadas . São Paulo: Pretince Hall, 2004. REA, Louis M.; PARKER, Richard A. Metodologia da Pesquisa . São Paulo: pioneira, 2000. VASCONCELOS, M. S.; ALVES, D. (org.). Manual de Econometria . São paulo: Atlas, 2000.					

SEXTO PERÍODO

ECONOMIA

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
20	4	60	60	0.0	História do Pensamento Econômico
Ementa:					
Princípios fundamentais da Economia. Teoria Econômica. Teoria do Valor: agentes racionais. Teoria do Consumidor. Teoria do Produtor. Teoria do Valor: mercados equilibrados. Concorrência perfeita. Imperfeições na concorrência. Teoria Monetária: Moeda, Crédito, bancos e política monetária, Procura de moeda e mercado financeiro. Interdependência Mundial: A balança de pagamentos. O comércio internacional. Os movimentos de capitais. Problemas monetários internacionais.					
Objetivos:					
A disciplina pretende fornecer ao aluno elementos para uma compreensão da situação atual da economia, a partir de um contexto amplo, que tome em conta os aspectos econômicos e, os aspectos sociais e políticos.					
Bibliografia Básica:					
MANKIW, Gregory M. <i>Introdução à Economia</i> . São Paulo: Thomson, 2005.					
PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio (org.) Manual de economia - equipe dos professores da USP, 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 1998.					
WONNACOTT, Paul. Economia . Sao Paulo: Makron. 2004.					
Bibliografia complementar:					
CANO, Wilson. Introdução à economia : uma abordagem crítica. São Paulo: UNESP, 1998.					
CASTRO, Antonio de Barros. LESSA, C. Francisco. Introdução à economia : uma abordagem estruturalista. 36. ed. Rio de Janeiro -RJ: Forense universitária, 2000.					
MENDES, Judas Tadeu Grassi. Economia. Fundamentos e aplicações . São Paulo -SP. Prentice Hall, 2005.					
ROSSETTI, José Pascoal. Introdução à economia . 20. ed. São Paulo-SP: Atlas, 2010					
SINGER, Paul. Curso de introdução à economia política . 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.					

PRÁTICA DE PESQUISA EM ANTROPOLOGIA

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
27	6	60	30	60	Antropologia I, II, III e IV Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais
Ementa:					
Disciplina voltada para experiências de pesquisa antropológica a serem conformadas no levantamento de questões prementes da vida cultural e social. A realização das atividades são concernentes à observação e experimentação de problemas da realidade. Propostas com algum nível de intervenção serão valorizadas, desde relatórios, material de comunicação – interpretativo, criativo –, produção de seminários, visitação em espaços de significância cultural, social e institucional, pesquisa de campo com grupos e movimentos sociais.					
Objetivo:					
Vivenciar a atividade do cientista social, integrado aos processos sociais de âmbito antropológico.					
Bibliografia Básica:					
BAUER, M. W. & GASKELL, G. (Org.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático . 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.					
CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O trabalho do antropólogo . Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 1998.					
CARDOSO, R. C. L. (Org.). A aventura antropológica: teoria e pesquisa . Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.17- 37, 1986.					
Bibliografia Complementar:					
DA MATTA, R. O ofício do etnólogo, ou como ter “anthropological blues”. In NUNES, E. de O. (Org.). A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social . Rio de Janeiro: Zahar, p.23-35, 1985.					
FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). Antropologia das sociedades contemporâneas – métodos . São Paulo: Global Editora, 1987.					
GEERTZ, C. El antropólogo como autor . Barcelona/Buenos Aires/México: Ediciones Paidós,					
GONÇALVES DA SILVA, V. O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre as religiões afro-brasileiras . São Paulo: Edusp, 2000.					
MALINOWSKI, B. Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia . Trad. de A. P. Carr & L. A. C. Mendonça. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. 1989.					

PENSAMENTO SOCIAL NO BRASIL

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
28	4	60	60	0.0	-
Ementa:					
A interpretação do Brasil. O local e o universal. A identidade nacional. A constituição das ideias sobre o Brasil. A construção das ciências sociais no Brasil.					
Objetivo:					
Conhecer e analisar a cultura do pensamento brasileiro através dos intérpretes da peculiaridade nacional.					
Bibliografia Básica:					
FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala . Rio de Janeiro: Record, 2000. HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil . São Paulo: Companhia das letras, 2005. JÚNIOR, Caio Prado. Formação do Brasil Contemporâneo . São Paulo: Brasiliense, 2000.					
Bibliografia Complementar:					
ALMEIDA, Alberto Carlos. A cabeça do brasileiro . Rio de Janeiro: Record, 2009. BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz. Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país . São Paulo: Companhia das Letras, 2009. IANNI, Octávio. Pensamento social no Brasil . Bauru: Edusc; Anpocs, 2004. RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil . São Paulo: Companhia das letras, 2008. ROCHA, João Cezar de Castro. Nenhum Brasil existe: pequena enciclopédia . Rio de Janeiro: UniverCidade Editora, 2003.					

SÉTIMO PERÍODO

SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS I (TCC I)

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
29	6	90	45	45	Antropologia I, II, III, IV Sociologia I, II, III, IV Ciência Política I, II, III, IV Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais Metodologia Quantitativa em Ciências Sociais
Ementa:					
Metodologia e Técnicas de coleta de dados. Procedimentos de análises dos dados coletados. Elaboração do Projeto de TCC.					
Objetivo:					
Instrumentalizar e subsidiar o aluno na elaboração do projeto de TCC e nas diferentes etapas implicadas em sua produção.					
Bibliografia Básica:					
BECKER, Howard. Métodos de pesquisa em ciências sociais . 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997 ECO, Umberto. Como se faz uma tese . São Paulo: Perspectiva, 1989. LEVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas . Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.					
Bibliografia Complementar:					
CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia científica . São Paulo: Prentice Hall, 2002. MARTINS, José. De S, ECKERT, C e NOVAES, S. C. (orgs.) – O imaginário e o poético nas ciências sociais . Bauru, SP: Educs, 2005. MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade . Petrópolis: Vozes, 2007. OLIVEIRA, Paulo de Salles. Metodologia das ciências humanas . São Paulo: Hucitec/UNESP, 1998. TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação . São Paulo: Atlas, 2008.					

PRÁTICA DE PESQUISA EM CIÊNCIA POLÍTICA

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
30	6	60	30	60	Ciência Política I, II, III e IV Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais
Ementa:					
Disciplina voltada para experiências de pesquisa em ciência política a serem conformadas no levantamento de questões prementes da vida política e social. A realização das atividades são concernentes à observação e experimentação de problemas da realidade. Propostas com algum nível de intervenção serão valorizadas, desde relatórios, material de comunicação – interpretativo, criativo –, produção de seminários, visitação em espaços de significância cultural, social e institucional.					
Objetivo:					
Vivenciar a atividade do cientista social, integrado aos processos sociais de âmbito da ciência política.					
Bibliografia Básica:					
BECKER, Howard. Método de Pesquisa em Ciências Sociais . Hucitec, São Paulo, 1994. LAVAREDA, Antonio. Emoções ocultas e estratégias eleitorais . Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. LEVIN, Jack. Estatística Aplicada as Ciências Humanas . Harbra, São Paulo, 1987.					
Bibliografia Complementar:					
BAQUERO JACOME, Cesar Marcello. A pesquisa quantitativa nas ciências sociais . Porto Alegre : Ed. da UFRGS, 2009. FIGUEIREDO, Rubens (org). Marketing Político e Persuasão Eleitoral . São Paulo: Fundação Konra Adenauer, 2000. MARCIAL, Elaine Coutinho; GRUMBACH, Raul José dos Santos. Cenários Prospectivos: como construir um futuro melhor . 5 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008. AVRITZER, Leonardo (org.). Sociedade civil e democratização . Belo Horizonte: Del rey, 1994. CALDEIRA, Teresa P. R. A política dos outros: o cotidiano dos moradores de periferia e o que pensam do poder e dos poderosos . São Paulo: Brasiliense, 1984.					

OITAVO PERÍODO

SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS II (TCC II)

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
31	6	90	45	45	Seminário de Pesquisa em Ciências Sociais I (TCC I)
Ementa:					
Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.					
Objetivo:					
Instrumentalizar e subsidiar o aluno na elaboração do TCC e nas diferentes etapas implicadas em sua produção.					
Bibliografia Básica:					
BECKER, Howard. Métodos de pesquisa em ciências sociais . 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997					
ECO, Umberto. Como se faz uma tese . São Paulo: Perspectiva, 1989.					
LEVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas . Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.					
Bibliografia Complementar:					
CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia científica . São Paulo: Prentice Hall, 2002.					
MARTINS, José. De S, ECKERT, C e NOVAES, S. C. (orgs.) – O imaginário e o poético nas ciências sociais . Bauru, SP: Educ, 2005.					
MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade . Petrópolis: Vozes, 2007.					
OLIVEIRA, Paulo de Salles. Metodologia das ciências humanas . São Paulo: Hucitec/UNESP, 1998.					
TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação . São Paulo: Atlas, 2008.					

TÓPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
32	4	60	60	0.0	Sociologia I
Ementa:					
Discussão de novas contribuições da sociologia, resultantes de experiências de pesquisa – teórica ou empírica – de relevância para a disciplina. A situação de questões teóricas e metodológicas levantadas em áreas temáticas específicas. O programa e bibliografia são montados a partir de cada questão específica proposta, baseados nos eixos voltados para estudos sociológicos.					
Objetivo:					
Discutir e aprofundar questões de interesse temático específico, em diálogo com a abordagem sociológica.					
Bibliografia Básica:					
<p>CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. Homem e sociedade: leituras básicas de sociologia geral. São Paulo: Ed. Nacional, 1975.</p> <p>FERNANDES, Florestan. Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1979. (Série Corpo e alma do Brasil; 3)</p> <p>MILLS, Wright. A imaginação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.</p>					
Bibliografia Complementar:					
<p>BECK, Ulrich; GIDDENS, Antony; SCOTT, Lash. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.</p> <p>BECKER, Howard Saul. Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2009.</p> <p>BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz. Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança. São Paulo: Companhia das letras, 2011.</p> <p>COUTINHO, Carlos Nelson. Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.</p> <p>WILLIAMS, Raymond. Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2011.</p>					

TÓPICOS ESPECIAIS EM ANTROPOLOGIA

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
33	4	60	60	0.0	Antropologia I
Ementa:					
Discussão de novas contribuições da antropologia, resultantes de experiências de pesquisa – teórica ou empírica – de relevância para a disciplina. A situação de questões teóricas e metodológicas levantadas em áreas temáticas específicas. O programa e bibliografia são montados a partir de cada questão específica proposta, baseados nos eixos voltados para estudos antropológicos.					
Objetivo:					
Discutir e aprofundar questões de interesse temático específico, em diálogo com a abordagem antropológica.					
Bibliografia Básica:					
<p>CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O Trabalho do Antropólogo. 2ª ed. Brasília/São Paulo: Paralelo 15/Editora da Unesp, 2006.</p> <p>DAMATTA, Roberto. Carnavais, Malandros e Heróis. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1997.</p> <p>VIVEIRO DE CASTRO, Eduardo. A inconstância da alma selvagem. Rio de Janeiro, Cosac & Naify, 2002.</p>					
Bibliografia Complementar:					
<p>DAMATTA, Roberto. A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.</p> <p>MONTEIRO, Paula. Reflexões sobre uma antropologia das sociedades complexas. Revista de Antropologia. vol. 34, p. 103-130, 1991.</p> <p>VELHO, Otávio (org.). O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.</p> <p>CALDEIRA, Teresa P. R. A política dos outros: o cotidiano dos moradores de periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.</p> <p>ZALUAR, Alba. A máquina e a revolta. São Paulo: Brasiliense, 1978.</p>					

TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
34	4	60	60	0.0	Ciência Política I
Ementa:					
Discussão de novas contribuições da Ciência Política, resultantes de experiências de pesquisa – teórica ou empírica – de relevância para o avanço da disciplina. A situação de questões teóricas e metodológicas levantadas em áreas temáticas específicas. O programa e bibliografia são montados a partir de cada questão específica proposta, baseados nos eixos voltados para estudos de ciência política.					
Objetivo:					
Discutir e aprofundar questões de interesse temático específico, em diálogo com a abordagem da Ciência Política.					
Bibliografia Básica:					
OFFE, Claus. Problemas estruturais do Estado capitalista . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.					
QUIRINO, C. G., et al. (Org.). Clássicos do Pensamento Político . São Paulo: EDUSP, 2004.					
MAINWARING, Scott. Políticos, partidos e sistemas eleitorais . Novos Estudos, São Paulo, 1991.					
Bibliografia Complementar:					
BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política . A filosofia e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Câmpus, 2000.					
CERVI, Emerson U. Opinião Pública e Comportamento Político . Curitiba: Editora IBPEX, 2010.					
FERREIRA, Jorge. O populismo e sua história : debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.					
FAORO, Raymundo. Os donos do poder . São Paulo: Globo, 2001					
STIFTUNG, Konrad Adenauer. Sistema político brasileiro : uma introdução. Rio de Janeiro:: Ed. da UNESP, 2004.					

DISCIPLINAS OPTATIVAS

ETNOLOGIA INDÍGENA DA AMAZÔNIA

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
37	4	60	60	0.0	
Ementa:					
O campo de estudo da etnologia indígena, panorama histórico e atual. Temáticas, abordagens e perspectivas teórico-metodológicas em etnologia indígena, com ênfase sobre as sociedades situadas no Brasil e no Tocantins. Organização social, cosmologias e contato interétnico das sociedades indígenas.					
Objetivo:					
Explorar temas caros à etnologia das terras baixas sulamericanas, tais como, pessoa, corpo, xamanismo, sistemas rituais de nomeação, relações interétnicas, identidade e alteridade.					
Bibliografia Básica:					
ALBERT, BRUCE & RAMOS, A. R. (orgs.). Pacificando o branco . Cosmologias do contato no norte-amazônico. São Paulo: Editora UNESP, 2002					
OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (org.) A viagem de volta : etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.					
Viveiros de Castro, E. A inconstância da alma selvagem . São Paulo: Cosac & Naif, 2002.					
Bibliografia Complementar:					
CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. 1978. Os Mortos e os Outros : Uma Análise do Sistema Funerário e a Noção de Pessoa entre os Índios Krahó. São Paulo: Hucitec.					
DAMATTA, Roberto. 1976. Um mundo dividido : a estrutura social dos índios Apinayé. Petrópolis: Vozes.					
GIRALDIN, Odair. 2000. Axpên Pyràk : História, Cosmologia, Onomástica e Amizade Formal Apinaje. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp – IFCH – Departamento de Antropologia.					
NIMUENDAJU, Curt. 1956. "Os Apinayé" . Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi 12: iii-xiii e 1-146. Existe 2ª edição em português.					
Schaden, E. (org.) Leituras de Etnologia Brasileira . São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.					

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PARENTESCO

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
38	4	60	60	0.0	
Ementa:					
Focaliza a problemática social e do parentesco através da análise dos esquemas conceituais que embasaram a teoria antropológica. A noção de estrutura em tradições antropológicas diversas. O parentesco em sociedades tradicionais e modernas, aprendido através de diferentes abordagens teóricas.					
Objetivo:					
Examinar as teorias de estrutura e organização social. Abordar os paradigmas teóricos denominados “teoria da descendência” e “teoria da aliança”. As continuidades e rupturas concernentes à temática do parentesco na antropologia e a multiplicidade das reflexões que o tema estimula na contemporaneidade.					
Bibliografia Básica:					
<p>EVANS-PRITCHARD, E.E. 1993. Os Nuer. (Cap. 5: "O sistema de linhagens"; pp. 201- 256).</p> <p>LÉVI-STRAUSS, C. 1976 [1967]. As estruturas elementares do parentesco. Petrópolis/São Paulo: Vozes/EDUSP. Caps. 1-5 e 29.</p> <p>RADCLIFFE-BROWN, A. R. 1973 [1952]. Estrutura e função na sociedade primitiva. Petrópolis: Ed. Vozes. (220-231 e 232-251).</p>					
Bibliografia Complementar:					
<p>LARAIA, Roque de Barros. 1976. Organização Social. Rio de Janeiro: Zahar Editores.</p> <p>LÉVI-STRAUSS, Claude. 1945. "A análise estrutural em linguística e antropologia". Antropologia Estrutural. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.</p> <p>LÉVI-STRAUSS, C. 1986 [1983]. "A família". O olhar distanciado. Lisboa: Ed. 70 (pp. 69-98).</p> <p>MELATTI, Júlio César. (1976). "Nominadores e genitores. Um aspecto do dualismo krahó". In: Leituras de Etnologia Brasileira. E. Schaden (org). São Paulo: Cia. Editora Nacional.</p> <p>SEEGER, Anthony, DAMATTA, Roberto e VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. 1987 [1979]. "A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras". In: J. P. d. Oliveira (org.), Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/Marco Zero. pp. 11-29.</p>					

ARTE E SOCIEDADE

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
39	4	60	60	0.0	
Ementa:					
Fenômenos artísticos e sua integração social. A formação de uma cultura artística. Formas de expressão artística. As obras de arte e as circunstâncias de sua época. A capacidade da arte. Juízo estético. O mercado da arte. O artista como um tipo de intelectual.					
Objetivo:					
Situar e compreender as relações entre arte e sociedade, em específico, caracterizando suas particularidades. Identificar algumas formas de análise desse fenômeno.					
Bibliografia Básica:					
ADORNO, Theodor. Notas de literatura I . São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2003. AUERBACH, Erich. Mimesis : a representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo: Perspectiva, 2004. BOURDIEU, Pierre. As regras da arte : gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das letras, 2002.					
Bibliografia Complementar:					
BAKHTIN, Mikhail. Questões de literatura e estética (A teoria do romance). São Paulo: Hucitec Editora, 2010. BARTHES, Roland. O rumor da língua . Trad. Mario Laranjeiras; prefácio, Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Brasiliense, 1988. CANDIDO, Antonio. Literatura e sociedade : estudos de teoria e história literária. São Paulo: T.A Queiroz, 2000. GOLDMANN, Lucien. Dialética e cultura . Trad. Luiz Fernando Cardozo, Carlos Nelson Coutinho e Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. SCHWARZ, Roberto. Cultura e Política . São Paulo: Paz e Terra, 2009.					

SOCIOLOGIA BRASILEIRA

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
40	4	60	60	0.0	
Ementa:					
Cultura e Sociedade no Brasil. Formação e institucionalização das Ciências Sociais no Brasil. As análises de caráter científico da sociologia brasileira. Leituras sobre a configuração social brasileira. O modo brasileiro de fazer sociologia.					
Objetivo:					
Identificar e conhecer o processo de sistematização do conhecimento sociológico sobre o Brasil.					
Bibliografia Básica:					
<p>CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1970.</p> <p>FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo, Ática, 1978.</p> <p>MICELI, Sergio. O que ler na ciência social brasileira. 4 Volumes. São Paulo, Sumaré: Anpocs, 2002.</p>					
Bibliografia Complementar:					
<p>FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de investigação sociológica. São Paulo: Ed. Globo, 2006.</p> <p>MARTINS, Heloísa T. de Souza; MARTINS, Carlos Benedito. Horizontes das Ciências Sociais – Sociologia. São Paulo: Anpocs, 2010.</p> <p>MICELI, Sergio. Intelectuais à brasileira. São Paulo: Companhia das letras, 2001.</p> <p>IANNI, Octávio. A sociologia da sociologia latino-americana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.</p> <p>SORJ, Bernardo. A nova sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.</p>					

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
41	4	60	60	0.0	
Ementa:					
Educação e sociedade. Concepções teóricas de educação na sociologia clássica e contemporânea. Temas da atualidade.					
Objetivos:					
Conhecer as teorias e concepções clássicas e contemporâneas das Ciências Sociais objetivando compreender a relação educação e sociedade, a fim de desenvolver a capacidade de identificar problemas sócio-culturais e educacionais.					
Bibliografia Básica:					
DURKHEIM, E. Educação e Sociologia . São Paulo: Melhoramentos, 1972. MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital . São Paulo: Boitempo, 2008. NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (orgs.). Bourdieu. Escritos de Educação . Petrópolis: Vozes, 2003.					
Bibliografia Complementar:					
SAVIANI, Demerval, Escola e Democracia . SP, Cortez, 1984. SEMENTE, Marcia. Educação em Direitos Humanos e Diversidade . Recife: UFPE, 2012. TORRES, Carlos Alberto (org.). Teoria Crítica e Sociologia Política da Educação . São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003. GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação: um estudo introdutório . São Paulo: Cortêz editora, 2003. TURA, Maria de Lourdes Rangel (org.). Sociologia para educadores . Rio de Janeiro: Quartet, 2006.					

MOVIMENTOS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
42	4	60	60	0.0	
Ementa:					
Teoria dos Movimentos Sociais em seus aspectos culturais, históricos, geopolíticos e econômicos; práticas sustentáveis; a diversidade cultural e o desenvolvimento regional; O desenvolvimento dos grandes projetos e suas consequências para a região.					
Objetivo:					
Discutir estratégias de desenvolvimento e seus possíveis impactos sócio-ambientais na região norte do Tocantins.					
Bibliografia Básica:					
<p>GOHN, M. G. Teoria dos Movimentos Sociais. São Paulo: Loyola, 1997.</p> <p>BRUZEC, F. Risco Social, Risco Ambiental, Risco Individual. Ambiente e Sociedade. Campinas: UNICAMP. Ano 1, n. 1, p. 117-133. 2. sem, 1997.</p> <p>SHERER-WARREN, Ilse. Cidadania sem fronteiras. S. Paulo, Hucitec, 1999.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>AVRITZER, Leonardo. A moralidade da democracia. São Paulo/Belo Horizonte: Perspectiva/UFMG, 1996.</p> <p>Conferência das nações Unidas sobre o Meio Ambiente e desenvolvimento (1992: Rio de Janeiro). Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: De acordo com a resolução nº 441228 da Assembleia Geral da ONU, de 22/12/1989, estabelece uma abordagem e equilibrada das questões relativas ao meio ambiente e desenvolvimento: Agenda 21. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995. (Série Parlamentar, nº 56).</p> <p>FERREIRA, F. W. Planejamento Sim e Não: um modo de agir num mundo em permanente mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.</p> <p>KYMLICKA, Will (Org.). The Rights of Minory Cultures. Oxford, Oxford Univ.Press, 1996.</p> <p>HABERMAS, J. Uma conversa sobre questões de teoria política. Entrevista M. CARLEHEDEM e R. GABRIELS. <i>Novos Estudos Cebrap</i>, 47, 1997.</p>					

ESTATÍSTICA APLICADA ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS:

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
43	4	60	60	0.0	
Ementa:					
Distribuição de frequência. Representação tabular e gráfica. Medidas de tendência central e de dispersão. Probabilidade. Distribuição normal (Poisson). Teoria da amostragem de elementos. Teoria da estimação. Testes de hipóteses. Regressão e correlação.					
Objetivos:					
Proporcionar ao aluno o entendimento dos fundamentos básicos de estatística; possibilitar o entendimento da estatística como ferramenta de apoio às Ciências Sociais e saber relacioná-la com os diferentes campos do conhecimento. Desenvolver o raciocínio para interpretar e fazer inferência através de modelos estatísticos e probabilísticos sobre variáveis em estudo.					
Bibliografia Básica:					
BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística aplicada às ciências sociais . 4. ed. Rev. e ampl. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001. (Série: Didática).					
BESSON, Jean-Louis (org.). A ilusão das estatísticas . São Paulo: UNESP, 1995.					
FONSECA, F. S. da; MARTINS, G. A. de; TOLEDO, G. L. Estatística aplicada . 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.					
Bibliografia complementar:					
LEVIN, Jack. Estatística aplicada às ciências humanas . 2. Ed. São Paulo: HARBRA, 1987.					
MEYER, P. L. Probabilidade : aplicação à estatística. 2ª ed. Rio de Janeiro: LCT, 2000					
TRIOLA, M. F. Introdução à estatística . 9ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005.					
SPIGEL, M. R. Estatística . São Paulo: Mcgraw-Hill, 1993.					
COSTA, J. J. Da Serra. Elementos de probabilidade . Rio de Janeiro: Campos, 1981.					

ANÁLISE E PLANEJAMENTO SOCIOAMBIENTAL

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
44	4	60	60	0.0	
Ementa:					
Introdução à Questão Socioambiental. Sociedade, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Impactos Socioambientais. Teoria de Análise Ambiental. Planejamento, Gestão e Governança Ambiental. Dimensão Político-Democrática da Sustentabilidade Ambiental. Política Socioambiental e Desenvolvimento Humano.					
Objetivo:					
Analisar a questão socioambiental a partir do debate sobre planejamento, gestão, governança e política socioambiental no contexto dos impactos sociais e ambientais e de desenvolvimento da sociedade.					
Bibliografia Básica:					
SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável . Rio de Janeiro: Garamond, 2008.					
TAUK, S. M. Análise ambiental: Uma visão multidisciplinar . São Paulo. Fundação para o Desenvolvimento da UNESP e FAPESP. 1991 .					
VEIGA, J. E. Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor . São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2010.					
Bibliografia Complementar					
ALMEIDA, J. R.; ORLOSON, A. M.; PEREIRA, S. R. B.; AMARAL, F.; SILVA, D. M. Planejamento ambiental : Caminho para participação popular e gestão ambiental para nosso futuro comum. Uma necessidade, um desafio. Rio de Janeiro: Thex Editora Ltda. 1993.					
COSTA, T. V. M. Desenvolvimento Sustentável no Brasil : Da Miragem do Crescimento Econômico à Utopia Sustentável? Universidade de Passo Fundo. Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis. FEAC, 2006.					
LEFF, E. Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.					
SACHS, I. Desenvolvimento Incluyente, Sustentável e Sustentado . São Paulo: Garamond, 2004.					
SEN, A. Desenvolvimento como Liberdade . São Paulo: Companhia das Letras, 2000.					

POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA CONTEMPORANEIDADE

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
45	4	60	60	0.0	
Ementa:					
Sistema internacional contemporâneo. Formação da sociedade internacional européia em expansão no século XIX. As rupturas do século XX no contexto internacional. Guerra Fria. As raízes da transição da Guerra Fria para o sistema internacional contemporâneo.					
Objetivo:					
A disciplina tem como objetivo a discussão da evolução das relações internacionais nos séculos XIX e XX.					
Bibliografia Básica:					
CERVO, Amado. O final do século XX: dificuldades para construção de uma ordem global in SARAIVA, José Flávio S. Relações Internacionais ..., vol II, op. cit., pp. 175-208.					
DÖPCKE, Wolfgang. Apogeu e colapso do sistema internacional europeu (1871-1918) in SARAIVA, José Flávio S. Saraiva, Relações Internacionais ..., vol I, op. cit., pp. 105-172.					
SARAIVA, José Flávio. Dois gigantes e um condomínio: da Guerra Fria à coexistência pacífica (1947-1968) in SARAIVA, José Flávio S. Relações Internacionais - dois séculos de história, vol II: Entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias). Brasília: IBRI, 2001, pp. 19-62.					
Bibliografia Complementar					
ALMEIDA, Paulo Roberto de. As duas últimas décadas do século XX: fim do socialismo e retomada da globalização in SARAIVA, José Flávio S. Relações Internacionais ..., vol II. op cit., pp. 91-174.					
CERVO, Amado. Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1871) in SARAIVA, José Flávio S. Saraiva, Relações Internacionais, vol I, op. cit., pp. 59-104.					
SARAIVA, José Flávio S. História das Relações Internacionais: o objeto de estudo e a evolução do conhecimento in SARAIVA, José Flávio (org.). Relações Internacionais - dois séculos de história, vol I: Entre a preponderância europeia e a emergência americano-soviética (1815-1947). Brasília: IPRI, 2001, PP. 15-58.					
SARAIVA, José Flávio S. Relações Internacionais - dois séculos de história, vol II: Entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias). Brasília: IBRI, 2001.					
ARQUIMINO DE CARVALHO, Leonardo. Introdução aos estudos das relações internacionais. Porto Alegre: síntese, 2003.					

LINGÜÍSTICA APLICADA ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
46	4	60	60	0.0	
Ementa:					
Estudo das grandes correntes linguísticas e a aplicabilidade dos estudos linguísticos nas pesquisas das ciências sociais. Relação entre ciências linguísticas e ciências sociais.					
Objetivo:					
Compreender as grandes correntes da linguística e sua aplicabilidade nas ciências sociais					
Bibliografia Básica					
BENTES, A. C. (Org.). Introdução à lingüística : fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004. v. 3. p. 53-92.					
CALVET, L.-J. Sociolinguística: uma introdução crítica . 2ª ed. Trad. Marcos Maciulinilo. São Paulo: Parábola, 2004.					
SAUSSURE, F. Curso de linguística geral . 24ª ed. São Paulo: Cultrix, 2002.					
Bibliografia Complementar					
BAZERMAN, C. Gêneros textuais, tipificação e interação . São Paulo: Cortêz, 2009.					
FIORIN, J. L. (Org.). Introdução à lingüística : objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2002.					
LEROY, M. As grandes correntes linguísticas modernas . 9.ed. S. Paulo: Cultrix, 1993.					
LOPES, E. Fundamentos da lingüística contemporânea . São Paulo: Cultrix, 1996.					
VIGOTSKI, L. S. A construção do pensamento e da linguagem . São Paulo: Martins fontes, 2001.					

FAMÍLIA E SOCIEDADE

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
47	4	60	60	0.0	
Ementa:					
História da organização social familiar. A família na contemporaneidade.					
Objetivos:					
Compreender a família a partir de uma perspectiva histórico-social e cultural. Analisar aspectos sociológicos e antropológicos tendo como base o tema da família.					
Bibliografia básica:					
COSTA, Jurandir Freire. Ordem médica e Norma Familiar . Rio de Janeiro: Graal, 1999.					
D'INCAO, Maria Angela (org.). Amor e família no Brasil . São Paulo: Contexto, 1989.					
SARTI, Cyntia. A família como espelho . um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas: Autores Associados, 1996.					
Bibliografia Complementar					
ALMEIDA, A. M. de (org.). Pensando a família no Brasil : da colônia à modernidade, Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Editora da UFRJ, 1987.					
ARIÈS, Philippe. História Social da família e da criança . Rio de Janeiro: LTC, 1978.					
COSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (orgs). Famílias, redes, laços e políticas públicas . 3º ed. São Paulo: Cortez, 2004.					
SÜSSMUTCH, R. A nova maternidade e os projetos de vida da mulher . In: SOLIZ, N. (Org.) A mulher no séc. XXI . Rio de Janeiro: Instituto Goethe, 1988					
SOLIZ, N. (Org.) A mulher no séc. XXI . Rio de Janeiro: Instituto Goethe, 1988.					

SOCIOLOGIA URBANA

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
48	4	60	60	0.0	
Ementa:					
O objeto de estudo da sociologia urbana. Temáticas essenciais da sociologia urbana.					
Objetivo:					
Abordar o campo de estudo da sociologia urbana e suas diferentes temáticas.					
Bibliografia Básica:					
CASTELLS, Manuel. Problemas de investigação em Sociologia Urbana . Lisboa: Presença, 1975.					
_____. A questão urbana . Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.					
SANTOS, Milton. A urbanização brasileira . São Paulo: Hucitec. 1994.					
Bibliografia Complementar					
DELORENZO NETO, Antônio. O homem e a cidade: leitura de sociologia urbana . São Paulo, SN, 1976					
HARVEY, David. A Justiça Social e a Cidade . Editora Hucitec -SP, 1980					
LEDROUT, Raymond. Sociologia Urbana . Rio de Janeiro: Forense, 1971.					
SJOBERG, Gedeon. Origem e evolução das cidades . Rio de Janeiro: Zahar, 1972.					
TOLLENS, Paulo. Cidade e Campo: problemas de Sociologia Rural e Urbana . Porto Alegre: A nação.					

RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
49	4	60	60	0.0	
Ementa:					
A categoria “raça” nas ciências. A questão racial como objeto e reflexão sociológica. O pensamento social brasileiro e a questão racial. Interseccionalidades e a reflexão sobre a “diferença”.					
Objetivo:					
Apresentar o debate sobre o conceito raça nas ciências apontado para sua construção sócio-histórica bem como suas interpretações sociológicas contemporâneas. Discutir a interface da categoria raça com outras, como classe, gênero e sexualidade.					
Bibliografia Básica:					
FANON, Frantz. Pele Negra, Máscaras Brancas . Salvador. EDUFBA, 2008.					
MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil : identidade nacional versus identidade negra. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.					
TELLES, Edward. Racismo à brasileira : uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford, 2003.					
Bibliografia Complementar:					
BRAH, Avtar. Diferença, Diversidade, Diferenciação . In.: <i>Cadernos Pagu</i> (26), jan./jun. De 2006: pp. 329-376.					
DIWAN, Pietra. Raça Pura- uma história da eugenia no Brasil e no Mundo . São Paulo: Contexto. 2007.					
FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal - Rio de Janeiro: Record, 1992.					
FLORESTAN, Fernandes. A integração do negro na Sociedade de classes .São Paulo. Globo Editora.1965.					
HALL,Stuart. Da diáspora. Identidade e Mediações Culturais . Tradução Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.					

SOCIOLOGIA DO TRABALHO

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
50	4	60	60	0.0	
Ementa:					
Objeto de estudo da sociologia do trabalho. Análise histórica do trabalho: Taylorismo, fordismo e toyotismo. Conflitualidade societária na modernidade: classes sociais, emprego, desemprego e a tecnologia, trabalho intelectual, trabalho e exclusão social. Temas específicos de pesquisa da sociologia do trabalho.					
Objetivos:					
Explicitar as principais concepções sobre o trabalho, visando a compreensão do trabalho enquanto fenômeno político, social, econômico e cultural.					
Bibliografia Básica					
ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: ensaios sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho . 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.					
BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista . A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro, 2011.					
HOBSBAWN, Eric. Mundos do trabalho . Novos estudos sobre História operária. São Paulo: Paz e Terra, 2008.					
Bibliografia Complementar:					
ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Moraes (orgs.). O avesso do trabalho . São Paulo: Expressão Popular, 2010.					
CARLEIAL, Liana; VALLE, Rogério (org.). Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil . São Paulo: Hucitec - Abet, 1997.					
GORZ, André. Crítica da divisão do trabalho . São Paulo: Martins Fontes, 1996.					
IANNI, Otávio. O Estado e Planejamento Econômico do Brasil . 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.					
OLIVEIRA, Francisco. A economia brasileira: Crítica à razão dualista , in: Estudos CEBRAP 2. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências, 1972.					

FORMAÇÃO POLÍTICA DO TOCANTINS

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
51	4	60	60	0.0	
Ementa:					
Gênese do Estado do Tocantins. Caracterização das oligarquias. Ascensão e declínio do coronelismo. Poder local e prática política. Análise do comportamento de atores políticos: governadores, parlamentares, eleitores e partidos políticos estaduais.					
Objetivo:					
Realizar um estudo regionalizado de experiências empíricas que mobilizem as categorias analíticas da Ciência Política.					
Bibliografia Básica:					
<p>FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. 11 ed. São Paulo/ Porto Alegre: Ed. USP/Ed. Globo, 1997</p> <p>LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. São Paulo: Ed. Alfa-ômega, 1975.</p> <p>PALACIN, Luís. Coronelismo no Extremo Norte de Goiás: o Padre João e as Três Revoluções de Boa Vista. Goiânia: Ed. da UFG, São Paulo: Loyola, 1990.</p>					
Bibliografia Complementar:					
<p>AVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. O Discurso Autonomista do Tocantins. Goiânia: Ed. Da UCG, 2003.</p> <p>GIRALDIN, Odair (org). A (Trans) formação Histórica do Tocantins. Goiânia: Ed. UFG; Palmas: Unitins, 2002.</p> <p>MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.</p> <p>PARENTE, Temis Gomes. Fundamentos históricos do Estado do Tocantins. Goiânia: Ed. UFG, 2003.</p> <p>LIRA, Elizeu Ribeiro. A gênese de Palmas – Tocantins – A geopolítica de (RE)ocupação Territorial na Amazônia Legal. Goiânia: Kelps, 2011</p>					

ESTRATÉGIA POLÍTICA

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
52	4	60	60	0.0	
Ementa:					
Análise e organização de estratégias políticas. Assessoria política. Marketing político.					
Objetivo:					
Realizar estudos e exercícios sobre procedimentos e práticas políticas.					
Bibliografia Básica:					
<p>GURR, Ted Robert. Manual do conflito político. Trad. Inea Fonseca. Brasília: UNB, 1985.</p> <p>TZU, Sun. A arte da guerra. Trad. Ricardo Iglesias. Lisboa: Publicações Europa-America, 1994.</p> <p>ZAJDSZNAJDER, Luciano. Teoria e prática da negociação. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1985.</p>					
Bibliografia Complementar:					
<p>FIGUEIREDO, Rubens (org). Marketing Político e Persuasão Eleitoral. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.</p> <p>LAVAREDA, Antonio. Emoções ocultas e estratégias eleitorais. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.</p> <p>MARCIAL, Elaine Coutinho; GRUMBACH, Raul José dos Santos. Cenários Prospectivos: como construir um futuro melhor. 5 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.</p> <p>REZENDE, Cláudia Barcellos; COELHO, Maria Cláudia. Antropologia das emoções. Rio de Janeiro: FGV, 2010.</p> <p>LAMONIER, B.; CARDOSO, F. H. (orgs.). Os partidos e as eleições no Brasil. São Paulo: Cebrap; paz e terra, 1978.</p>					

FILOSOFIA POLÍTICA PÓS-COLONIAL

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
53	4	60	60	0.0	
Ementa:					
Paradigmas éticos e políticos da globalização e da pós-modernidade. Crise do eurocentrismo. Respostas do contexto Latino-americano.					
Objetivo:					
Investigar as linhas de tensão apresentadas pela literatura pós-colonial.					
Bibliografia Básica:					
CASTRO, Eduardo Viveiros de. A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia . São Paulo: Cosac Naif, 2011.					
DUSSEL, Enrique. Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão . Petrópolis: Vozes, 2000.					
LEVINAS, Emmanuel. Entre Nós: ensaios sobre a alteridade . Petrópolis: Editora Vozes, 2004.					
Bibliografia Complementar:					
DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Rizoma. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia . São Paulo: Editora 34, 1995, v.1.					
DUSSEL, Enrique. 1492: O encobrimento do Outro. A origem do mito da modernidade . Petrópolis, Vozes, 1993.					
LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos . Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.					
SAID, Edward. Orientalismo . São Paulo: Cia das Letras, 2011.					
BHABHA, Homi. O local da cultura . Belo Horizonte: UFMG, 2007.					

HISTÓRIA DAS IDEIAS POLÍTICAS

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
54	4	60	60	0.0	
Ementa:					
Matrizes do pensamento político. Análise da produção historiográfica.					
Objetivo:					
Investigar o desenvolvimento do pensamento político.					
Bibliografia Básica:					
<p>SALDANHA, Nelson. História das idéias políticas no Brasil. Brasília: Senado Federal, 2001.</p> <p>TOUCHARD, Jean (Org.). História das idéias políticas. Lisboa: Publicações Europa-América, 1970. 7v.</p> <p>VOEGELIN, Eric. História das ideias políticas. Trad. Mendo Castro Henriques. São Paulo: É Realizações, 2012. 8v.</p>					
Bibliografia Complementar:					
<p>AMARAL, D. F. do. História das ideias políticas. Coimbra: Almedina, 1998.</p> <p>CURSO de introdução ao pensamento político brasileiro. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.</p> <p>PAIM, Antônio. História das idéias filosóficas no Brasil. São Paulo: 1967.</p> <p>SABINE, George A. História das teorias políticas. São Paulo: Fundo de Cultura Econômica, 1964.</p> <p>RÉMOND, René (Org.) Por uma História política. RJ: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2003.</p>					

ANTROPOLOGIA DA ARTE

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
55	4	60	60	0.0	
Ementa:					
Arte como expressão cultural e simbólica. Arte nas sociedades indígenas. Arte e cultura popular brasileira. Diversidade cultural e social através da arte. Arte e Agência.					
Objetivo:					
Apresentar aos discentes o campo da antropologia da arte por meio de temáticas específicas.					
Bibliografia Básica:					
BATESON, Gregory. 'Estilo, gracia e información en el arte primitivo'. In: Pasos hacia una Ecología de la Mente [1972], pp.155-180. Buenos Aires: Lohlé-Lumen, 1998.					
GEERTZ, C. A Arte como um sistema cultural . O Saber Local: Petrópolis: Vozes, 2003, p.142-181					
Gell, Alfred. 2001. "A rede de Vogel, armadilhas como obras de arte e obras de arte como armadilhas." In: Arte e Ensaios – Revista do Programa de Pós- Graduação em Artes Visuais. Escola de Belas Artes. UFRJ. ano VIII – número 8: 174-191.					
Bibliografia Complementar:					
Boas, Franz. (1928) 1955. Primitive Art . New York, Dover publications.					
Gell, Alfred. 1998. Art and Agency: an anthropological Theory . Oxford: University Press.					
Lagrou, Els. 2003. "Antropologia e arte: uma relação de amor e ódio". In Ilha. Revista de Antropologia . Vol. 5, no.2. Florianópolis: PPGAS/UFSC. pp. 93-113.					
LEVI-STRAUSS, Claude. A oleira ciumenta . Rio de Janeiro: Brasiliense, 1999.					
LEVI-STRAUSS, Claude. A via das máscaras . Rio de Janeiro: Brasiliense, 1984.					

GÊNERO E SOCIEDADE

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
56	4	60	60	0.0	
Ementa: Os movimentos de mulheres. O movimento feminista no Brasil. As principais abordagens teóricas do conceito de gênero. Gênero e cidadania. Gênero e direitos humanos.					
Objetivo: Conhecer a trajetória histórica dos movimentos de mulheres. Compreender a análise teórica das relações de gênero. Analisar como as conquistas das mulheres se relaciona com a conquista da cidadania e dos direitos humanos.					
Bibliografia Básica:					
LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2010.					
PINTO, Célia Regina. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2003					
SCOTT, Joan. “História das mulheres” In: BURKE, Peter. A escrita da história. Novas perspectivas: São Paulo: UNESP, 1992.					
Bibliografia Complementar:					
ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. O que é feminismo. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.					
BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (orgs.) Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: FCC: Ed. 34, 2002.					
GIDDENS, A. A transformação da Intimidade. São Paulo: UNESP, 1993					
FIRESTONE, S. A dialética do sexo. Rio de Janeiro: Labor, 1976.					
PRIORE, Mary Del. (org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997					

TÓPICOS ESPECIAIS EM FILOSOFIA

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
57	4	60	60	0.0	
Ementa:					
Discussão de novas contribuições da filosofia, resultantes de experiências de pesquisa – teórica ou empírica – de relevância para o avanço da disciplina. A situação de questões teóricas e metodológicas levantadas em áreas temáticas específicas. O programa e bibliografia são montados a partir de cada questão específica proposta, baseados nos eixos voltados para estudos de abrangência filosófica.					
Objetivo:					
Discutir e aprofundar questões de interesse temático específico, em diálogo com a abordagem filosófica					
Bibliografia Básica:					
BAUDRILLARD, Jean. Simulacros e Simulação . Lisboa: Relógio D'Água, 1991.					
FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder . 21 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.					
LYOTARD, Jean-François. O Pós-Moderno . Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.					
Bibliografia Complementar:					
AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo? e outros ensaios. Tradução Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos Editora, 2009.					
ARENDT, Hannah. A Condição Humana . Rio de Janeiro: Forense, 2000.					
HABERMAS, Jürgen. O discurso filosófico da modernidade . Lisboa : Dom Quixote, 1990.					
BENJAMIM, Walter. Magia, arte, técnica e política . Rio de Janeiro: Brasiliense, 2000.					
BENJAMIM, Walter. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo . Rio de Janeiro: Brasiliense, 2004.					

FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
58	4	60	60	0.0	
Ementa:					
Crise dos valores e a mudança de paradigmas na contemporaneidade. Crítica da política e da cultura. Sociedade virtual: dilemas da globalização e da pós-modernidade.					
Objetivo:					
Investigar as linhas de ruptura entre o discurso filosófico contemporâneo e o moderno. A partir da consideração da impropriedade das categorias universalizantes, debater a conjuntura política e cultural do período abrangido. Considerar os fenômenos da globalização e da pós-modernidade em perspectiva filosófica, de modo a municiar a compreensão teórica da realidade.					
Bibliografia Básica:					
ARENDT, Hannah. A Condição Humana . Rio de Janeiro: Forense, 2000.					
HABERMAS, Jurgem. O discurso filosófico da modernidade . Lisboa : Dom Quixote, 1990.					
FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder . 21 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.					
Bibliografia Complementar:					
BAUDRILLARD, Jean. Simulacros e Simulação . Lisboa: Relógio D'Água, 1991.					
HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento . <i>A gramática moral dos conflitos sociais</i> . São Paulo: Ed. 34, 2003.					
LYOTARD, Jean-François. O Pós-Moderno . Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.					
NIETZSCHE, F. A Genealogia da Moral . São Paulo: Cia das Letras, 2002.					
ADORNO, T. Dialética Negativa . São Paulo: ZAHAR, 2009.					

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
59	4	60	60	0.0	
Ementa:					
Filosofia e Filosofia da Educação. Pressupostos filosóficos que fundamentam as concepções de educação.					
Objetivo:					
Compreender a conexão entre Filosofia e Educação. Refletir acerca da importância do estudo da Filosofia da Educação para a formação do educador.					
Bibliografia Básica:					
GRAMSCI, Antonio. Concepção Dialética da História . 6 ed. Trad: Carlos Nelson Coutinho. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1995.					
KANT, Immanuel. Sobre a Pedagogia . 5ª ed. Edunimep. Piracicaba. São Paulo. 2006					
TEIXEIRA, Anízio. Pequena Introdução a filosofia da educação . 6ª ed. Ed. DP&A, 2000.					
Bibliografia complementar :					
BUZZI, Arcângelo. Introdução ao pensar . Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.					
JAEGER, Werner. Paidéia: A formação do homem grego . Trad: Artur M. Parreira. 4ª ed. Martins Fontes. São Paulo. 2001					
MANACORDA, Mario A. História da educação: Da antiguidade aos nossos dias . Trad: Gaetano La Mônica. 10ª ed. Cortez. São Paulo. 2002.					
NIETZSCHE, F. Sobre Educação . São Paulo: Cortêz, 2010.					
ROUSSEAU, Jean-Jacques. Emílio ou da educação . São Paulo: Cia das Letras, 2003.					

TÓPICOS ESPECIAIS EM ECONOMIA

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
60	4	60	60	0.0	
Ementa:					
Discussão de novas contribuições da economia para o campo das ciências humanas e sociais, resultantes de experiências de pesquisa – teórica ou empírica – de relevância para o avanço da disciplina. A situação de questões teóricas e metodológicas levantadas em áreas temáticas específicas. O programa e bibliografia são montados a partir de cada questão específica proposta, baseados nos eixos voltados para estudos de abrangência da área de economia.					
Objetivo:					
Discutir e aprofundar questões de interesse temático específico, em diálogo com a abordagem do campo da economia.					
Bibliografia Básica:					
PAIVA, Claudio Cesar de; PELLEGRINO, Anderson Cesar Gomes Teixeira; VIAN, Carlos Eduardo de Freitas. Economia : fundamentos e praticas aplicados a realidade brasileira. Sao Paulo: Alinea. 2005.					
REIS, Ana Carla Fonseca. Economia da Cultura e Desenvolvimento Sustentável: O Caledoscópio da Cultura . São Paulo: Manole, 2006					
SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária . São Paulo, 2002. Fundação Perseu Abramo.					
Bibliografia Complementar:					
FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A Economia Solidária: uma abordagem internacional / Genauto Carvalho de França Filho e Jean-Louis Laville. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.					
MANKIW, N. G. Macroeconomia . 7ª edição. São Paulo: LTC.					
McCONNELL, Campbell R.; BLUE, Stanley L. Microeconomia : principios, problemas e políticas. Sao Paulo: LTC. 2001.					
SEN, A.K. Desenvolvimento como liberdade (1999, reimpressao em 2009). Sao Paulo: Cia. das Letras.					
WONNACOTT, Paul. Economia . Sao Paulo: Makron. 2004.					

ANÁLISE ECONÔMICA DE POLÍTICAS SOCIAIS

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
61	4	60	60	0.0	
Ementa:					
Teorias de justiça distributiva, raisons d'être das políticas sociais, demanda e oferta de seguros e mensuração de desigualdade e pobreza. seguridade social, aposentadoria e suavização do consumo, saúde e cuidados com saúde, transferências de renda e combate à pobreza, focalização versus universalismo, regulação do mercado de trabalho, educação básica e educação superior.					
Objetivo:					
A disciplina visa oferecer aos alunos elementos para analisarem, de maneira sistemática e ancorada em teoria (sobretudo, mas não apenas) econômica, políticas sociais que influenciam ou determinam a qualidade de vida dos indivíduos de uma nação.					
Bibliografia Básica:					
<p>HOFFMAN, R. (1998) Distribuição de Renda e Pobreza. São Paulo: Edusp,</p> <p>SEN, A.K. (1999, reimpressão em 2009) Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Cia. das Letras.</p> <p>VAN, Parijs, Ph.: Y. Vanderborght (2006). Renda básica de cidadania: argumentos éticos e econômicos, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.</p>					
Bibliografia Complementar:					
<p>BOWLES, S. (2004). Microeconomics: behavior, institutions and evolution, (The roundtable series in behavioral economics), Princeton: Princeton University Press.</p> <p>BOWLES, Samuel, and Herbert Gintis. "Recasting egalitarianism", In: Recasting egalitarianism: new rules for communities, states and markets, edited by Samuel Bowles, and Herbert Gintis, London and New York: Verso, 1998.</p> <p>CARVALHO, J.L.; W. Lobão (1998), "Vício privado e políticas públicas: a demanda por cigarros no Brasil", Revista Brasileira de Economia Especial: 67-104.</p> <p>CARVALHO, M., Gamboa, L.F. e Waltenberg, F.D. "Equality of educational opportunity employing PISA data: Taking both achievement and access into account", Serie Documentos de Trabajo 2012/130, Facultad de Economía, Universidad del Rosario, Bogotá, Colômbia:</p> <p>MANKIW, N. G. Macroeconomia. 7ª edição. São Paulo: LTC.</p>					

ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
62	4	60	60	0.0	
Ementa:					
Introdução à Economia Ambiental. Economia e Meio Ambiente. Economia, Ecologia e Recursos Naturais. Economia e Desenvolvimento Sustentável. Instrumentos Econômicos e Sustentabilidade Ambiental. Análise Econômica do Meio Ambiente. Mercado, Empreendedorismo e Meio Ambiente. Mercadorização Ambiental e Valor Econômico da Natureza. Economia e Política de Gestão Ambiental.					
Objetivo:					
A disciplina tem como objetivo discutir as principais contribuições da Economia Ambiental ao debate atual do Desenvolvimento Sustentável.					
Bibliografia Básica:					
BELLIA, V. Introdução à economia do meio ambiente . Brasília: IBAMA, 1996. MORAES, O. J. Economia Ambiental: Instrumentos Econômicos para o Desenvolvimento Sustentável . Centauro Editora, 2009. THOMAS, J. M.; CALLAN, S. J. Economia Ambiental: Aplicações, Políticas e Teoria . ED. CENGAGE, 2009.					
Bibliografia Complementar:					
ACSLRAD, H. Desenvolvimento sustentável: a luta por um conceito . Revista Proposta, nº 56, Rio de Janeiro, março de 1993. BROWN, Lester R. Ecoeconomia: Construindo uma Economia para a Terra ; Salvador: UMA, 2003. MAY, P. <i>et al.</i> Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática . Rio de Janeiro: Câmpus, 2003. VEIGA, J. E. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI . Rio de Janeiro: Garamond, 2008. TOLMASQUIM, M. T. Economia do Meio Ambiente: Forças e Fraquezas . Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.					

TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
63	4	60	60	0.0	
Ementa:					
Discussão de novas contribuições da história, resultantes de experiências de pesquisa – teórica ou empírica – de relevância para o avanço da disciplina. A situação de questões teóricas e metodológicas levantadas em áreas temáticas específicas. O programa e bibliografia são montados a partir de cada questão específica proposta, baseados nos eixos voltados para estudos de abrangência do campo da história.					
Objetivo:					
Discutir e aprofundar questões de interesse temático específico, em diálogo com a abordagem do campo da História.					
Bibliografia Básica:					
<p>BURKE, Peter. Cultura popular na Idade Moderna (Europa, 1500-1800). Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 [1978].</p> <p>ELIAS, Norbert. A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Tradução de Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001 [1969].</p> <p>GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987 [1976].</p>					
Bibliografia Complementar:					
<p>BAKHTIN, N. A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: O Contexto de François Rabelais. 2ª ed. São Paulo/Brasília: HUCITEC / Ed. da UNB, 1993.</p> <p>BENJAMIN, W. Origem do Drama Barroco Alemão. São Paulo: Brasiliense, 1994.</p> <p>BOCCACCIO, G. Decamerão. São Paulo: Abril Cultural, 1979.</p> <p>HOBSBAWN, Eric. A era dos extremos. São Paulo: Cia das Letras, 1998.</p> <p>SCEVENKO, N. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república. São Paulo: Brasiliense, 1995.</p>					

FORMAÇÃO HISTÓRICA DA SOCIEDADE BRASILEIRA

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
64	4	60	60	0.0	
Ementa:					
A herança ibérica. Americanismo e iberismo. A questão do patriarcado rural no Brasil. Interpretações sobre a escravidão. Representações sobre o Brasil e os brasileiros. Influências econômicas e culturais na formação da sociedade brasileira.					
Objetivo:					
Discutir e localizar alguns dos principais debates e (re)interpretações sobre a sociedade brasileira.					
Bibliografia Básica:					
FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala . Rio de Janeiro: Global, 2005.					
HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil . São Paulo, Companhia das Letras, 1996.					
VIANNA, Oliveira. Populações Meridionais do Brasil . Niterói(RJ)/Belo Horizonte (MG): Itatiaia, 1987.					
Bibliografia Complementar:					
FERNANDES, Florestan. Mudanças Sociais no Brasil : aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1979. (Série Corpo e alma do Brasil; 3).					
FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos . Rio de Janeiro: Global, 2005.					
PRADO, Paulo. Retrato do Brasil . Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1962.					
SCEVENKO, N. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república . São Paulo: Brasiliense, 1995.					
NABUCO, Joaquim. Minha Formação . São Paulo: Ed. 34. 2012.					

LEITURAS DA HISTÓRIA REGIONAL

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
65	4	60	60	0.0	
Ementa:					
Os relatos de Presidentes de Províncias. Os relatos dos viajantes e cronistas do século XIX. Representações sobre o sertão de Goiás. Pesquisas recentes sobre o antigo norte goiano.					
Objetivo: Discutir criticamente a produção bibliográfica sobre a região. Contextualizar as representações sobre a ocupação colonial da região. Abordar o processo de formação étnico-cultural do antigo norte goiano.					
Bibliografia Básica: GIRALDIN, Odair.A (Trans)formação histórica do Tocantins. Palmas: Unitins/Goiânia: CECEGRAF, 2002, PADOVAN, Regina Célia. O lugar da escola e “lugar da fronteira”: A Instrução primária em Boa Vista em Goiás no século XIX (1850-1896). Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás/UFG, 2011 PTERNOSTRO, Júlio. Viajem ao Vale do Tocantins. Coleção Brasileira, 1944.					
Bibliografia Complementar: CASTELNAU, Francis. Expedição às regiões centrais da América do Sul. São Paulo, Editora Nacional, 1949. CHAIM, Marivone M. Os aldeamentos indígenas na Capitania de Goiás: sua importância na política de povoamento (1749-1811). Tese (Doutorado em História) FFLCH/USP, São Paulo, 1976. CUNHA MATOS, R. J. da. Chorografia histórica da Província de Goiás. <i>Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnográfico do Brasil</i> , Rio de Janeiro, Tomo 37, p. 213 - 398 abr./jun.; Tomo 38, v. (1), p. 5-150, jan./mar. 1874/5. PALACIN, Luis. Os três povoamentos de Goiás. <i>Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás</i> , Goiânia, ano 7, n. 08, p. 81-95, 1979. PARENTE, Temis Gomes. O avesso do silêncio: vivências cotidianas das mulheres do século XIX. Goiânia: Editora da UFG, 2005.					

TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
66	4	60	60	0.0	
Ementa:					
Discussão de novas contribuições da Geografia, resultantes de experiências de pesquisa – teórica ou empírica – de relevância para o avanço da disciplina. A situação de questões teóricas e metodológicas levantadas em áreas temáticas específicas. O programa e bibliografia são montados a partir de cada questão específica proposta, baseados nos eixos voltados para estudos de abrangência do campo da Geografia					
Objetivo:					
Discutir e aprofundar questões de interesse temático específico, em diálogo com a abordagem do campo da Geografia.					
Bibliografia Básica:					
<p>HARVEY, David. Condição pós-moderna. SP, Edições Loyola, 1994.</p> <p>SANTOS, Milton. A natureza do Espaço: Técnica e Tempo - Razão e Emoção. São Paulo, Ed. Hucitec, 1996.</p> <p>SOUZA, Maria Adélia (org.). Território Brasileiro Usos e Abusos. Edições TERRITORIAL. Campinas. 2003.</p>					
Bibliografia Complementar:					
<p>ASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato. Explorações Geográficas. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1997.</p> <p>COSTA, Wanderley Messias da Costa. Geografia Política e Geopolítica. São Paulo: EDUSP/HUCITEC, 1992.</p> <p>SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual: natureza capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.</p> <p>LEFEBVRE, L. Sociologia Urbana: a revolução urbana. Belo Horizonte: UFMG, 2007.</p> <p>IANNI, O. Enigmas da modernidade mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.</p>					

GEOGRAFIA DA AMAZÔNIA: FRONTEIRAS E MULTITERRITORIALIDADES

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
67	4	60	60	0.0	
Ementa:					
Os diferentes usos dos conceitos de território, de desterritorialização, de reterritorialização, e de multiterritorialidades. Território numa perspectiva integradora. A eliminação das fronteiras entre os diferentes territórios. A formação do território brasileiro. Território, fronteiras e multiterritorialidades na Amazônia. A grande Amazônia e a experiência integrada do espaço (local, regional, nacional e o internacional).					
Objetivos:					
Analisar as concepções teórico-metodológicas sobre Território, desterritorialização, reterritorialização e a constituição de multiterritorialidades no contexto da Amazônia brasileira e internacional.					
Bibliografia Básica:					
GADELHA, R. M. A. F. Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil. Estudos Avançados 16 (45), 2002. p. 63-80.					
HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.					
KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. Estudos Avançados 16 (45), 2002. p. 37-61.					
Bibliografia Complementar:					
SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.					
SILVEIRA, M. L. Totalidade e fragmentação: o espaço global, o lugar e a questão metodológica, um exemplo argentino. In: SANTOS, M. et al. (Orgs.) Fim de século e globalização. 4ª. edição, São Paulo: Hucitec: ANPUR, 2002. (Coleção Geografia: Teoria e Realidade, 20). pp-201-209.					
SOUZA, M. Amazônia e modernidade. Estudos Avançados 16 (45), 2002. p. 31-36.					
OLIVEIRA, A. U. de. Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia. Campinas: Papirus, 1988.					
ECKER, Bertha K. Amazônia. São Paulo: Ática, 1990.					

ESPAÇO, TERRITÓRIO E SOCIEDADE

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
68	4	60	60	0.0	
Ementa:					
Bases teóricas e conceituais do espaço geográfico. O território como categoria geográfica central para compreensão da contemporaneidade.					
Objetivo:					
Apresentar o debate sobre o espaço geográfico como sistema de objetos e sistema de ações. Instrumentalizar teórica e metodologicamente o território usado como categoria central. Discorrer sobre o conceito de formação sócio-espacial e formação territorial.					
Bibliografia Básica:					
HARVEY, David. Condição pós-moderna . SP, Edições Loyola, 1994.					
SANTOS, Milton. A natureza do Espaço : Técnica e Tempo - Razão e Emoção. São Paulo, Ed. Hucitec, 1996.					
SOUZA, Maria Adélia (org.). Território Brasileiro Usos e Abusos . Edições TERRITORIAL. Campinas. 2003.					
Bibliografia Complementar:					
CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato. Explorações Geográficas . Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1997.					
COSTA, Wanderley Messias da Costa. Geografia Política e Geopolítica . EDUSP/HUCITEC. São Paulo, 1992.					
SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual : natureza capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.					
LEFEBVRE, L. Sociologia Urbana: a revolução urbana . Belo Horizonte: UFMG, 2007.					
MAGNOLI, Demétrio. O que é Geopolítica . São Paulo, Brasiliense, 1986.					

CULTURA BRASILEIRA

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
69	4	60	60	0.0	
Ementa:					
Formação da cultura brasileira. Práticas sociais e representações simbólicas da cultura brasileira: as manifestações populares de cultura e seus sistemas simbólicos. As manifestações culturais dos povos originários. As políticas públicas nacionais e a produção cultural.					
Objetivo:					
Debater as concepções formativas da identidade cultural do Brasil a partir da cultura popular brasileira e das culturas indígenas, africanas e afrobrasileiras enquanto elementos constitutivos da cultura brasileira.					
Bibliografia Básica:					
CAMPOS, Augusto de. Balanço da Bossa e outras bossas . São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.					
DAMATTA, Roberto. Carnavais, Malandros e Heróis : para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.					
VIANNA, Hermano. O mistério do Samba . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.					
Bibliografia Complementar:					
CUNHA, Maria Clementina Pereira. Ecos da folia : uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.					
FAVARETTO, Celso. Tropicália, alegoria, alegria . Cotia/ SP: Editorial Ateliê. 2007					
QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Carnaval Brasileiro : o vivido e o mito. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.					
SANDRONI, Carlos. Feitiço decente: transformações do samba no Rio de Janeiro (1917-1933) .					
SANCHES, Pedro Alexandre. Tropicalismo: Decadência bonita do Samba . São Paulo: Boitempo, 2001.					

ANTROPOLOGIA DOS RITUAIS

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
70	4	60	60	0.0	
Ementa:					
Rito e Mito. O simbolismo ritual. Ritos em sociedades tradicionais e contemporâneas. Estruturas e processos rituais. Ritos de passagem, de iniciação, celebrações, comensalidade e uso de máscaras. Rito, eficácia simbólica e agência.					
Objetivo:					
Debater e apresentar as diversas concepções antropológicas dos rituais em sua diversidade cultural.					
Bibliografia Básica:					
BATESON, Gregory. 2008. Naven – Um exame dos problemas sugeridos por um retrato compósito da cultura de uma tribo da Nova Guiné, desenhado a partir de três perspectivas . São Paulo: Edusp.					
DURKHEIM, Émile. 2002 (1912). As formas elementares da vida religiosa . São Paulo: Martin Fontes.					
LÉVI-STRAUSS, Claude. 1996 [1958]. “A eficácia simbólica” em Antropologia estrutural . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. Pp. 215-236.					
Bibliografia Complementar:					
GEERTZ, Clifford. A interpretação das Culturas . Rio de Janeiro: Vozes. 2000.					
LEACH, Edmund. 1983 (1958). “Cabelo mágico”. In: Antropologia . São Paulo: Ática, pp. 139-169.XVII.					
TURNER, Victor. 2013. O processo ritual . Petrópolis: Editora Vozes.					
VAN GENNEP, A. Os ritos de passagem . Petrópolis: Vozes, 2012.					
PEIRANO, M. Rituais ontem e hoje . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.					

HISTÓRIA INDÍGENA E DO INDIGENISMO

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
70	4	60	60	0.0	
Ementa:					
Teoria e metodologia dos estudos de história indígena. Indigenismo no Brasil. Mito, história, etnicidade e etnopolítica.					
Objetivo:					
Aprofundar problemas conceituais e metodológicos apresentados pelo estudo de populações nativas a partir de registros históricos, seja textuais, visuais ou orais.					
Bibliografia Básica:					
ALBERT, B. & RAMOS, Alcida. Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte amazônico . São Paulo: Editora da Unesp. Imprensa Oficial do Estado, 2002					
SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Um Grande Cerco de Paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil . Petrópolis: Vozes. 1995					
Viveiros de Castro, Eduardo. “O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem” In: A inconstância da alma selvagem – e outros ensaios de antropologia . São Paulo: Cosac Naify, 2002.					
Bibliografia Complementar:					
CASTRO, Eduardo Viveiros de; CUNHA, Manuela Carneiro da (orgs.). Amazônia: Etnologia e história indígena . São Paulo: Edição dos autores, 1993.					
CARNEIRO DA CUNHA, M. 1986. Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade					
CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). História dos índios no Brasil . 2ª ed. São Paulo: Schwarz, 1998.					
FARAGE, Nádia. As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização . São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1991.					
NOVAES, A. (org.). A outra margem do Ocidente . São Paulo: Companhia das Letras, 1999					

LIBRAS

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
71	4	60	60	0.0	
Ementa:					
Introdução: aspectos clínicos, educacionais e socio-antropológicos da surdez. Educação de Surdos e às principais abordagens educacionais. Visões sobre os surdos e a surdez. Bilingüismo dos Surdos - aquisição da linguagem e desenvolvimento da pessoa surda; A Língua de Sinais Brasileira - Libras: características básicas da fonologia. Inclusão educacional de alunos surdos. Noções básicas sobre Libras.					
Bibliografia Básica:					
ARANTES, V. A. (org.); SOUZA, R. M.; SILVESTRE, N. Educação de surdos. São Paulo: Summus, 2007. Coleção pontos e contrapontos. FERNANDES, E. (org.). Surdez e bilingüismo. Porto Alegre: Mediação, 2005. SKILIAR, Carlos (org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. 3ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.					
Bibliografia Complementar:					
GOES, M. C. R. Linguagem, surdez e educação . Campinas, Autores Associados, 1996. MITTLER, Peter. Educação Inclusiva: contextos sociais . Porto Alegre: Artmed, 2003. QUADROS, R. M. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais . BRASÍLIA, SEESP/MEC, 2004. SÁ, Nídia Regina Limeira. Cultura, poder e educação de surdos . Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002. SALLES, H. M. M. L.; FAULSTICH, E.; CARVALHO, O. L.; RAMOS, A. A. L. Ensino de língua portuguesa para surdos- caminhos para a prática pedagógica . Volume 1 e 2. Brasília: MEC/SEESP, 2002.					

5.6.6 Metodologia

A metodologia proposta neste Projeto pressupõe, em primeiro lugar, que o aluno seja o sujeito ativo do seu processo de aprendizagem; em segundo lugar, que desenvolva a criticidade através da explicitação das contradições que permeiam o processo de ensino e de aprendizagem e da explicação e compreensão das questões que precisam ser resolvidas e quais conhecimentos são necessários para resolvê-las. Esta abordagem metodológica, que procura evitar o ensino teórico, livresco, estático e distanciado da realidade e que se reduz à mera transmissão de conhecimentos, e que tem por base o diálogo, não significa a adoção de uma nova técnica de ensino, mas implica uma nova postura por parte daqueles educadores que se consideram insubstituíveis na direção do processo de transmissão – assimilação – elaboração do conhecimento, exigindo esforço e disciplina dos alunos através da sua autoridade.

Nesta proposta, a avaliação da aprendizagem perde a dimensão de qualificação de conteúdos assimilados e de instrumento controlador e autoritário, para adquirir uma nova dimensão inerente ao ato de conhecer, compromissada com o diagnóstico do avanço do conhecimento do aluno, sistematizado ou construído, constituindo-se em estímulo para o prosseguimento da produção do conhecimento.

Este enfoque de avaliação exige dos educadores pensá-la em função da totalidade dos processos de ensino e de aprendizagem e do julgamento da ação dos alunos em termos qualitativos e a busca de uma postura crítica no sentido de verificar se os alunos estão ultrapassando o senso comum (conteúdos desorganizados) para a consciência crítica (conteúdos sistematizados) e coloca a tarefa básica de ultrapassar o ritual pedagógico impregnado de autoritarismo, despidendo-a de sua característica classificatória, voltada para o controle e enquadramento dos alunos, visando à aprovação no final do semestre.

5.6.7. Interface pesquisa e extensão

O Curso de Bacharelado em Ciências Sociais oferecerá projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos por docentes e discentes em programas como PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica), PIVIC (Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica), PIM (Programa Institucional de Monitoria), PIMI (Programa Institucional de Monitoria Indígena), ProExt, etc.

Ademais, o curso de bacharelado manterá um vínculo constante com os Programas de Pós-Graduação presentes no Câmpus, incluído a apresentação de um projeto de implementação de uma Pós-Graduação *stricto sensu* em Ciências Sociais, aglutinando profissionais da área presentes nos Câmpus e também aqueles dispersos em outros campi da Universidade.

5.6.8 Interface com programas de fortalecimento do ensino: Monitoria, PET, etc.

A interface entre os Programas e Projetos no âmbito do Curso de Ciências Sociais articula-se com a compreensão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Neste sentido, os Programas e Projetos Institucionais em desenvolvimento pela UFT têm como objetivo o fortalecimento do ensino. Para tanto, deve-se realizar interface entre os programas e projetos institucionais da UFT, tais como: Programa Institucional de Monitoria (PIM); Programa Especial de Treinamento/Tutoria (PET); Programa de Mobilidade Acadêmica (PMA); Programa Prodocência.

PIM: consta na Resolução Normativa – PROGRAD No 01/2005, que este programa tem como principais objetivos: incentivar a participação do discente nas atividades acadêmicas; despertar no discente o interesse pelas atividades da docência; propiciar ao discente a possibilidade de utilizar o seu potencial assegurando-lhe uma formação profissional qualificada; contribuir com a melhoria na qualidade do ensino de graduação, no ato de educar e contribuir para a construção do projeto pedagógico do curso de graduação.

O PET: é um programa desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, que tem

como base o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e objetiva: desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar; contribuir para a elevação da qualidade da formação acadêmica dos alunos de graduação; estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica; formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior no país; estimular o espírito crítico, bem como a atuação profissional pautada pela ética, pela cidadania e pela função social da educação superior.

PMA: O Programa permite que estudantes de qualquer curso de graduação das IFES Federais (Instituições credenciadas) possam deslocar-se temporariamente para outra instituição federal e curse até três semestres. Este Programa constitui-se em uma possibilidade de enriquecimento quando os alunos do curso de Ciências Sociais poderão adquirir experiências em outras instituições de ensino superior, bem como conviver no âmbito do Câmpus e do Curso com outros alunos portadores de conhecimentos e culturas diferentes.

PRODOCÊNCIA (Programa de Consolidação das Licenciaturas): Este programa visa fortalecer a formação de professores e contribuir com as ações de melhoria da qualidade da Graduação. Tem como principais objetivos estimular a criação de novas estratégias de desenvolvimento e modernização do Ensino Superior; ampliar as ações voltadas a formação de professores, priorizando a formação inicial desenvolvida nos Cursos de Licenciatura das Instituições Federais de Ensino Superior; e apoiar a implementação das novas Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores.

5.6.9 Interface com as Atividades Complementares

As Atividades Complementares no curso de Ciências Sociais seguem as orientações da Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, do Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências Sociais da UFT (2006) e da Resolução 09/2005 do CONSEPE, que regulamenta as Atividades Complementares nos Cursos de Graduação da UFT.

No Curso de Ciências Sociais a carga horária total da Atividade Complementar é de duzentas e dez (210) horas que correspondem a 14 créditos distribuídos da seguinte maneira:

- ✓ **Ensino** com três (03) créditos que correspondente a 45 horas;
- ✓ **Pesquisa** com três (03) créditos que corresponde a todas as atividades de pesquisa e
- ✓ **Extensão** com oito (08) créditos que correspondente a 120 horas.

Abaixo descrevemos as possibilidades de composição dos créditos nas Atividades Complementares:

MODALIDADE	TIPO	CRÉDITOS DO CONSEPE	CRÉDITOS DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS	DETALHAMENTO DE CRÉDITOS DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS/UFT
ENSINO	I - Disciplinas complementares não previstas no currículo dos Cursos e cursadas na UFT e em outra IES (por Disciplina)	05	03	Os alunos poderão fazer até três (03) créditos, que correspondem a 45 horas.
	II - Atividades de monitoria (por semestre)	05	03	Cada semestre de Monitoria valerá três (03) créditos, correspondente a 45 horas.
	III - Organizar mini-cursos (por mini-curso)	05	02	Os alunos poderão organizar mini-cursos que correspondem a 30 horas e equivale a dois (02) créditos.
	IV – Ministrar Mini-curso (por mini-curso)	05	03	Os alunos poderão ministrar até 45 horas de mini-cursos, que correspondem a três (03) créditos.
	V - Participação como ouvinte em mini-cursos (por mini-curso)	03	01	Os alunos poderão aproveitar o máximo de 15 horas de participação como ouvinte em mini-cursos, que corresponde a um (01) crédito.
	VI - Cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira (por curso)	02	02	Os alunos poderão aproveitar o máximo de 30 horas de cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira, que corresponde a dois (02) créditos.
	TOTAIS PARCIAIS	20	14	Disponível: 210 horas
	I - Livro Publicado	50	10	Para cada livro publicado, como autor, co-autor ou organizador, o aluno recebe 10 (dez) créditos.
	II - Capítulo de Livro	20	05	Para cada capítulo de livro publicado, como autor ou co-autor, o aluno recebe cinco (05) crédito.
	III - Projetos de Iniciação Científica	15	05	Para cada participação completa em Projeto de Iniciação Científica o aluno recebe cinco (05) créditos.

PESQUISA (exceto o TCC)	IV - Projetos de Pesquisa Institucionais	10	05	Para cada participação completa em Projeto de Pesquisa Institucional o aluno recebe cinco (05) créditos.
	V - Artigo publicado como autor (periódico com conselho editorial)	10	05	Para cada Artigo publicado, como autor, em periódico com Conselho Editorial o aluno recebe cinco (05) créditos.
	VI - Artigo publicado como co-autor (periódico com conselho editorial)	05	03	Para cada Artigo publicado, como co-autor, em periódico com Conselho Editorial o aluno recebe três (03) créditos.
	VII - Artigo completo publicado em anais como autor	05	04	Para cada Artigo completo publicado, como autor, em Anais o aluno recebe quatro (04) créditos.
	VIII - Artigo completo publicado em anais como co-autor	03	03	Para cada Artigo completo publicado, como co-autor, em Anais o aluno recebe três (03) créditos.
	IX – Resumo Expandido em anais	-	02	Para cada Resumo expandido em anais o aluno recebe dois (02) créditos.
	X - Resumo em anais	03	01	Para cada Resumo em Anais o aluno recebe um (01) crédito.
	XI - Participação em grupos institucionais de trabalhos e estudos	03	03	Para cada ano de participação em Grupos Institucionais de trabalhos e/ou estudos o aluno recebe um (01) crédito. Podendo atingir os três (03) créditos.
	TOTAIS PARCIAIS	124	46	Disponível: 46 créditos

MODALIDADE	TIPO	CRÉDITOS DO CONSEPE	CRÉDITOS DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS	DETALHAMENTO DE CRÉDITOS DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS/UFT
EXTENSÃO	I - Autoria e execução de projetos	15	05	Para cada autoria e execução de Projetos o aluno receberá um (01) crédito, podendo atingir o máximo de cinco (05) créditos.
	II - Participação na organização de eventos (congressos, seminários, workshop, semanas, etc.)	10	02	Os alunos poderão organizar eventos que correspondem a 30 horas e equivale a dois (02) créditos.
	III - Participação como conferencista em eventos (conferências, palestras, mesas-redondas, semanas, etc.)	10	03	Os alunos poderão participar como conferencista em eventos, com carga horária máxima até 45 horas que correspondem a três (03) créditos.
	IV - Participação como ouvinte em congressos, seminários, semanas, workshop, etc.	05	02	Os alunos poderão aproveitar o máximo de 30 horas de participação como ouvinte em congressos, seminários, semanas, workshop, etc., que corresponde a dois (02) créditos.
	V - Apresentação oral de trabalhos em evento (congressos, seminários, semanas, workshop, etc.)	05	05	Os alunos poderão apresentar até 05 trabalhos em eventos, que corresponde a um (01) crédito por trabalho.
	VI - Participação como ouvinte em conferências, palestras, mesas-redondas, etc.	03	01	Os alunos poderão aproveitar o máximo de 15 horas de participação como ouvinte em conferências, palestras, mesas-redondas, etc., que corresponde a um (01) crédito.
	VII - Apresentação de trabalhos em painéis e congêneres em congressos, seminários, workshop etc.	03	03	Os alunos poderão apresentar até 03 trabalhos em eventos, que corresponde a um (01) crédito por trabalho.
	VIII - Participação em oficinas, curso de extensão e etc.	03	03	Os alunos poderão aproveitar carga horária máxima de 45 horas de participação como ouvinte em oficinas, cineclube, curso de extensão etc., que corresponde a três (03)

				créditos.
X - Participação em atividades desportivas, representando a instituição	-	03		Os alunos poderão aproveitar carga horária máxima de 45 horas de participação em atividades desportivas, que corresponde a três (03) créditos.
XI - Visitas técnicas	03	03		Os alunos poderão aproveitar carga horária máxima de 45 horas de participação em visitas técnicas, que corresponde a três (03) créditos.
XII - Estágios extracurriculares	03	03		Os alunos poderão aproveitar carga horária máxima de 45 horas de participação em estágio extracurricular, que corresponde a três (03) créditos.
XIII - Participação em comissões internas da UFT	-	03		Os alunos poderão aproveitar carga horária máxima de 45 horas de participação em comissões internas da UFT, que corresponde a três (03) créditos.
XIV - Representação discente em órgãos colegiados (CONSUNI, CONSEPE, Colegiado do curso de graduação, etc. por semestre)	03	03		Os alunos poderão aproveitar um (01) crédito por semestre em representação discente em órgãos colegiados, podendo atingir o máximo de três (03) créditos.
XV - Representação discente (UNE, UEE, DCE, CAs etc. por semestre)	02	02		Os alunos poderão aproveitar um (01) crédito por semestre em representação discente em órgãos colegiados, podendo atingir o máximo de dois (02) créditos.
TOTAIS PARCIAIS	65	45		Disponível: 675 horas

5.6.10. Estágio Curricular Obrigatório e Não-Obrigatório

Por se tratar de um Bacharelado o curso não prevê Estágio curricular obrigatório, segundo parecer do MEC CNE/CES 224/2004. A seguir, as regras para Estágio Curricular não-obrigatório.

DO ESTÁGIO CURRICULAR NÃO-OBRIGATÓRIO

CAPÍTULO I

Da Organização

Art. 01. O Estágio Curricular Não-Obrigatório é desenvolvido de forma complementar pelo acadêmico, além de sua carga horária regular de curso para obtenção de diploma.

Art. 02. O Estágio Curricular Não-Obrigatório pode ser desenvolvido em instituições conveniadas com a UFT que atendam os pré-requisitos:

I - Pessoas jurídicas de direito privado;

II - Órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. De acordo com orientações do Setor de Convênios (Vice-Reitoria) é facultada a celebração e assinatura do Termo de Convênio de Estágio quando a Unidade Concedente tiver quadro de pessoal composto de 01 (um) a 05 (cinco) empregados; e quando a Unidade Concedente for profissionais liberais de nível superior registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional.

Art. 03. O Termo de Compromisso é condição imprescindível para o estudante iniciar o Estágio Curricular Não-obrigatório.

Art. 04. O tempo de duração do Estágio Curricular Não-Obrigatório não pode ultrapassar 02 (dois) anos na mesma instituição, 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

Art. 05. O Estágio Curricular Não-Obrigatório não estabelece vínculo empregatício entre acadêmico e a Unidade Concedente.

Art. 06. As atividades de extensão, monitorias, iniciação científica e participação em organização de eventos não são considerados estágios não-obrigatórios.

Parágrafo único. Desde que atendam todos os dispositivos da Lei do Estágio.

CAPÍTULO II

Do Desenvolvimento e Avaliação

Art. 07. O Plano de Atividades de Estágio Não-obrigatório deve ser elaborado de acordo com as três partes envolvidas (acadêmico, supervisor do estágio na UFT e Unidade Concedente), incorporado ao Termo de Compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Art. 08. A avaliação do estagiário deve ser feita pelo Supervisor da UFT e pelo Supervisor da Unidade Concedente a cada seis meses, seguindo os modelos estabelecidos pela Coordenação de Estágios/PROGRAD.

Art. 09. O Supervisor da UFT será escolhido entre os membros do Colegiado do curso, desde que tenha formação na área a ser desenvolvida no estágio.

§1 - Cada Supervisor deve ser responsável pelo acompanhamento, orientação e avaliação de no máximo dez estagiários;

§2 - A avaliação deve considerar os critérios estabelecidos no modelo de avaliação proposto pela Coordenação de Estágios/PROGRAD (disponível no site www.uft.edu.br/estagios) e os relatórios elaborados pelo estagiários a cada 06 (seis) meses ou a cada 02 (dois) meses se a Concedente for órgão público federal, autarquia ou fundacional.

CAPÍTULO III

Das Disposições Gerais

Art. 10. Os casos omissos neste regimento serão resolvidos pelos responsáveis pelos estágios e, conforme a necessidade, deliberado por instâncias superiores.

Art. 11. Este regimento entra em vigor na data de sua aprovação no Colegiado de Curso.

5.6.11. Prática Profissional

Pela própria natureza experimental, necessária à formação do bacharel em Ciências Sociais, e tendo em vista a preocupação relacionada às práticas profissionais e de pesquisa e às demais atividades identificadas com a formação dos discentes, parte das disciplinas ou atividades do curso terão garantidas sua dimensão prática. Isto é particularmente importante para as disciplinas de Prática de Pesquisa em cada uma das áreas centrais das ciências sociais: antropologia, sociologia e ciência política.

Os professores destas disciplinas, ao mesmo tempo em que desenvolverão os conteúdos específicos, deverão desenvolver atividades de prática profissional e de pesquisa. Propostas com algum nível de intervenção serão valorizadas, desde relatórios técnicos, material de comunicação – interpretativo, criativo –, produção de seminários que extrapolem os alunos matriculados no curso, visitação em espaços de significância cultural, social e institucional.

A articulação teoria-prática é necessária para que o processos de ensino-aprendizagem esteja articulado com situações empíricas, preparando os discentes tanto para a construção de estratégias referentes às realidades complexas, quanto para enfrentar obstáculos epistemológicos, e empíricos, dentre outros, relacionando-os em tempo presente aos contextos sociais, culturais e profissionais em que estão inseridos.

5.6.12. Trabalho de Conclusão de Curso

REGULAMENTO DO PROCESSO DE ORIENTAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

DA DEFINIÇÃO, OBJETIVOS E GESTÃO

Art. 1º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade curricular do curso de Bacharelado em Ciências Sociais, vinculada às disciplinas Seminários de Pesquisa I (TCC I) e Seminários de Pesquisa II (TCC II), cuja integralização pelo acadêmico totaliza 180 horas (12 créditos) condicionada à produção escrita, individual, sob orientação docente e apresentação oral pública à banca examinadora.

§ 1º O TCC do curso de Bacharelado em Ciências Sociais possui caráter monográfico e científico, e consiste na sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo pertinente às linhas de pesquisas do curso, podendo ser de natureza teórica ou teórico-empírica.

§ 2º São objetivos do Trabalho de Conclusão de Curso:

I. contribuir para o desenvolvimento da capacidade de investigação científica, crítica, reflexiva e criativa do aluno;

II. promover a coerência do processo de formação do profissional e integrar os conhecimentos das disciplinas da matriz curricular à pesquisa, à extensão e às atividades complementares; e,

III. possibilitar experiências na produção de conhecimentos relevantes à comunidade acadêmica e à sociedade.

§ 3º O processo de orientação de trabalhos acadêmicos e os recursos de alunos reger-se-ão pela regulamentação interna e externa, sob a égide do Colegiado do Curso.

DAS LINHAS DE PESQUISA

Art. 2º Os temas de orientação de trabalhos de conclusão de curso serão regidas pelas linhas de pesquisa dos professores que compõem o colegiado do Curso de bacharelado em Ciências Sociais.

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 3º Compete à coordenação de curso a orientação sobre o processo de orientação do TCC, em consonância com os professores das disciplinas Seminários de pesquisa I e II, além de despachar, dentro do prazo estabelecido pelo Calendário Acadêmico, eventuais recursos de alunos.

Art. 4º Compete ao professor orientador:

I. Respeitar este regimento;

II. Orientar com qualidade, nos limites da respectiva área de formação e experiência profissional, atendendo aos alunos nos dias e horários combinados;

III. Indicar ao orientando leituras de fundamentação teórica e de exemplos de trabalhos científicos;

IV. Supervisionar o trabalho de acordo com as normas da ABNT e do Manual de Elaboração de Trabalhos Acadêmicos da UFT;

V. Fazer o devido registro das orientações no formulário de orientação a ser disponibilizado pela Coordenação do curso;

VI. Esclarecer ao aluno que o plágio é crime de violação de direito autoral, segundo as prescrições do Capítulo II da Lei dos Direitos Autorais n.º 9.610/98 e do art. 184, caput, do Código Penal, que preceitua detenção de três meses a um ano, ou multa para esses casos;

VII. Presidir a Banca examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso;

VIII. Cuidar para que o aluno faça a revisão da linguagem e metodológica, segundo o Manual de Elaboração de Trabalhos Acadêmicos da UFT e da linguagem textual, segundo as normas da língua padrão;

IX. Apresentar, sempre que solicitado, informações a respeito do processo de orientação à Coordenação de Curso.

Art. 5º Compete ao professor examinador avaliar o TCC conforme os procedimentos operacionais e éticos e sugerir contribuições que visem à melhoria da qualidade do trabalho.

Art. 6º Compete ao aluno orientando:

I. Matricular-se nas disciplinas Seminários de Pesquisa I (TCC I) e Seminários de Pesquisa II (TCC II)

II. Definir a área de concentração e da linha de pesquisa nas quais se desenvolverá o trabalho monográfico, bem como a definição de um possível orientador;

III. Escolher e delimitar o tema em uma das linhas de pesquisa em consenso com o orientador;

IV. Encaminhar recurso com documentos de procedência, em anexo, à Coordenação de curso, em qualquer momento do Processo de Orientação, se julgar necessário.

DA ORIENTAÇÃO

Art. 7º O Colegiado do curso de Bacharelado em Ciências Sociais deverá garantir, por meio de seu corpo docente, a orientação a todos os TCCs.

Art. 8º A descontinuidade da orientação só poderá ocorrer mediante consentimento entre orientador e orientando. O abandono do processo por qualquer uma das partes deverá ser registrado, mediante assinatura de ambos no formulário de orientação e encaminhado à Coordenação de Curso.

§ 1º Se a descontinuidade da orientação ocorrer por iniciativa do discente orientando, caberá a este procurar outro docente para orientá-lo, depois de preencher o formulário de afastamento de orientação entregue à Coordenação de Curso.

§ 2º Caso a descontinuidade ocorrer por iniciativa do orientador, caberá à coordenação de curso mediar, indicando outro orientador. Depois de preencher o formulário de afastamento de orientação entregue à Coordenação de Curso.

DA DEFESA PÚBLICA E DA AVALIAÇÃO

Art. 9º Os TCCs deverão atingir, para aprovação, a avaliação mínima de 75% do total de 10,0 pontos, em cumprimento ao Art. 64 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MEC/SESu nº. 601, de 28 de junho e publicada na Página 19, Seção I do Diário Oficial da União, dia 29 de junho de 2007, conforme orientações nos apêndices I e II deste Regulamento, de modo que:

I. O conteúdo do TCC encaminhado para apresentação oral pública à banca examinadora, será de responsabilidade do estudante e do professor orientador;

II. A banca será composta pelo professor orientador, seu presidente, e por mais um ou dois membros, professores da UFT ou de outras instituições de ensino superior, indicados pelo professor orientador em consonância com o orientando;

III. A data da defesa será marcada pelo professor orientador, em consonância com o orientando e os demais membros da banca examinadora;

IV. O TCC, em sua versão final, deverá ser entregue à banca examinadora com, no mínimo, quinze dias de antecedência;

V. Na defesa pública, o aluno terá de 20 a 30 minutos para a exposição do trabalho; cada membro da banca terá 20 minutos para seus comentários e o aluno igual tempo para respostas;

VI. Cada membro da banca atribuirá uma nota de zero a dez ao trabalho e a nota final atribuída ao aluno pela banca examinadora será a média aritmética das notas atribuídas por cada membro;

VII. Após as alterações sugeridas pela banca examinadora, o TCC será entregue na Secretaria Acadêmica, no prazo de trinta dias, sendo a versão final entregue em cópia impressa e digital, em formato PDF, em data estipulada pelo calendário do TCC.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.10. O aluno que se julgar prejudicado diante da não qualificação do trabalho pelo professor orientador para a banca examinadora final, poderá requerer revisão, por escrito, à Coordenação de curso, desde que fundamentado por meio de cópias anexas de documentos de legítima procedência, que serão submetidos à apreciação do Colegiado do curso.

Art. 11. A fraude na elaboração do trabalho, na forma de plágio ou outra de igual relevância, será considerada falta grave, estando o aluno sujeito às penalidades, que incluem a possibilidade de desligamento do curso. Caso o professor orientador, algum membro da banca examinadora, o parecerista ou a coordenação do curso tenha fortes razões para supor que houve plágio deverá informar a coordenação acadêmica que encaminhará um pedido para abertura de comissão de sindicância para o julgamento do caso.

Art. 12. O aluno que não entregar o TCC concluído no prazo estipulado no calendário do TCC deverá realizar nova matrícula na disciplina para a execução do mesmo.

Art. 13. Casos omissos a este Regulamento serão discutidos com a Coordenação de curso e deliberados pelo Colegiado.

Art. 14. A aprovação deste Regulamento revoga as disposições em contrário.

5.6.13. Avaliação do processo de ensino-aprendizagem

A avaliação tem como base o aspecto político-pedagógico, cujo objetivo é emancipar, oportunizando para esse sujeito a liberdade de escrever sua própria história na construção do conhecimento. Partindo desse pressuposto, a avaliação constitui-se em um processo contínuo que envolve ações de diagnóstico, análise, acompanhamento e proposição de ações para a superação das dificuldades encontradas e o reforço dos pontos positivos, bem como a avaliação da própria avaliação. Nesse processo, é importante destacar a integração de todos os setores que compõem a Universidade.

Segundo Bordenave & Pereira (2001, p.70), somente a adoção de uma atitude interdisciplinar permite a identificação precoce dos problemas que o aluno pode ter em seu trabalho e, ao fazê-lo, permite ao estudante identificar as suas dificuldades e buscar os caminhos de correção. A construção de um currículo interdisciplinar pressupõe a possibilidade de reduzir a hegemonia dos saberes, de projetá-los numa mesma dimensão epistemológica, sem negar os limites e a especificidade das disciplinas. Pressupõe, também, que o currículo seja entendido como algo em processo, aberto às diferenças, aos contextos historicamente marcados e às temporalidades dos sujeitos implicados nesse processo.

Conforme Macedo (2002, p. 32), trata-se de perceber

a duração, o inacabamento e uma falta que movem incessantemente; a contradição que nos sujeitos em interação e nas estruturas movimenta a realidade e o conhecimento a respeito dela. O caráter temporal que implica na transformação, na historicidade, demanda, acima de tudo, uma atitude face ao conhecimento como um produto de final aberto, em constante estado de fluxo e infinitamente inacabado.

Nessa perspectiva, são os atos de currículo situados em um contexto construído, que, efetivamente, constroem o currículo. A avaliação, nessa perspectiva, assume um caráter processual e gradual, exigindo um esforço coletivo e contínuo no processo de pensar, agir, e transformar.

5.6.14. Avaliação do Projeto do Curso

O curso terá o aporte do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do bacharelado no acompanhamento da implantação e desenvolvimento das atividades curriculares do Curso de Ciências Sociais de forma contínua, permitindo realizar quando necessário às modificações, inclusões e adequações ao PPC. Ademais, será realizada uma avaliação anual da dinâmica em ensino, pesquisa e extensão que servirá de instrumento para o NDE

5.6.15. Auto-avaliação e avaliação externa (ENADE e outros)

As avaliações do Curso de bacharelado em Ciências Sociais serão realizadas e articuladas de acordo com a Política Pública de Avaliação do Ensino Superior, instituída pelo SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004). Este sistema permitirá ao Curso ser avaliado enquanto pertencente à Instituição (UFT), enquanto Curso e uma avaliação de desempenho dos discentes por meio do ENADE, levando em consideração três aspectos: ensino, pesquisa e extensão. Ademais, o curso terá avaliações, censos e cadastros internos e externos à própria UFT, fazendo parte do acompanhamento do desenvolvimento do Curso. Como parte integrante da avaliação institucional os docentes/disciplinas serão avaliados pelos acadêmicos a cada semestre no ato da matrícula. Nesse sentido, todos os aspectos vinculados ao fazer e às orientações teórico-metodológicas estarão permanentemente sendo objeto de avaliação no âmbito da Avaliação institucional sob a coordenação da CPA - Comissão Própria de avaliação da UFT.

6 – Corpo Docente, Corpo Discente e Corpo Técnico-Administrativo

6.1. Formação acadêmica e profissional do corpo docente

Nome do docente	Formação Graduação Ano	Bacharel e/ou Licenciatura	Titulação e Ano	Área do conhecimento	Programa de Pós Graduação em que está vinculado
André Luis Campanha Demarchi	2003	Bacharel	Doutor 2014	Antropologia	Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia - UFRJ
Janaína Alexandra C da Costa	Ciências Sociais 2002	Bacharel Licenciada	Mestre 2005	Ciência Política	Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais – UFRN
Liza Aparecida Brasília	Ciências Sociais 1995	Bacharel Licenciada	Doutora 2007	Sociologia	Programa de Pós Graduação em Sociologia – UNESP
Marcelo Brice Assis Noronha	Ciências Sociais 2005	Bacharel	Mestre 2011	Sociologia	Programa de Pós Graduação em Sociologia – UFG
Marcelo de Souza Cleto	Ciências Sociais 2001	Bacharel	Mestre 2006	Ciência Política	Programa de Pós Graduação em Filosofia – PUC-SP
Odilon Rodrigues de Moraes Neto	Ciências Sociais 2004	Bacharel	Mestre 2007	Antropologia	Programa de Pós Graduação em Antropologia Social – UNB
Ronaldo Augusto Campos Pessoa	Ciências Sociais 1986	Bacharel	Doutor 2002	Ciência Política	Deutsche Universität für Verwaltungswissenschaften Speyer.

6.2. Regime de trabalho

O curso de Bacharelado em Ciências Sociais será composto por um colegiado de 10 (dez) professores, 3 (três) dos quais ainda serão contratados futuramente. Os professores do curso trabalharão conforme a carga horária mínima da UFT que é de 08 horas/aula. Apresenta-se a lista dos 7 (sete) professores já contratados que atuarão no curso.

Professor Dr. André Luis Campanha Demarchi – Dedicção Exclusiva

Professora Mestre Janaína Alexandra C da Costa – Dedicção Exclusiva

Professora Dr.^a Liza Aparecida Brasília – Dedicação Exclusiva

Professor Mestre Marcelo Brice Assis Noronha – Dedicação Exclusiva

Professor Mestre Marcelo de Souza Cleto – Dedicação Exclusiva

Professor Mestre Odilon Rodrigues de Moraes Neto – Dedicação Exclusiva

Professora Doutor Ronaldo Augusto Campos Pessoa – Dedicação Exclusiva

6.3. Núcleo Docente Estruturante (NDE).

O Núcleo Docente Estruturante do curso de Bacharelado em Ciências Sociais será formado em sua primeira reunião de colegiado, seguindo as orientações expressas na Resolução CONAES nº 02/2010, no Decreto número 5773, do MEC, de 09 de maio de 2006, bem como, a PORTARIA Nº 1.081, DE 29 DE AGOSTO DE 2008.

6.4. Produção de material didático ou científico do corpo docente

A produção do material didático ou científico do corpo docente está vinculada aos links dos professores nos currículos Lattes de cada um.

Professor Dr. André Luis Campanha Demarchi

<http://lattes.cnpq.br/1913765602645746>

Professora Mestre Janaína Alexandra C da Costa

<http://lattes.cnpq.br/7089840125277194>

Professora Dr.^a Liza Aparecida Brasília

<http://lattes.cnpq.br/5134402907552599>

Professor Mestre Marcelo Brice Assis Noronha

<http://lattes.cnpq.br/6713502925418490>

Professor Mestre Marcelo de Souza Cleto

<http://lattes.cnpq.br/0804677024860255>

Professor Mestre Odilon Rodrigues de Moraes Neto

<http://lattes.cnpq.br/6866248514485283>

Professor Dr. Roanlto Augusto Campos Pessoa

<http://lattes.cnpq.br/0885055728565471>

6.5. Formação e experiência profissional do corpo técnico-administrativo que atende ao Curso

6.5.1. Secretária Acadêmica

Nome: Maria de Fátima da Conceição

Formação acadêmica: Pedagogia

Titulação máxima: Mestra em avaliação de Políticas Públicas - UFC

Regime de trabalho: 40 horas semanais

Cargo: Assistente administrativo

Função: Secretária Acadêmica

Experiência profissional: Dois anos de experiência como servidor público federal.

6.5.2. Secretário de Curso:

Nome: Adriano Bezerra de Andrade

Formação acadêmica: Administração

Titulação máxima: Graduação em Administração .

Regime de trabalho: 40 horas semanais

Cargo: Assistente administrativo

Função: Secretário de Curso

Experiência profissional: Dois anos de experiência como servidor público federal (Assistente Administrativo).

7 - Instalações Físicas e Laboratórios

7.1. Laboratórios e instalações

O curso de Ciências Sociais do Câmpus de Porto Nacional contará com espaços físicos que abrigarão os seus laboratórios e núcleos de pesquisa, ainda a serem formados. No Câmpus, contudo existem outros núcleos aos quais os professores do curso poderão ser integrados. Dentre eles destacamos aqueles existentes nos cursos de História (NEAI, NEAB-TO, NEDIG e NEUCIDADES, e o seu Laboratório de Documentação Histórica) e Geografia (GEOPLAD, LEGET, LABORATÓRIO DE GEOPROCESSAMENTO, LEGEO, Centro de Documentação e Memória Timbira, NEMAD, NURBA).

7.2 Biblioteca

A biblioteca do Câmpus de Porto Nacional conta com um acervo atualizado de 14.499 volumes de livros, 60 dicionários e enciclopédias, 275 multimídias, e 146 coleções de periódicos

distribuídos nas grandes áreas das Ciências Humanas (5.319 volumes); Ciências Sociais Aplicadas (1.216 volumes); Ciências Exatas e da Terra (1.673 volumes); Ciências Agrárias (298 volumes); Ciências Biológicas (1.832 volumes); Multidisciplinar (418 volumes); Engenharia/Tecnologia (92 volumes); Ciências da Saúde (163 volumes) e Linguística, Letras e Artes (3.448 volumes). A biblioteca possui também, em sala especial o acervo do antropólogo Carlos de Araújo Moreira Neto com acervo de cerca de 20 mil volumes entre livros, coleções, revistas especializadas, separatas e outros periódicos sobre a história e cultura dos índios brasileiros e suas relações com a sociedade colonial e nacional atual publicadas por cronistas, naturalistas, colonizadores, etnólogos, antropólogos e historiadores editadas entre os séculos XVIII e XX.

A Biblioteca conta também, com uma bibliotecária responsável; 7 técnicos administrativos e 4 estagiários. Dispõe de 5 escrivaninhas, 4 mesas para computador, 10 cadeiras, 15 computadores interligados em rede com acesso à Internet e com acesso a Portais de Periódicos, 7 particularmente aquele mantido pela CAPES e 2 impressoras. Conta ainda com um ambiente reservado para estudos em grupo com mesa e capacidade para 20 pessoas, dispõe também de 10 mesas para uma pessoa e 8 cabines para estudos individuais. Tem o seguinte horário de funcionamento: das 8hs às 22:30hs de segunda à sexta-feira e das 8hs às 12:00hs aos sábados. Além deste acervo disponível em Porto Nacional, a UFT possui bibliotecas interligadas em rede e com sistema Commut, nos campi de Palmas (46.300 volumes); Araguaína (16.469 volumes), Miracema (13.500 volumes; Arraias (8.434 volumes); Tocantinópolis (8.666 volumes) e Gurupi (5.424 volumes) somando um total de mais de 133 mil volumes.

7.2.1. Periódicos especializados

Periódicos: 1045 títulos e 4882 volumes – disponíveis na Biblioteca;

Periódicos disponíveis na plataforma Capes (online).

7.3. Instalações e equipamentos complementares

Hoje o Câmpus Universitário de Porto Nacional da UFT tem em funcionamento cinco cursos de graduação:

Geografia – Licenciatura;

Geografia – Bacharelado;

História – Licenciatura;

Letras (Português/Inglês) - Licenciatura;

Ciências Biológicas Licenciatura e Bacharelado.

A UFT - Porto Nacional já possui também em funcionamento o mestrado em Geografia e Ecologia de Ecótonos. O curso graduação em Geografia em Porto Nacional foi criado pela Lei 4.505/1963, de 12/8/1963, sua autorização decorreu do Decreto 802/1999 de 12/11/1999 e seu reconhecimento derivou do ato CES 133/1999 de 23/9/1999. O Câmpus de Porto Nacional da UFT onde o Curso de Ciências Sociais será instalado possui os seguintes prédios:

Bloco I – Didático com 14 salas de aula;

Bloco II – Laboratórios e Núcleos de Pesquisa com 10 unidades;

Bloco III – Didático com 14 salas de aula, três laboratórios;

Bloco IV – Laboratórios com 5 laboratórios;

Bloco V – Laboratórios com 5 salas;

Bloco VI – Parfor com 09 salas;

Bloco das Coordenações – com 18 salas;

Bloco da administração central – com 10 salas;

2 anfiteatros;

Prédio exclusivo da biblioteca;

Laboratório de informática central dos alunos, com 90 máquinas ligadas à internet.

7.4. Área de lazer e circulação

O Câmpus de Porto Nacional conta atualmente com uma restaurante-cantina para a utilização de sua comunidade universitária com considerável espaço físico, um espaço de jardins que serve de moradia para diversificado conjunto de fauna silvestre e para a convivência das pessoas que permanecem um maior número de horas no interior do Câmpus. O bloco de ensino III conta com banheiros servidos de chuveiros. A partir do Plano Diretor, que está sendo reformulado, do Câmpus de Porto nacional espera-se que a sua expansão física possa se pautar no necessário equilíbrio entre edificações e áreas verdes, preservando o meio ambiente. No Câmpus de Palmas, existe o Centro Universitário Integrado de Cultura e Arte (CUICA) que serve de aporte para eventos caso haja necessidade.

7.5. Recursos audiovisuais

O Câmpus de Porto Nacional conta com uma sala para exibição de vídeos, aparelhos de projeção de slides, retroprojetores que podem ser utilizados pelo Curso de acordo com a necessidade.

7.6. Acessibilidade para portador de necessidades especiais (Decreto nº 5.296/2004)

Basicamente, o Câmpus de Porto Nacional atende parcialmente as exigências da Portaria do Governo Federal de Nº 1679, datada de 02 de dezembro de 1999, que assegura aos portadores de necessidades especiais melhores e mais dignas condições de locomoção e permanência em locais de trabalhos, se limitando a reserva de duas vagas nos estacionamentos do Câmpus e a uma rampa de acesso ao bloco da administração. No que diz respeito à reserva de vagas em concursos públicos, a UFT e consequentemente o Câmpus de Porto Nacional vêm cumprindo as exigências.

7.7. Sala de Direção do Câmpus e Coordenação de Curso

A sala da Direção do Câmpus de Porto Nacional está localizada no bloco da administração e conta com uma estrutura mínima adequada a permanência de seus sucessivos gestores, a saber: uma ante-sala para a recepção de visitantes, permanência de secretárias, estagiários,

central de telefonia e fax, uma sala independente para a permanência da secretaria executiva do Câmpus e uma sala exclusiva e isolada para a permanência do diretor do Câmpus, capaz de acolher reuniões de pequeno porte. Toda essa estrutura tem a disposição serviço de Internet de banda larga. A sala da coordenação do curso de Ciências Sociais do Câmpus de Porto Nacional estará localizada no bloco das coordenações de curso.

8. Referências

BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2001 BRASIL.

BRASIL. Lei no. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

_____. Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES 492/2001, de 03 de 3 abril de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia e Ciências Sociais. Brasília: MEC/CNE, 2001.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº CNE/CES 1363/2001. Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES 12, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Filosofia e Ciências Sociais. Brasília: MEC/CNE, 2002.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 38/2006. Brasília: MEC/CNE, 2006.

GRÁCIO, H. & CLETO, M. Ciências sociais no Tocantins: diagnósticos, análises e propostas. Tocantinópolis, 2011.

MACEDO, R. S. **Chrysallís, currículo e complexidade: a perspectiva crítico-multirreferencial e o currículo contemporâneo**. Salvador: Edufba, 2002.

9 – Anexos

REGIMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR NÃO-OBRIGATÓRIO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – BACHARELADO

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
--	--

DO ESTÁGIO CURRICULAR NÃO-OBRIGATÓRIO

CAPÍTULO I

Da Organização

Art. 01. O Estágio Curricular Não-Obrigatório é desenvolvido de forma complementar pelo acadêmico, além de sua carga horária regular de curso para obtenção de diploma.

Art. 02. O Estágio Curricular Não-Obrigatório pode ser desenvolvido em instituições conveniadas com a UFT que atendam os pré-requisitos:

I - Pessoas jurídicas de direito privado;

II - Órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. De acordo com orientações do Setor de Convênios (Vice-Reitoria) é facultada a celebração e assinatura do Termo de Convênio de Estágio quando a Unidade Concedente tiver quadro de pessoal composto de 01 (um) a 05 (cinco) empregados; e quando a Unidade Concedente for profissionais liberais de nível superior registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional.

Art. 03. O Termo de Compromisso é condição imprescindível para o estudante iniciar o Estágio Curricular Não-obrigatório.

Art. 04. O tempo de duração do Estágio Curricular Não-Obrigatório não pode ultrapassar 02 (dois) anos na mesma instituição, 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

Art. 05. O Estágio Curricular Não-Obrigatório não estabelece vínculo empregatício entre acadêmico e a Unidade Concedente.

Art. 06. As atividades de extensão, monitorias, iniciação científica e participação em organização de eventos não são considerados estágios não-obrigatórios.

Parágrafo único. Desde que atendam todos os dispositivos da Lei do Estágio.

CAPÍTULO II

Do Desenvolvimento e Avaliação

Art. 07. O Plano de Atividades de Estágio Não-obrigatório deve ser elaborado de acordo com as três partes envolvidas (acadêmico, supervisor do estágio na UFT e Unidade Concedente), incorporado ao Termo de Compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Art. 08. A avaliação do estagiário deve ser feita pelo Supervisor da UFT e pelo Supervisor da Unidade Concedente a cada seis meses, seguindo os modelos estabelecidos pela Coordenação de Estágios/PROGRAD.

Art. 09. O Supervisor da UFT será escolhido entre os membros do Colegiado do curso, desde que tenha formação na área a ser desenvolvida no estágio.

§1 - Cada Supervisor deve ser responsável pelo acompanhamento, orientação e avaliação de no máximo dez estagiários;

§2 - A avaliação deve considerar os critérios estabelecidos no modelo de avaliação proposto pela Coordenação de Estágios/PROGRAD (disponível no site www.uft.edu.br/estagios) e os relatórios elaborados pelo estagiários a cada 06 (seis) meses ou a cada 02 (dois) meses se a Concedente for órgão público federal, autarquia ou fundacional.

CAPÍTULO III

Das Disposições Gerais

Art. 10. Os casos omissos neste regimento serão resolvidos pelos responsáveis pelos estágios e, conforme a necessidade, deliberado por instâncias superiores.

Art. 11. Este regimento entra em vigor na data de sua aprovação no Colegiado de Curso.

REGULAMENTO DO PROCESSO DE ORIENTAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

DA DEFINIÇÃO, OBJETIVOS E GESTÃO

Art. 1º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade curricular do curso de Bacharelado em Ciências Sociais, vinculada às disciplinas Seminários de Pesquisa I (TCC I) e Seminários de Pesquisa II (TCC II), cuja integralização pelo acadêmico totaliza 180 horas (12 créditos) condicionada à produção escrita, individual, sob orientação docente e apresentação oral pública à banca examinadora.

§ 1º O TCC do curso de Bacharelado em Ciências Sociais possui caráter monográfico e científico, e consiste na sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo pertinente às linhas de pesquisas do curso, podendo ser de natureza teórica ou teórico-empírica.

§ 2º São objetivos do Trabalho de Conclusão de Curso:

I. contribuir para o desenvolvimento da capacidade de investigação científica, crítica, reflexiva e criativa do aluno;

II. promover a coerência do processo de formação do profissional e integrar os conhecimentos das disciplinas da matriz curricular à pesquisa, à extensão e às atividades complementares; e,

III. possibilitar experiências na produção de conhecimentos relevantes à comunidade acadêmica e à sociedade.

§ 3º O processo de orientação de trabalhos acadêmicos e os recursos de alunos reger-se-ão pela regulamentação interna e externa, sob a égide do Colegiado do Curso.

DAS LINHAS DE PESQUISA

Art. 2º Os temas de orientação de trabalhos de conclusão de curso serão regidas pelas linhas de pesquisa dos professores que compõem o colegiado do Curso de bacharelado em Ciências Sociais.

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 3º Compete à coordenação de curso a orientação sobre o processo de orientação do TCC, em consonância com os professores das disciplinas Seminários de pesquisa I e II, além de despachar, dentro do prazo estabelecido pelo Calendário Acadêmico, eventuais recursos de alunos.

Art. 4º Compete ao professor orientador:

I. Respeitar este regimento;

II. Orientar com qualidade, nos limites da respectiva área de formação e experiência profissional, atendendo aos alunos nos dias e horários combinados;

III. Indicar ao orientando leituras de fundamentação teórica e de exemplos de trabalhos científicos;

IV. Supervisionar o trabalho de acordo com as normas da ABNT e do Manual de Elaboração de Trabalhos Acadêmicos da UFT;

V. Fazer o devido registro das orientações no formulário de orientação a ser disponibilizado pela Coordenação do curso;

VI. Esclarecer ao aluno que o plágio é crime de violação de direito autoral, segundo as prescrições do Capítulo II da Lei dos Direitos Autorais n.º 9.610/98 e do art. 184, caput, do Código Penal, que preceitua detenção de três meses a um ano, ou multa para esses casos;

VII. Presidir a Banca examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso;

VIII. Cuidar para que o aluno faça a revisão da linguagem e metodológica, segundo o Manual de Elaboração de Trabalhos Acadêmicos da UFT e da linguagem textual, segundo as normas da língua padrão;

IX. Apresentar, sempre que solicitado, informações a respeito do processo de orientação à Coordenação de Curso.

Art. 5º Compete ao professor examinador avaliar o TCC conforme os procedimentos operacionais e éticos e sugerir contribuições que visem à melhoria da qualidade do trabalho.

Art. 6º Compete ao aluno orientando:

I. Matricular-se nas disciplinas Seminários de Pesquisa I (TCC I) e Seminários de Pesquisa II (TCC II)

II. Definir a área de concentração e da linha de pesquisa nas quais se desenvolverá o trabalho monográfico, bem como a definição de um possível orientador;

III. Escolher e delimitar o tema em uma das linhas de pesquisa em consenso com o orientador;

IV. Encaminhar recurso com documentos de procedência, em anexo, à Coordenação de curso, em qualquer momento do Processo de Orientação, se julgar necessário.

DA ORIENTAÇÃO

Art. 7º O Colegiado do curso de Bacharelado em Ciências Sociais deverá garantir, por meio de seu corpo docente, a orientação a todos os TCCs.

Art. 8º A descontinuidade da orientação só poderá ocorrer mediante consentimento entre orientador e orientando. O abandono do processo por qualquer uma das partes deverá ser registrado, mediante assinatura de ambos no formulário de orientação e encaminhado à Coordenação de Curso.

§ 1º Se a descontinuidade da orientação ocorrer por iniciativa do discente orientando, caberá a este procurar outro docente para orientá-lo, depois de preencher o formulário de afastamento de orientação entregue à Coordenação de Curso.

§ 2º Caso a descontinuidade ocorrer por iniciativa do orientador, caberá à coordenação de curso mediar, indicando outro orientador. Depois de preencher o formulário de afastamento de orientação entregue à Coordenação de Curso.

DA DEFESA PÚBLICA E DA AVALIAÇÃO

Art. 8º Os TCCs deverão atingir, para aprovação, a avaliação mínima de 75% do total de 10,0 pontos, em cumprimento ao Art. 64 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MEC/SESu nº. 601, de 28 de junho e publicada na Página 19, Seção I do Diário Oficial da União, dia 29 de junho de 2007, conforme orientações nos apêndices I e II deste Regulamento, de modo que:

I. O conteúdo do TCC encaminhado para apresentação oral pública à banca examinadora, será de responsabilidade do estudante e do professor orientador;

II. A banca será composta pelo professor orientador, seu presidente, e por mais um ou dois membros, professores da UFT ou de outras instituições de ensino superior, indicados pelo professor orientador em consonância com o orientando;

III. A data da defesa será marcada pelo professor orientador, em consonância com o orientando e os demais membros da banca examinadora;

IV. O TCC, em sua versão final, deverá ser entregue à banca examinadora com, no mínimo, quinze dias de antecedência;

V. Na defesa pública, o aluno terá de 20 a 30 minutos para a exposição do trabalho; cada membro da banca terá 20 minutos para seus comentários e o aluno igual tempo para respostas;

VI. Cada membro da banca atribuirá uma nota de zero a dez ao trabalho e a nota final atribuída ao aluno pela banca examinadora será a média aritmética das notas atribuídas por cada membro;

VII. Após as alterações sugeridas pela banca examinadora, o TCC será entregue na Secretaria Acadêmica, no prazo de trinta dias, sendo a versão final entregue em cópia impressa e digital, em formato PDF, em data estipulada pelo calendário do TCC.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º O aluno que se julgar prejudicado diante da não qualificação do trabalho pelo professor orientador para a banca examinadora final, poderá requerer revisão, por escrito, à Coordenação de curso, desde que fundamentado por meio de cópias anexas de documentos de legítima procedência, que serão submetidos à apreciação do Colegiado do curso.

Art. 10 A fraude na elaboração do trabalho, na forma de plágio ou outra de igual relevância, será considerada falta grave, estando o aluno sujeito às penalidades, que incluem a possibilidade de desligamento do curso. Caso o professor orientador, algum membro da banca examinadora, o parecerista ou a coordenação do curso tenha fortes razões para supor que houve plágio deverá informar a coordenação acadêmica que encaminhará um pedido para abertura de comissão de sindicância para o julgamento do caso.

Art. 11 O aluno que não entregar o TCC concluído no prazo estipulado no calendário do TCC deverá realizar nova matrícula na disciplina para a execução do mesmo.

Art. 12 Casos omissos a este Regulamento serão discutidos com a Coordenação de curso e deliberados pelo Colegiado.

Art. 13 A aprovação deste Regulamento revoga as disposições em contrário.